UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

LUCAS GAMA LIMA

DESPINDO O ESTRATAGEMA DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO ALTO SERTÃO SERGIPANO: O (DES)MASCARAMENTO DA TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL POR MEIO DA SOCIABILIDADE REIFICANTE

SÃO CRISTOVÃO
2010

LUCAS GAMA LIMA

DESPINDO O ESTRATAGEMA DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO ALTO SERTÃO SERGIPANO: O (DES)MASCARAMENTO DA TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL POR MEIO DA SOCIABILIDADE REIFICANTE

Dissertação de Mestrado apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Profª Drª Alexandrina Luz Conceição

SÃO CRISTOVÃO
2010

LUCAS GAMA LIMA

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Lima, Lucas Gama
L732d Despindo o estratagema das políticas de desenvolvimento territorial no alto sertão sergipano: o (des)mascaramento da territorialização do capital por meio da sociabilidade reificante / Lucas Gama Lima – São Cristóvão, 2010.
185 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Núcleo de Pós-Graduação em Geografia Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2008.

Orientadora: Profª. Alexandrina Luz Conceição.

1. Geografia. 2. Desenvolvimento territorial. 3. Políticas de desenvolvimento - Sergipe. I. Título.

CDU 911:711.1(813.7)

DESPINDO O ESTRATAGEMA DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO ALTO SERTÃO SERGIPANO: O (DES)MASCARAMENTO DA TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL POR MEIO DA SOCIABILIDADE REIFICANTE

Dissertação de Mestrado apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

_____

Orientadora- Profª Drª Alexandrina Luz Conceição
Universidade Federal de Sergipe

_____

Prof. Dr. Mauro Luis Iasi
Universidade Federal do Rio de Janeiro

_____

Profª Drª Josefa Bispo Lisboa
Universidade Federal de Sergipe

Dedico esta Dissertação aos homens e mulheres produtores de valor de uso, submetidos diariamente ao açoite do capital, mas potenciais construtores de uma nova sociabilidade.

AGRADECIMENTOS

A construção dessa Dissertação exigiu-me um peculiar esforço por dois motivos: não fui iniciado na pesquisa durante a Graduação, uma vez que priorizei a militância política e; fui obrigado a conciliar a pesquisa de Mestrado com as intermináveis obrigações profissionais. Findado o período de sua elaboração afirmo que a mesma sintetiza o que de melhor pude expressar nas condições assumidas. Longe de considerá-la concluída, ponho a disposição de todos que se propõem a aprofundar a discussão da política escalar de desenvolvimento inscrita na (des)ordem do capital, pois somente a construção coletiva possibilita o desarme das peias que nos condenam. É exatamente por reconhecer a importância do coletivo que não posso ignorar o dispêndio de energia das pessoas que contribuíram para o intento de despir o desenvolvimento territorial. Então manifesto meu sentimento de gratidão a:

Minha esposa, **Vanessa Lima**, verdadeira companheira neste interstício espinhoso. Talvez você não saiba ou não tenha a real dimensão, mas você desempenhou um papel imprescindível, especialmente pela tolerância à contraditória divisão do trabalho em nossa casa, que me assegurou tempo livre para a escrita da Dissertação em diversos momentos. Além de te amar, também tenho admiração.

Companheira e amiga, **Alexandrina Luz**, pelos ininterruptos conhecimentos socializados. Sem sombra de dúvidas, você foi peça-chave em todo o processo de construção da Dissertação e do pesquisador, pois o trabalho de investigação também lapida o ser social que se inclina ao mesmo. A você o mais profundo agradecimento.

Josefa Lisboa, sempre solícita e paciente quando requisitada por mim. Apesar de nos conhecermos há apenas 3 anos, faço questão de registrar o carinho que tenho por você. Obrigado por tudo.

Aos meus queridos pais (**Rogéria Gama e Aldemir Lima**) pelos esforços empreendidos – que muitas vezes significaram renúncia aos seus projetos – para fornecer-me os rudimentos basilares da educação e da conduta humana. Amo vocês.

Meus irmãos (**Matheus e Marcos**) pelos momentos de descontração e alegria que não me fazem esquecer a importância do ócio. Meus parentes (**tias, tios, vó, primas e primos, madrinha e padrinho**) e **cunhadas** que de uma forma ou de outra dispensaram uma palavra de incentivo.

Sogro e Sogra (**Etelvino e Jailde**) pela preocupação amiga e estímulo dispensados.

Alisson e Mírian pela partilha das angústias e alegrias nessa estrada sinuosa.

Ana, Vanessa Dias e Marleide pelos livros, diálogos e orientações que muito contribuíram para construção e formatação da Dissertação.

Luana, Jonas e Miguel pela cumplicidade, diálogo fraterno e garantia de risos.

Márcio Reis pelo afinco com que me ajudou. É curiosa sua capacidade de responder rapidamente às minhas solicitações. As informações que levantou foram de suma importância. Muito obrigado pela atenção.

Luciene Leite. Não sei o que seria de mim sem seu conforto. Sua acolhida e orientação em Canindé do São Francisco foram fundamentais para a execução da pesquisa de campo. Admiro sua cortesia e paciência.

Junior, **Renato**, **Dayse** e **Cris** pela pronta disponibilidade ajudar-me. Desculpem-me por ter feito vocês abdicarem do precioso tempo. Vocês foram decisivos.

Fabio Andrey, velho companheiro, que gentilmente articulou lideranças do MST e indicou possíveis assentamentos para a consecução da pesquisa.

Dona Nenê, Edmilson (pai e filho) e Bruno pela conquista de informações, recepção calorosa e boas gargalhadas.

Manoel, Movimento dos Pequenos Agricultores, pelo ensinamento popular e saborosas águas de coco.

Marcos Cesar, articulador do Território do Alto Sertão Sergipano, que pacientemente abriu as portas de sua casa para entregar-me todas as informações que estivessem ao seu alcance.

André (Assentamento Canadá) pela simplicidade e solicitude com que me atendeu.

Maria Franco, pelos ajustes sugeridos durante a Qualificação.

Mauro Iasi, pelas observações pertinentes sobre o Estado e a disponibilidade em me ajudar.

Núcleo de Educação Popular 13 de Maio, onde pude aprofundar os estudos sobre os escritos marxianos. Lá, renovei meu espírito militante, atentando-me para a necessidade de reflexão de vícios tradicionais da militância. Sinto muita saudade de nossas pirocações.

Movimento estudantil e a militância partidária, que me subsidiaram um conhecimento amplo e não institucionalizado, necessário para captar os meandros do discurso e das ações dos sujeitos.

Grupo de Pesquisa Estado, capital, trabalho e as políticas de (re)ordenamento territorial, onde embora tenha tido uma participação irregular, pude beber por diversas vezes das suas discussões.

Conceição, que "franciscanamente" disponibilizou-se a ensinar-me os rudimentos básicos do espanhol.

Meus **ex-alunos de Itabaiana**, que sempre me apoiaram e com os quais mantenho profundo respeito.

Colegas técnico-administrativos do DEF por vivenciarmos as investidas truculentas ou veladas da hierarquia administrativa da UFS e, também, compartilharmos momentos de alegria.

Edson, pela paciência e eficiência na elaboração dos mapas.

Banco do Nordeste Brasileiro pelo suporte financeiro.

Todos que permitiram erigir esse trabalho, mas que diante da minha parca memória não consegui lembrar.

“Não desperdicem um só pensamento
Com o que não pode mudar!
Não levantem um dedo
Para o que não pode ser melhorado!
Com o que não pode ser salvo
Não vertam uma lágrima! Mas
O que existem distribuam aos famintos
Façam realizar-se o possível e esmaguem
Esmaguem o patife egoísta que lhes atrapalha os movimentos
Quando retiram do poço seu irmão, com as cordas que existem em abundância.
Não desperdicem um só pensamento com o que não muda!
Mas retirem toda a humanidade sofredora do poço
Com as cordas que existem em abundância!
Que triunfo significa o que é útil!”

(BRECHT, em Poemas 1913-1956, 2001, p. 89 e 90)

RESUMO

O (re)ordenamento territorial é a tônica das políticas públicas vigentes. Desde o fim da década de 1990 com as crescentes contestações dos limites do desenvolvimento pautado no local, sobretudo pelas restrições de atuação que lhes são pertinentes, a retórica escalar inclinou-se progressivamente para projetar o denominado "desenvolvimento via território". Segundo seus paladinos a singularidade desse modelo consiste da combinação dos elementos de coesão, já preconizados pelo desenvolvimento local (identidade cultural e fortalecimento da sociedade civil), com a capacidade de alcance maior promovido pelo desenvolvimento territorial (pois extrapola a jurisdição municipal, congregando outros municípios). Dentre os benefícios insistentemente mencionados com a adoção desse novo modelo estão: retomada do investimento estatal; fortalecimento do poder decisório dos cidadãos; articulação entre os denominados atores de um determinado território e; crescimento econômico associado à elevação da qualidade de vida. O governo federal desde o ano de 2003 tem procurado dar vazão a essa proposta de desenvolvimento com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) e a criação de Territórios Rurais em todo o país. Em Sergipe, *pari passu* com as orientações gerais da política nacional de desenvolvimento territorial, o governo estadual desde o final de 2006 vem promovendo políticas públicas de enfoque territorial, ora convergindo, ora divergindo com as iniciativas do governo federal. A presente Dissertação tem como principal objetivo o intento de despir o "imponente" desenvolvimento territorial, evidenciando as contradições de suas assertivas. Essas contradições, distantes das justificativas de ordem "operacional" estão assentadas na totalidade expansionista do capital. O mesmo subsiste, essencialmente, pela ininterrupta produção de mais-valor que só pode ser assegurada com a formação de arranjos espaciais e institucionais compatíveis com seu sistema exploratório. Assim, a ação do Estado, através da política de desenvolvimento territorial, encontra-se imiscuída com o sociometabolismo do capital, uma vez que são dispostas áreas para sua territorialização e/ou subordinação em nome do desenvolvimento. Para conferir legitimidade a esse processo são convocados os denominados "atores territoriais" sob discursos inflamados que difundem a possibilidade de pacto social, numa tentativa de ocultar o objeto da irreconciliável divergência entre as classes por meio de uma universalidade abstrata. A execução da pesquisa permitiu constatar que o conhecimento das premissas do desenvolvimento territorial resume-se às lideranças dos movimentos sociais e outras entidades participantes do Colegiado Territorial (por isso, o hiato entre as discussões e deliberações das instâncias formalmente constituídas por esses representantes e seus representados), e os limites dessa política de desenvolvimento que, desarticuladamente, reserva parcos recursos para a consecução das demandas dos colegiados territoriais, ao tempo em que o Estado negocia com grandes proprietários de terra e industriais em uma outra esfera, absolutamente privilegiada. Nesse sentido procura-se captar nas entrelinhas da retórica escalar do desenvolvimento territorial, como o mesmo encontra-se subsumido aos desejos insaciáveis da (re)produção do capital, através da intervenção do Estado que preserva a sociabilidade reificante.

Palavras-chave: Estado, território, políticas de desenvolvimento

ABSTRACT

The (re)planning is the keynote of the existing public policies. Since the late 1990s with the growing challenges of the limits of development guided by the local, mainly by restrictions on activities relevant to them, the scalar rhetoric gradually leaned to design the so-called "development track territory." According to its champions the uniqueness of this model is the combination of the elements of cohesion, as recommended by local development (cultural identity and strengthening of the civil society), with the ability to extend further promoted by the territorial development (because it extrapolates the municipal jurisdiction, bringing other municipalities). Among the benefits mentioned repeatedly by adopting this new model are: return of State investment, strengthening decision-making power of citizens, articulated relationship between the so-called actors of a determinate territory and, economic growth associated with improvement on the quality of life. The federal government since the year 2003 has sought to give expression to this proposed development with the creation of Secretariat for Territorial Development (SDT) and the creation of Rural Areas around the country. In Sergipe, *pari passu* with the general thrust of national policy for regional development, the State government since late 2006 has been promoting public policies for territorial approach, sometimes converging, sometimes diverging with initiatives of the federal government. This thesis has as main objective the intent to strip the "imposing" territorial development, highlighting the contradictions of their claims. These contradictions, far from justifying the “operating” order are settled in all the capital expansion. The same remains essentially due to the continuous production of surplus-values that can only be ensured with the formation of spatial arrangements and institutional compatible with its exploratory system. Thus, the State action, through a territorial development policy, is interfered with the social metabolism of the capital, since they are willing for their territorial areas and/or subordination in the name of development. To give legitimacy to this process are called the so-called "territorial actors" under fiery speeches that diffuse the possibility of social pact in an attempt to hide the object of irreconcilable differences between the classes by means of an abstract universality. The execution of the study revealed that the knowledge of the premises of territorial development boils down to the leaders of social movements and other entities participating in the Collegiate Place (so the gap between the discussions and deliberations of the body formally established by these representatives and their represented), and extent of development policy, disjointedly, reserve scarce resources for achieving the demands of collegiate authorities, at the same time when the State negotiates with the landlords and industrialists in another sphere, absolutely privileged. In this sense it is sought to capture in the thin lines of rhetoric escalate territorial development, as it is subsumed to the insatiable desires of the (re)production of capital, through the intervention of the State that preserves the reifying sociability.

Keywords: State, territory, development policies

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Sergipe. Cultivo de cacto – Poço Redondo, 2009 23

Figura 2 – Pré-Assentamento Adão Preto – Nossa Senhora da Glória, 2010 24

Figura 3 – Assentamentos e Acampamentos no Território do Alto Sertão Sergipano 26

Figura 4 – Cultivo de quiabo – Canindé do São Francisco, 2009 53

Figura 5 – Centro de Formação Ana Patrícia – Poço Redondo, 2009 63

Figura 6 – Territórios Rurais, 2007 64

Figura 7 – Gestão dos Territórios da Cidadania, 2009 67

Figura 8 – Territórios da Cidadania, 2009 68

Figura 9 – As dimensões pertencimento ao território 72

Figura 10 – Os oito Territórios sergipanos definidos pelo governo estadual 74

Figura 11 – Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios do Território do Alto Sertão Sergipano 75

Figura 12 – Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial, 2009 77

Figura 13 – Reunião do Colegiado do Território do Alto Sertão Sergipano – Poço Redondo, 2009 135

Figura 14 – Representante do Movimento dos Pequenos Agricultores no Território do Alto Sertão Sergipano 135

Figura 15 – Crédito Fundiário por Território, 2009 138

Figura 16 – Gráfico de Radar com as entrevistas 156

Figura 17 – Laticínio União – Poço Redondo, 2010 159

LISTA DE QUADROS E TABELAS

QUADROS

Quadro 1 – Fases dos Ciclos de Implementação dos Territórios 60

Quadro 2 - Critérios para a seleção e priorização dos investimentos do Programa Territórios da Cidadania 66

Quadro 3 – Propostas governamentais (2006-2010) 73

Quadro 4 – Investimento externo direto 124

TABELAS

Tabela 1 – Tamanho dos estabelecimentos rurais (1920 – 1995) 41

Tabela 2 – Percentual de proprietários dos estabelecimentos agropecuários (1920 – 1995) 41

Tabela 3 – Taxa de juro do mercado financeiro internacional 43

Tabela 4 – População ocupada por região (1981/1990) 50

Tabela 5 – Financiamentos e Desembolsos do Cédula da Terra (1997-2002) 56

Tabela 6 – Investimento do Orçamento Plurianual por Território 71

Tabela 7 – Propriedades adquiridas por Território através do Programa Nacional de Crédito Fundiário 140

Tabela 8 – Entrevista por localidade 156

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA 05
AGRADECIMENTOS 06
EPÍGRAFE 09
RESUMO 10
ABSTRACT 11
LISTA DE ILUSTRAÇÕES 12
LISTA DE QUADROS E TABELAS 13
SUMÁRIO 14
APRESENTAÇÃO 17
1 – A GESTAÇÃO DE UMA POLÍTICA: INTRODUÇÃO A RETÓRICA ESCALAR DO DESENVOLVIMENTO 19

CAPÍTULO I

2 – SEMI-ÁRIDO: VELHO PALCO DAS POLITICAS "REDENTORAS" DE DESENVOLVIMENTO RURAL 35

2.1 – As premissas do modelo de Desenvolvimento Territorial 58
2.1.1 – A política de Desenvolvimento Territorial do Governo Federal 58
2.1.2 – A política de Desenvolvimento Territorial do Governo Estadual 69
2.2 – Encontros e desencontros entre o planejamento territorial operado pelo Governo Federal e Governo Estadual 75

CAPÍTULO II

3 – OS LIMITES CONCEITUAIS E ESTRUTURAIS DA FUNCIONALIDADE DO ESTADO NA CONFIGURAÇÃO DO TERRITÓRIO DO ALTO SERTÃO SERGIPANO 78

3.1 – O Estado e sua natureza social dissimulada 79
3.2 – O Estado coadjuvante ao capital na captura do território 86
3.3 – O Estado funcional ao capital 90

CAPÍTULO III

4 – A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO: A INSERÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA APLICAÇÃO DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO 95

4.1 – Na consolidação de um Modelo de Desenvolvimento 96

4.2 – O Discurso da industrialização como Modelo de Desenvolvimento 99

4.3 – O Modelo de Desenvolvimento Regional como paradigma entre os anos de 1960-1980 102

4.4 – Nova trama: o local como Modelo de Desenvolvimento 106

4.5 – O Território como paradigma do Novo Modelo de Desenvolvimento 109

4.5.1 – Para o entendimento do significado e dos significantes da categoria Território 110

4.6 – A produção do espaço e da escala pelo capital 115

CAPÍTULO IV

5 - DAS CONTRADIÇÕES: AS INCONGRUÊNCIAS DE UM MODELO 125

5.1 – A política pública nos caminhos do modelo de desenvolvimento local 126

5.2 – Local e território como escalas das políticas de desenvolvimento 128

CAPÍTULO V

6- O "REI" ESTÁ NU: DESPINDO O ESTRATAGEMA DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL 142

6.1 – (Des)mascarando a universalidade abstrata inscrita na sociabilidade reificante 143

6.2 – Os limites do cooperativismo no sistema do capital 158

7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS 169

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 173
ANEXO 182

APRESENTAÇÃO

A presente proposta de Dissertação de Mestrado parte da necessidade de analisar as políticas de (re)ordenamento territorial no estado de Sergipe e seus rebatimentos no espaço agrário do Alto Sertão Sergipano. O Alto Sertão Sergipano destaca-se pelo pouco dinamismo da sua economia, baixo índice de desenvolvimento humano e uma profunda concentração de terras, muito embora, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) venha provocando alterações neste quadro fundiário.

O Alto Sertão Sergipano sempre notabilizou-se como alvo de políticas públicas ao longo da história brasileira, e, desde o início da segunda metade do século XX, houve uma intensificação desse quadro, com a criação da SUDENE, do BNB e de outros mecanismos institucionais. Neste período, a legitimação das ações governamentais em todo Semi-Árido nordestino pautava-se na premissa de que era imprescindível fomentar o desenvolvimento das regiões mais vulneráveis economicamente.

Porém no cenário atual, as intervenções governamentais delineiam-se não mais ancoradas no discurso do desenvolvimento regional, mas sob a direção das emergentes expectativas do desenvolvimento local/territorial. O corolário desse novo modelo consiste no desenvolvimento econômico sustentável, onde a sua realização pressupõe condicionantes, como: o envolvimento pactuado dos atores locais na elaboração e funcionamento dos processos decisórios, a capacitação técnica da força de trabalho empregada, além do incremento em subsídios e incentivo ao melhoramento e a diversificação da produção local.

Em 2003, no primeiro ano do governo Luiz Inácio Lula da Silva, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), vinculada ao Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) deflagrou um processo de criação dos territórios nos estados brasileiros, levando em consideração, segundo o próprio órgão, as características culturais, as condições edafo-climáticas e as potencialidades econômicas do lugar. Nesse contexto o estado de Sergipe foi dividido em 3 territórios, dentre eles, criou-se o Território do Alto Sertão Sergipano (TASS).

Em 2007 o governo estadual manifestou interesse em promover um reordenamento do espaço sergipano e, nesse sentido, articulou com os mais diferentes segmentos da sociedade um planejamento participativo, cujo desfecho foi a criação de 8 territórios que, segundo a SEPLAN (Secretaria Estadual de Planejamento), detêm suas

especifidades jurídico-políticas; culturais; econômicas; semiológicas; psicossociológicas e; de prática histórica. No ordenamento territorial do governo estadual o TASS sofreu alteração em sua dimensão, permanecendo como território.

Dessa forma, foi nosso propósito analisar a viabilidade da constituição de territórios, como o TASS, inscritos sob a lógica do desenvolvimento local/territorial, enquanto instrumento da sustentabilidade do desenvolvimento, assim como o papel do Estado nas transformações territoriais, dentro do quadro de referência das relações capitalistas.

1. A gestação de uma política: introdução à retórica escalar do desenvolvimento territorial

Na última década as políticas de (re)ordenamento territorial forjam-se como estratégia de elaboração de um novo modelo de desenvolvimento, que busca nos territórios, a prosperidade através de iniciativas empreendedoras e do apoio dos denominados "atores territoriais".

Em meados do século XX, porém, as políticas públicas estavam alicerçadas na pretensa integração do Brasil a partir do discurso do desenvolvimento nacional e, posteriormente, centrada na preocupação do crescimento equilibrado das regiões sob os desígnios da teoria da Polarização formulada por F. Perroux (1964). Esta teve sua expressão no modelo de desenvolvimento implantado pelo governo militar, que consistia na criação de distritos industriais como pólos aglutinadores para o crescimento da região que os abrigasse. Para Perroux "o crescimento econômico não se fazia de forma difusa por todo o espaço de um país ou cobrindo as várias partes de uma região, mas se manifesta em certos pontos" (*apud* ANDRADE, 1987: p. 59).

Naquele contexto, a integração nacional propunha a incorporação dos diferentes espaços na matriz produtiva do país, sustentando-se na presença forte do Estado, que era chamado a financiar o progresso e a assumir os princípios protecionistas de inspiração keynesiana. Ou seja, ao Estado caberia a atribuição de fornecer as bases para a reprodução do capital de forma mais imune às constantes crises do capitalismo mundial, através de mecanismos que racionalizassem a produção, de acordo com as demandas deliberadamente induzidas.

A destruição da estrutura de espaços isolados no Brasil colocava-se como crucial, na medida em que garantiria a demanda da reprodução ampliada do capital em todo o território nacional. A pretensa integração interna e mundial da economia brasileira, pela via do planejamento, responderia as demandas da "organização" racional do espaço para a viabilização da acumulação capitalista. Essa tendência, de acordo com Francisco de Oliveira, mostra que o planejamento não se propõe a superar as contradições da sociedade capitalista, pois ele é a

> "antítese dialética entre valor e mais-valia, entre trabalho morto e trabalho vivo, trabalho pago e trabalho não-pago [...] o planejamento não é mais que a forma de racionalização da reprodução ampliada do capital" (Ibid, 1981: p. 24).

Assim, as políticas públicas incorporadas aos planos nacionais de desenvolvimento para o Brasil, a partir do governo militar, levaram o Estado a assumir o controle das relações entre as classes, atuando no sentido da garantia da reprodução dos interesses dos grupos proprietários dos meios de produção.

Resulta daí, que o *modus-operandi* de subordinação do espaço rural pelo capital consiste na chamada modernização da agricultura, cuja essência se revela através do cultivo agrícola em grandes propriedades de terra para a produção capitalista internacionalizada e ainda, pela apropriação de formas de trabalho não capitalistas. Trata-se, portanto, da territorialização do capital monopolista na agricultura[1].

O valor do/no espaço compreendido como síntese dialética do acúmulo de trabalho humano materializado sob a forma de capital constante, enquanto parte integrante do processo de trabalho contínuo de criação de valor, é um dos requisitos fundamentais para a territorialização do capital. Conforme Moraes (2005) o comando do processo de formação territorial pelo valor econômico só vai manifestar-se em toda sua plenitude com o domínio do modo de produção capitalista. Este, tendo como móvel a própria criação de valor (reprodução ampliada), apropria-se do território enquanto um momento do processo de acumulação do capital.

Recentemente, vêm sendo implementadas as políticas públicas de desenvolvimento territorial, compreendendo a emergência do lugar como receptáculo de iniciativas empreendedoras, através de seus "atores locais".

O objetivo desta tendência deita suas raízes no suposto sucesso italiano, denominado de Terceira Itália, onde após a Segunda Guerra Mundial assistiu-se a um processo de indução ao desenvolvimento, numa das regiões mais pobres deste país, norteadas pelas expectativas promissoras a partir dos territórios locais. O entendimento deste fenômeno, não pode prescindir da análise da mundialização do capital. Esta, resultado da acumulação ininterrupta de capitais, fortalecimento dos monopólios e alteração no alcance das ações do Estado, tem provocado significativas interferências na organização sócio-espacial. A produção e reprodução do capital em escalas cada vez maiores pressupõem a sua apropriação/dominação de áreas, que lhes forneçam os

[1] Segundo (OLIVEIRA, 1995: p. 53) "como a rentabilidade do capital no campo não é elevada, monopólio industrial preferiu, seguindo os moldes da fração do capital comercial, implantar-se na circulação, subordinando consequentemente a produção à circulação. Nesse caso, quando submete o camponês aos seus ditames, está sujeitando a renda da terra ao capital. Está convertendo o trabalho excedente do camponês e sua família em renda capitalizada. Está-se apropriando da renda sem ser o proprietário da terra. Está produzindo o capital pela via não especificamente capitalista".

elementos de que precisa. Nesse sentido, o lugar, com suas particularidades, assume a primazia no processo da territorialização do capital, via o planejamento do Estado.

> os lugares são tornados territórios pelo capital e passam a apresentar a alternativa encontrada pelo capitalismo para suprir as suas demandas, por sua vez, a descentralização transfere para a sociedade civil (contraditoriamente, retira dela) a responsabilidade pela eficácia desse território (LISBOA, 2007: p. 141).

Este quadro impõe diferenças à difusão das relações capitalistas no campo brasileiro, veiculadas pelo Estado e pelo capital privado. Estas estão sendo alteradas pelas políticas de (re)ordenamento territorial, que se desenvolvem procurando re-significar o papel do lugar, atribuindo-lhe a condição de depositário de investimentos de capitais e, ao mesmo tempo, sujeito na promoção do seu próprio crescimento econômico.

A retórica empregada pelos signatários dessa proposta procura argumentar sua imprescibilidade diante dos limites dos modelos de desenvolvimento de outrora. Destacando as mudanças engendradas pelo capital no campo, difundem a perda da referência agrícola de seus moradores, em razão da progressiva diversificação econômica. Assim, depositam no desenvolvimento territorial a possibilidade de selar esse processo de modo virtuoso.

> Ao acompanhar o universo rural, observa-se que mudanças vêm ocorrendo na economia dos territórios. A integração dos espaços, na maior parte dos territórios da região, resulta um processo de desprimarização da economia rural, de forma que mais da metade da atual renda das populações rurais depende de atividades não-agropecuárias. Essas economias refletem maior diversificação da atividade econômica, do investimento e do consumo, que são resultantes de diferentes formas de integração econômica e de articulação de cadeias produtivas que favorecem a agregação de valor (PERICO, 2009: p. 27).

Sob os olhares incrédulos dos trabalhadores rurais, historicamente tratados como objetos manipuláveis das incontáveis políticas públicas que vigoraram no Brasil, a política de desenvolvimento territorial é saudada entre um conjunto considerável de obstetras pesquisadores da academia, sempre dispostos a contribuir com a prole numerosa de modelos de desenvolvimento. Os mesmos procuram ressaltar sua capacidade *sui generis* de remir o crescimento pactuado entre os indivíduos sem secundarizar o alcance generalizado do bem-estar, pois detêm "inéditos" atributos, a saber: a transetorialidade e o planejamento participativo no âmbito de uma escala espacial mais ampla que o local e menor que o regional - o território.

O território, portanto, é concebido como desdobramento das relações identitárias de seus moradores que extrapolam os limites enrijecidos da municipalidade. Nele procura-se engendrar políticas públicas consideradas "integradas" e com um enfoque territorial, ou seja, a despeito da tradicional execução das ações públicas setorializadas[2], por Secretarias ou Ministérios, difunde-se a possibilidade de imprimir uma dinâmica no *modus-operandi* das mesmas, onde seja possível a interlocução permanente com a comunidade, como demandante de novos investimentos que atendam suas necessidades específicas. Para tanto, registra-se na política de desenvolvimento territorial o envolvimento dos denominados "atores locais" por meio de um planejamento participativo que assegure o diálogo objetivado pelo pacto do desenvolvimento.

> Para promover o desenvolvimento territorial, não podemos nos omitir de criar nos territórios uma capacidade de planejamento participativo local, crucial para iniciar uma interação entre o nível local e os demais níveis do poder (SACHS, 2009: p. 20).

Esta nova forma de conceber o desenvolvimento territorial, pela via do potencial dos territórios impõe a compreensão dos rebatimentos dessa lógica. Desse modo, nesta pesquisa se propõe uma análise das políticas de (re)ordenamento territorial a partir do ano de 2003 (ano em que se realiza a criação dos territórios, gestada pelo Governo federal), com reflexos nas possibilidades de desenvolvimento sustentável no espaço rural do Alto Sertão Sergipano.

Trata-se de compreender a situação vivenciada pelas comunidades rurais de uma região, onde as políticas públicas planejadas, se espacializam desde a década de 80 com a execução dos programas, Sertanejo e Chapéu de Couro e, no final da década seguinte, com o Pró-sertão. Mas que na nova estratégia de (re)ordenamento territorial no Brasil, em consonância com as novas diretrizes econômicas correspondentes ao ajuste estrutural neoliberal, levou a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), através do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), a criar "Territórios Rurais".

Dentre os territórios criados em Sergipe, está o Território do Alto Sertão Sergipano (TASS), em funcionamento desde julho de 2003. O TASS compreende os municípios de Canindé do São Francisco, Gararu, Monte Alegre, Nossa Senhora da Glória, Poço Redondo, Porto da Folha e Nossa Senhora de Lourdes, conforme se pode ver na figura 03 da pág. 25.

---

[2] Segundo (SACHS, 2009: p. 20) por meio do modelo de desenvolvimento territorial é possível superar aquilo que considera ser um dos principais obstáculos a consecução do desenvolvimento, o enfoque setorial das políticas. "Temos que definir estratégias de desenvolvimento, partindo do território, aprendendo a ultrapassar as perspectivas setoriais".

Segundo documento produzido pelo Incra (2006), sob o título "Plano de Desenvolvimento Territorial do Alto Sertão Sergipano", os municípios que o compreendem, apresentam em comum, uma economia baseada em atividades agropecuárias, alta taxa de analfabetismo funcional entre seus habitantes, condições edafo-climáticas delicadas, baixo índice de qualidade de vida da sua população e significativa concentração fundiária. As figuras abaixo apresentam parte dessa realidade.

FIGURA 1

Cultivo de cacto na agricultura de sequeiro.
Fonte: Pesquisa de Campo, Povoado Queimadas, Poço Redondo – Agosto de 2009.

FIGURA 2

Pré-Assentamento Adão Preto, Nossa Senhora da Glória/SE.
Fonte: Pesquisa de Campo, 20 de fevereiro de 2010.

O quadro fundiário tradicionalmente concentrado no Alto Sertão Sergipano promoveu inúmeros conflitos sangrentos protagonizados pelos conhecidos jagunços das oligarquias rurais, que procuravam intimidar a crescente mobilização social engendrada, sobretudo, pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e militantes de alguns grupos da Igreja Católica. O fato é que nos últimos trinta anos a notável organização dos trabalhadores rurais no Sertão Sergipano permitiu mudanças significativas no panorama fundiário. Basta ver que o Alto Sertão Sergipano tornou-se a área de maior concentração de assentamentos e acampamentos no estado: de maio de 1985 a janeiro de 2010 foram criados 196 assentamentos em Sergipe, sendo 89 (45%) somente no Território do Alto Sertão Sergipano[3]; e registrados 71 acampamentos (44% do total de acampamentos em Sergipe) com 2.538 famílias cadastradas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)[4]. Todavia ainda é a região que apresenta as propriedades com maior média em hectares do estado.

A SDT explica que a formação desse território circunscreve-se na tentativa de promover uma ação integrada do poder público, com os chamados atores locais, cujo objetivo é a recuperação da sua dinâmica econômica. Para tanto são definidas como

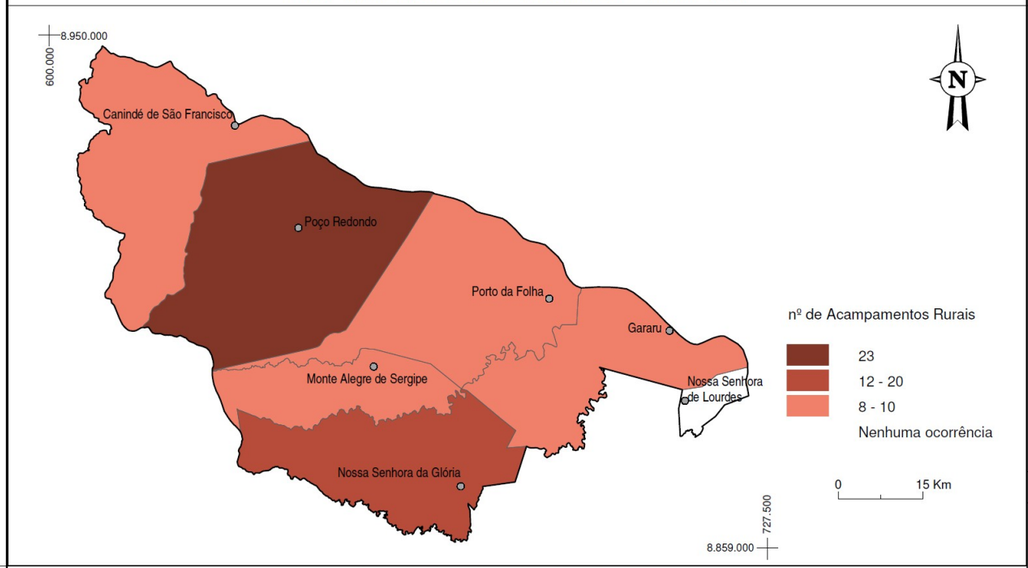
[3] Informação coletada junto a Superintendência Regional do Incra em Sergipe.
[4] As famílias cadastradas pelo INCRA recebem, anualmente, 6 cestas básicas de alimentação por meio de um convênio firmado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Conab.

prioridade: a simplificação da burocracia, aumento dos programas de assistência técnica e de capacitação, recrutamento de mão de obra especializada, incentivo à instalação de agroindústrias e participação da sociedade civil nos processos decisórios.

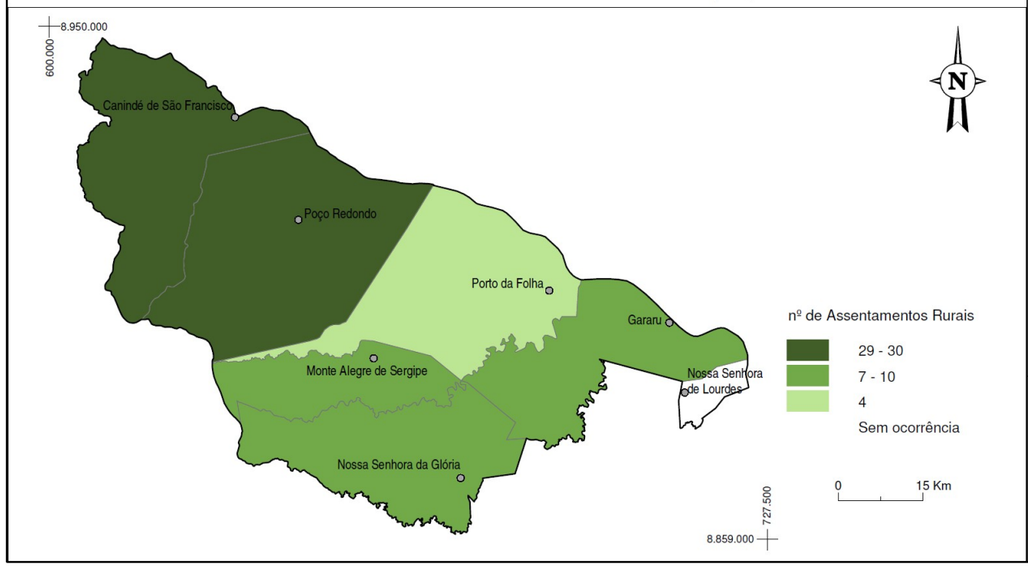
O fortalecimento da economia local orientada no reconhecimento da capacidade de articulação econômica e social condiciona, de acordo com o Documento do Incra (2006), um interesse em potencializar as "vocações" do lugar. Em decorrência, conforme destaca o referido documento,

> o apoio por parte do setor público ao desenvolvimento de Arranjos Produtivos locais (APL's) (...), deve entrar como parte integrante de um projeto mais amplo de desenvolvimento, mudança e modernização da estrutura produtiva e social da região. Todavia, estes, estabelecem-se como importantes instrumentos auxiliares para o desenvolvimento econômico regional através do: desenvolvimento das vocações microrregionais; agregação de valor aos produtos e verticalização da produção por meio de avanços nos elos prospectivos das cadeias produtivas regionais; diversificação da base produtiva e da pauta de exportações da região; avanço no indicador de inclusão social através da melhoria da qualidade do emprego, melhoria salarial, melhoria da qualificação técnica da mão-de-obra e, conseqüente diminuição da desigualdade social; aumento do mercado interno regional; e, gestação de um processo sustentado de crescimento (INCRA, 2006: p. 106).

TERRITÓRIO DO ALTO SERTÃO - ACAMPAMENTOS RURAIS (2010)



TERRITÓRIO DO ALTO SERTÃO - ASSENTAMENTOS RURAIS (2010)



LOCALIZAÇÃO DE SERGIPE NO BRASIL

LOCALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DO ALTO SERTÃO NO ESTADO

Figura 3. Acampamentos e Assentamentos Rurais no Território do Alto Sertão Sergipano (2010).

Dados Brutos:
Base Cartográfica: Limite Municipal, IBGE, 2005. Atlas Digital Sobre Recursos Hídricos do Estado de Sergipe, 2004.
Informações sobre Acampamentos e Assentamentos Rurais: INCRA, 2009/2010.
Pesquisa de Campo, 2009/2010.

Organização: Lucas Gama
Elaboração: Edson Bastos

Ademais, a relevância desse estudo fundamenta-se também, na ratificação do Alto Sertão Sergipano à condição de território, no recente processo de (re)ordenamento territorial engendrado pelo atual Governo estadual. Nesse (re)ordenamento territorial empreendido pelo governo estadual, a partir do ano de 2006, o TASS foi definido com os mesmos municípios já escolhidos pelo Governo Federal. A SEPLAN dissemina que o Alto Sertão Sergipano encontra-se no limiar da fragilidade econômica e social, porém, prevê um cenário promissor para o mesmo com o funcionamento do Território e a execução do conteúdo aprovado no planejamento participativo.

> O Plano Estratégico de "Sergipe, Governo de Todos: desenvolver para incluir" prevê a inclusão pelo direito, por meio da universalização do acesso aos serviços públicos e a inclusão pela renda, de modo a reduzir as desigualdades Territoriais. Assim sendo, no Alto Sertão Sergipano combater a concentração de terras e de poder e ampliar as oportunidades de geração de emprego e renda são as bases para a formulação dos cenários (SEPLAN, 2008: p. 50).

Portanto é de suma importância analisar as políticas públicas consideradas de "enfoque territorial" que se inscrevem no TASS. Destarte procura-se compreender como, sob a égide do desenvolvimento territorial, propagandeia-se uma nova alternativa ao mundo globalizado, descentralizando, ainda que parcialmente, a gestão econômica do lugar e proclamando a participação articulada dos diversos integrantes do território local.

A criação do Território do Alto Sertão Sergipano, inscrita num contexto de uma política nacional de (re)ordenamento territorial, parece indicar as expectativas desses governos, na promoção do crescimento econômico e social guiado em nome do desenvolvimento territorial. Desse modo faz-se necessário analisar o perfil das políticas territoriais engendradas pelo Estado, nas instâncias governamentais federal e estadual no decurso dos últimos 07 anos, sob a gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do governador Marcelo Deda Chagas, respectivamente, e seus rebatimentos na produção do espaço rural de Sergipe, uma vez que, há menções freqüentes nos documentos oficiais e formulações escritas de seus signatários a uma nova forma de funcionamento do poder estatal.

Procura-se difundir o alcance de uma fase "pós-neoliberal" no Brasil, onde a atuação do Estado, através do (re)ordenamento territorial passa a ser referenciada nos marcos de uma intervenção reguladora da economia e no planejamento descentralizado e de corte transversal nas políticas públicas. É feita uma exortação pública à denominada "sociedade civil" para que construa um projeto pactuado e coordenado por esse Estado em prol de um suposto desenvolvimento sustentável. Conforme pode se observar na afirmação de Ignacy Sachs:

> Estamos, portanto, [...] frente ao mesmo desafio: redefinir o papel do Estado desenvolvimentista capaz de levar para frente estratégias de desenvolvimento socialmente includentes e ambientalmente sustentáveis (*apud* BACELAR, 2009: p. 19).

Curiosamente, as pesquisas permitiram observar a ausência do poder público municipal em seu propalado papel de articulador das discussões com os sujeitos locais. Não se verifica, por parte do mesmo, maiores empenhos em investir de legitimidade as decisões tomadas pelo colegiado territorial. Porém sua presença não tão efetiva, se desfaz quando da realização de conferências ou eventos de maior porte, em que estejam presentes a cobertura dos meios de comunicação e/ou representações do governo estadual e federal. Dessa forma há um descolamento das perspectivas difundidas pelo governo estadual e federal com a promoção da política de desenvolvimento territorial e as injunções de caráter político praticadas pelos governos municipais que compõem o território. Em resumo, o Estado concebido como ente jurídico-político capaz, diante da sua suposta "neutralidade imanente", de promover, transversalmente, políticas públicas que respeitem a interação dos sujeitos presentes nas instâncias de decisão do território, não se materializa.

Pelo contrário, o que se observa é uma atuação, por parte dos administradores municipais, mediada, precipuamente, por interesses de ordem política. Para fins ilustrativos pode-se citar algo corriqueiro no Alto Sertão Sergipano, onde os administradores municipais promovem uma duradoura propaganda às suas ações de execução de obras públicas, com dinheiro oriundo das deliberações tomadas no colegiado territorial, a despeito de sua ausência nas reuniões do mesmo. Isso significa que mesmo ausente da intermediação das discussões no colegiado territorial o poder público não se mostra completamente alheio ao que é deliberado, pois considera os possíveis louros que poderá obter quando da execução dos programas ou obras públicas.

Costa & Lopes ao analisarem a dinâmica das reuniões das instâncias colegiadas do Território do Alto Sertão Sergipano e do Território Agreste, em Alagoas, notaram uma oscilação na freqüência da participação dos "atores sociais", de acordo com o caráter da reunião. Quando era convocada reunião para tratar de distribuição de recursos para a consecução dos projetos e demandas verificava-se uma maciça presença dos representantes dos movimentos sociais e do poder público. Todavia, quando a pauta não contemplava discussão sobre a partilha dos investimentos a ausência desses representantes era flagrante. Além disso, os referidos autores ressaltam que essa inassiduidade era mais evidente entre os representantes dos governos municipais.

> Pelo que se pôde perceber, as entidades não-governamentais participam com maior assiduidade das reuniões [...] do CODETER do que os representantes dos órgãos públicos – inclusive as prefeituras, que têm inserção diferenciada no processo de desenvolvimento do território (COSTA & LOPES, 2009: p. 22).

Evidencia-se, portanto, um obstáculo à expansão da denominada "flexibilização" das tomadas de decisão e do gerir contidas nos objetivos do desenvolvimento territorial. Esse obstáculo não pode ser explicado, simplesmente, pela prevalência de desejos eleitoreiros em detrimento da coletividade, nem como um problema de má formatação e operacionalização da política de desenvolvimento. Embora tal constatação se apresente ideologicamente na interpretação dos representantes das organizações de trabalhadores rurais no colegiado territorial:

> __Tem um problema de operacionalização, que é um fator limitante, pois o colegiado não tem função executiva, assim, mesmo que aprove suas propostas, elas acabam não sendo executadas, já que o poder público muitas vezes não participa. (Avelange Santos, membro do Movimento dos Sem-Terra no Alto Sertão Sergipano).
>
> __Infelizmente boa parte dos recursos alocados pelo MDA quem vai gerir são os prefeitos, e aí acaba tendo desvio. (José Moraes do Nascimento, representante de uma Associação Rural de Nossa Senhora da Glória no colegiado territorial).
>
> __Todos os prefeitos quando conseguem recursos oriundos do território não dizem que veio das decisões do mesmo. Pelo contrário divulga que foi o empenho dele que conseguiu. (Ibid).
>
> __Eu defendo que não tenha no colegiado membro das prefeituras, porque em caso de escândalo ele não vai denunciar. (Ibid).
>
> __O planejamento territorial está muito devagar, porque as propostas estão emperradas nas prefeituras. Elas é que acabam sendo beneficiadas. (Lindinalva Melo de Souza, representante da Associação de Mulheres

> Indígenas da Aldeia Índígena da Ilha de São Pedro no colegiado territorial).
>
> __A Associação das Mulheres Indígenas ficou prejudicada porque um carro conquistado pelo Território para a associação foi entregue pelo Prefeito Manoel de Rosinha dizendo que foi ele quem deu. Além disso, o carro é usado para uso pessoal do cacique. (Ibid).
>
> __O planejamento territorial pode trazer benefícios, mas tem lacunas, porque o que vem de dinheiro é pequeno, além de ser repartido para cada prefeito de acordo com seu interesse. (Carlos André Alves Neto, 27 anos, Assentamento Canadá).
>
> __Nas Conferências Municipais, o poder público municipal financia parte do evento e por sua vez se acha no direito de indicar qualquer ator que seja conveniente. (Edmilson Balbino, representante da Articulação do Semi-Árido- ASA).

Faz-se imperioso compreender que no sistema do capital o Estado tem sido fundamental para o controle da produção, constituindo uma estrutura de comando política e totalizadora do sistema. Entretanto, as contradições do capital ao afetarem o sistema reprodutor de mercadorias acabam afetando também os limites estruturais da articulação: Estado *versus* mercado, expondo a sua incapacidade da garantia do controle da ordem reguladora do sistema. O que implica na essência da sua própria condição de criação, levando a se questionar: o que é o Estado e qual a sua funcionalidade?

Além disso, esse estudo procura analisar a retórica escalar das políticas de desenvolvimento que se apropriaram de um conjunto de expressões articuladas, aparentemente inofensivas, porém dotadas de um grande poder reificador, pois procuram se valer de uma universalidade artificial, abstrata, desprovida de substancialidade – meramente calcada na igualdade formal burguesa – marginalizando, senão, ocultando os confllitos de classes decorrentes do sistema exploratório do capital.

A presente pesquisa de Mestrado tem como proposta metodológica estabelecer uma discussão teórica, à luz dos dados e informações colhidas junto aos trabalhadores e órgãos governamentais sobre as políticas públicas de (re)ordenamento territorial, tendo como principal categoria geográfica de análise, o território.

Ao problematizar o Território do Alto Sertão Sergipano implica-se na necessidade de refletir sobre os discursos geográficos que compõem o debate das distintas concepções sobre território e, conseqüentemente, as ações que envolveram e envolvem os sujeitos históricos que o compõe. A formação dos territórios envolve representações, discursos, articulações e práticas dos diferentes sujeitos que o constitui, ao tempo que expressa os distintos interesses, deixando explícitos os antagonismos de classe.

Parte-se nesta pesquisa do conceito de território não como substrato material ou área, mas concebido como resultado dos embates travados no campo político, social, econômico, ou, em outras palavras, pelas relações de apropriação e domínio dos meios de (re)produção da existência humana. O território é por excelência o lugar do conflito, das disputas socialmente construídas, conforme salientam David Harvey (2005), Neil Smith (1988) e Moraes (1982).

O recorte espaço-temporal estabelecido adotou o modelo de desenvolvimento territorial nos municípios do Território do Alto Sertão Sergipano, a partir da implementação da política de (re)ordenamento territorial do Governo de Luís Inácio Lula da Silva. Diante da considerável dimensão do Território do Alto Sertão Sergipano e, principalmente, do emprego da análise dialética da singularidade/totalidade não percorremos todos os municípios do referido território. Selecionamos apenas três (Canindé do São Francisco, Nossa Senhora da Glória e Poço Redondo) pelos seguintes motivos:

1- São os municípios que detém a maior quantidade de assentamentos de reforma agrária (somente Poço Redondo possui 30) e acampamentos de trabalhadores rurais sem-terra (somente Poço Redondo possui 23);

2- Nossa Senhora da Glória é o município que exerce uma centralidade político-econômica sobre os demais integrantes do Território do Alto Sertão Sergipano por concentrar a oferta de vários serviços públicos (especialmente na área de saúde e educação) e atividades econômicas e;

3- Canindé do São Francisco é o município que detém o maior PIB de todo o território, em razão dos royaltys provenientes da Usina Hidroelétrica de Xingó/CHESF. Além

disso, destaca-se por ser um município que sediou expressiva quantidade de projetos de irrigação agrícola nas três ultimas décadas.

O uso do método materialista histórico-dialético, tendo como condição básica o entendimento da totalidade das relações políticas e sociais, permite compreender o processo de formação territorial (Brasil/Sergipe/Mundo) nas diferentes escalas geográficas, sustentando-se nas fundamentações basilares de Karl Marx e Friedrich Engels, tendo como centralidade o conflito capital-trabalho, na leitura de Neil Smith sobre a teoria do desenvolvimento desigual e da produção escalar, de François Chesnais sobre a mundialização do capital, de István Mészáros sobre os limites estruturais do sistema exploratório do capital, além de outros pensadores.

Instrumentalizado pelo referido método buscou-se compreender as contradições na construção socioespacial sem incorrer numa análise linear dos fatos (causa e efeito) e idealista (que inverte a gênese da determinação social). A leitura das contradições permite identificar e analisar as múltiplas determinações que envolvem o fato histórico-geográfico, negando a naturalização dos acontecimentos e os concebendo como um processo histórico que sob o capitalismo se apresenta, inexoravelmente, permeado por incongruências.

O estudo foi elaborado, a partir da análise geográfica, pois a geografia tem a capacidade de detectar e analisar os processos que regem as transformações sócio-espaciais, contudo, será imprescindível estabelecer um diálogo permanente com a História, a Economia Política e a Filosofia. O aprofundamento desse debate teve como suporte as interlocuções com a orientadora e os estudos no Grupo de Pesquisa: Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Re-ordenamentos territoriais/ NPGEO-UFS vinculado ao CNPq.

Paralelamente à leitura teórica foi desenvolvida a pesquisa documental por investigações: primária e secundária, através de visitas aos órgãos governamentais (MDA, INCRA, SEPLAN, IBGE, DEAGRO, PRONESE e Prefeituras); como também em consultas às teses, dissertações, monografias e documentos em geral que subsidiaram os resultados do nosso levantamento empírico.

Foram realizadas 112 entrevistas na área da pesquisa, com os moradores dos assentamentos e pré-assentamentos de três municípios que compõem o TASS (Canindé do São Francisco, Nossa Senhora da Glória e Poço Redondo) representantes do poder público local (especialmente, Secretários de agricultura), além de professores e demais profissionais, representantes de instituições governamentais e não governamentais, direta ou indiretamente envolvidos no processo de gestação e/ou execução do mesmo.

As entrevistas foram abertas e fechadas, as últimas acompanhadas da aplicação de questionários, sendo utilizados os critérios de amostragem. Os resultados obtidos permitiram uma leitura qualitativa e quantitativa (levantamentos estatísticos e cartográficos) para a análise conclusiva do nosso objetivo geral.

De forma geral, esta referente Dissertação está estruturada em cinco capítulos, além da presente introdução e reflexões finais. No Primeiro Capítulo, fazemos uma análise da execução das políticas públicas, anunciadas como redentoras, no Semi-Árido nordestino. Traçamos um panorama que evidencia a apropriação das "intempéries da seca" pelo discurso estatal como legitimação para a implantação de vários projetos de desenvolvimento rural, que, na prática, objetivavam arrefecer a mobilização em curso dos trabalhadores rurais e preservar o quadro fundiário. Além disso, apresentamos as premissas das políticas de desenvolvimento territorial dos governos estadual e federal, registrando suas convergências e diferenças.

No Segundo, tecemos um estudo conceitual do Estado, delineando as contradições de suas ações, enquanto funcional ao capital. Procura-se evidenciar que a reprodução sociometabólica do capital, sob qualquer de suas formas, exige uma conformação legal e política que lhe corresponda.

No Terceiro, analisamos a retórica escalar das políticas públicas no Brasil, cujas quais se ancoraram na insígnia do desenvolvimento como estandarte para sua legitimidade. Procuramos evidenciar que a mudanças escalares (nacional, regional, local e a denominada "territorial") nas políticas de desenvolvimento representaram um verdadeiro embuste, pois tratavam-se (e ainda continuam a ser) da apropriação do espaço pelo capital que (re)dimensiona sua relação exploratória via planejamento estatal. Além disso, de forma sintética apresentamos a variada semantização do território e suas conexões com a definição territorial, presente nas vigentes políticas de desenvolvimento.

No Quarto, procuramos apresentar as convergências e divergências dos modelos de desenvolvimento local e territorial, evidenciando que o impoluto discurso que permeia o debate entre os defensores dos mesmos, oculta as relações contraditórias subjacentes que comandam o planejamento, a execução e o conteúdo das políticas a serem promovidas.

No Quinto, buscamos desnudar a essência da política de desenvolvimento territorial. Analisamos que, sob as determinações da sociedade produtora de valor, qualquer menção ao desenvolvimento equânime e sustentável torna-se estéril. Trata-se, na verdade, da articulação de um discurso que procura reificar as relações entre as classes, sob o manto de universalidades

abstratas (atores territoriais, sociedade civil organizada, etc.), sem apontar soluções para a destruição da sociabilidade heterônoma sob o capital.

As páginas que seguem estão destinadas a contribuir com a produção teórica daqueles que se insurgem contra os imperativos da ordem hegemônica do capital e seus artífices, representados, especialmente, nos discursos mistificadores do desenvolvimento institucionalizado.

2- Semi-Árido: velho palco das políticas “redentoras” de desenvolvimento rural

“Sertão, argúem te cantô,
Eu sempre tenho cantado
E ainda cantando tô,
Pruquê, meu torrão amado,
Munto te prezo, te quero
E vejo qui os teus mistéro
Ninguém sabe decifrá.
A tua beleza é tanta,
Qui o poeta canta, canta,
E inda fica o qui cantá”.

(Patativa do Assaré, De Eu e o Sertão: Cante lá que eu canto Cá - Filosofia de um trovador nordestino - 1982)

2- Semi-Árido: velho palco das políticas "redentoras" de desenvolvimento rural

O Semi-Árido sergipano notabilizou-se como depositário de políticas emanadas do poder estatal - desde o período imperial, que se propunham a mitigar ou solucionar os inúmeros 'problemas' encontrados no mesmo, a saber: prolongados períodos de seca, condições sociais das famílias camponesas ao patamar da miserabilidade e profundo atraso da economia.

No referido período Imperial e nas primeiras décadas de vigência da República Brasileira não havia, a rigor, a efetivação de uma política de planejamento, que contemplasse o Sertão Sergipano e Nordestino[5]. Pelo contrário, os extensos períodos de estiagem e os rebatimentos dos mesmos sobre a vida dos trabalhadores camponeses serviram como justificativa para que o Estado gestasse uma política limitada ao combate a seca. Ou seja, as condições adversas que a natureza proporcionava, endossava a retórica da classe dominante na época – devidamente representada no Estado – de que as históricas dificuldades da população sertaneja provinham, exclusivamente, das limitações impostas pelas condições naturais.

> Desse modo o imaginário da seca nordestina, como tragédia social e econômica, faz da natureza um ente quase metafísico, idealizada e trabalhada nos discursos, como um obstáculo ao progresso e à justiça social (MARIA SANTOS, 2008: p. 127).

Nesse sentido, é efetivada uma política de caráter emergencial – anunciada como necessária – mas que se revelou absolutamente ineficaz, uma vez que, assegurou a construção de obras públicas em grandes propriedades, permitindo o beneficiamento e a valorização das mesmas e a perpetuação das míseras condições sociais das famílias camponesas. Revelou-se, portanto, a relação orgânica que as oligarquias do Sertão Nordestino mantinham com o poder estatal[6], pois não apenas valorizaram suas terras com investimentos públicos, como também, aprofundaram a subordinação político-econômica das famílias rurais ao poder oligárquico[7].

---

[5] Conforme Oliveira (1981) não existia nesse período a formulação de teorias de planejamento, muito menos a formulação de políticas planejadas por parte da iniciativa estatal.

[6] Segundo Bursztyn (2008) não se pode dissociar a ação do Estado da economia nordestina, pois sempre houve um entrelaçamento do capital com o Estado na região nordestina.

[7] Segundo (CASTRO, 1992: p. 60) "deve ser ressaltado que a construção da idéia de um Nordeste pobre e sofrido, para o qual as atenções do país precisavam estar freqüentemente voltadas, correspondia à valorização da elite açucareira no contexto nacional. Esse paralelismo [...] é significativo da ambivalência da historia política da região, cuja oligarquia, enquanto se apropriava da imagem de pobreza, participava ativamente do bloco de poder do Estado".

> Em 1900 uma crise assola a região Nordeste, levando o Governo Federal a disponibilizar recursos para ações emergenciais, principalmente para construções de obras públicas. A prática utilizada para resolver o problema em períodos de crise foi a mesma da monarquia, onde esperava-se as conseqüências dos longos períodos de estiagem para se colocar em pratica os planos emergenciais e as políticas assistencialistas (LEITE SANTOS, 2004: p. 45).

Assim a criação de órgãos como o IFOCS (Instituto Federal de Obras Contra a Seca), substituído posteriormente pelo DNOCS[8] (Departamento Nacional de Obras Contra a Seca), apenas permitiram a formação de um anteparo ao governo central diante das constantes ameaças a sua própria legitimidade – vide a insurgência de Canudos – e a hegemonia política da classe dominante local.

É na segunda metade do século XX que o Estado brasileiro adentra nas veredas do planejamento de políticas direcionadas para o Nordeste. Tal iniciativa, a despeito do que é difundido, não foi motivada pela persistência do velho problema de miserabilidade do conjunto de trabalhadores do campo. Pautou-se no propósito de controlar os conflitos de classe que se avolumavam em razão da estrutura societal, cuja marca principal, era o poder público como notória extensão do poder privado.

> A ação planejada do Estado, no sentido aqui proposto, ocorre somente quando a luta de classes chega a um ponto de ruptura, em que não apenas a estrutura existente não tem mais condições de continuar a reproduzir-se, como se vê seriamente ameaçada pela emergência política de agentes que lhes são contrários. Não é a estagnação que força ao planejamento, nem apenas a situação de miséria das massas camponesas e trabalhadoras do Nordeste algodoeiro-pecuário (OLIVEIRA, 1981: p. 52).

O então presidente da República, Juscelino Kubitscheck, instituiu o GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste) cujos trabalhos, conforme Araújo (2000), apontaram a necessidade de criação de autarquia estatal, que servisse como fonte de elaboração de políticas para o Nordeste. Assim é criada em 1959, pela lei nº 3692, a SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) que

> traz inscrita, desde a sua origem a marca da intervenção "planejada" no seu programa, que se reflete mesmo nos textos das leis de sua criação e de seus

[8] Por intermédio do DNOCS, as grandes obras hidráulicas se tornam um instrumento fundamental para a continuidade das relações de reciprocidade características do 'compromisso coronelista' (BURSZTYN, 2008: p. 100). Na trama da aliança entre o Estado e a oligarquia agrária, as condições geo-ambientais nordestinas (escassez e a má distribuição de chuvas) que limitava as atividades econômicas rurais no Semi-Árido tornaram-se justificativa para levantar recursos públicos à serviço da sua manutenção no poder, financiando a construção (ou não) de obras hídricas com objetivos teóricos de combate às secas na região.

> planos-diretores, isto é, de uma tentativa de superação do conflito de classes intra-regional e de uma expansão pelo poder de coerção do Estado, do capitalismo do Centro-Sul (OLIVEIRA, 1981: p. 116).

De acordo com Oliveira (1981), a criação da SUDENE esteve plasmada no avanço do capitalismo monopolista sobre terras brasileiras, que lhe assegurou a captura das políticas estatais ao processo de reprodução ampliada do capital, associada à ingerência do imperialismo norte-americano – haja vista que a emergência das Ligas Camponesas no campo nordestino era motivo de grande preocupação para os artífices da "Aliança para o Progresso" – e com a mediação do governo brasileiro.

> Ao Estado caberia o papel de fazer a inserção do Nordeste aos padrões de desenvolvimento estabelecidos pelo próprio movimento de expansão do capitalismo monopolista no país, através de uma intervenção planejada, resolvendo as tensões e conflitos que marcavam a região e que já chamavam a atenção de organismos internacionais ligados aos EUA e a alguns países da Europa (MARIA SANTOS, 2008: p. 230).

Não obstante os objetivos anunciados nos planos diretores da SUDENE, em cujos quais se incluía a reforma da estrutura fundiária, as ações dessa Superintendência nem sequer arranham a estrutura de classes e as relações econômicas predominantes no Nordeste. No Sertão, a deficiência hídrica e os conflitos agrários continuaram sendo uma pauta inconclusa, pois os aportes de investimento priorizaram a expansão e a modernização da agricultura monocultora para exportação, passando ao largo, qualquer questionamento sobre a concentração de terras.

> No Semi-Árido surgem, apoiados pelo governo, pontos de concentração de uma moderna agricultura irrigada voltada para exportação [...], enquanto a pecuária recebe os créditos oficiais e os incentivos da SUDENE para consolidar (em vez de reformar) a velha estrutura fundiária dessa sub-região nordestina. Como a organização socioeconômico e política não se alterou, as secas continuam gerando crise econômica e produzindo calamidade social [...]. Nesses momentos, como mostrava o GTDN, o governo continua a realizar vultosos gastos para assegurar o mínimo de consumo aos sertanejos, empregando-os temporariamente para realizar obras e serviços à espera de um próximo ano de chuvas regulares (ARAUJO, 2000: p. 160).

A deflagração do golpe militar, no ano de 1964, acelerou e aprofundou a modernização conservadora da economia brasileira – iniciada em governos anteriores sob o mote do desenvolvimentismo – através de financiamentos à construção de Parques Industriais e a produção agrícola. O Estado controlado pelos militares imiscuiu-se ainda mais com o capital internacional que passou a enxergar o quadro político brasileiro como um verdadeiro "porto

seguro" para os investimentos privados[9]. Segundo Maria Santos (2008) o planejamento operado pelos militares guiava-se por uma enorme centralização, onde as ações direcionadas ao campo encaixavam-se, rigorosamente, nas orientações do planejamento econômico. O Plano Integrado de Desenvolvimento (PIN), gestado no governo de Emilio Garrastazu Médici, retomava idéias do GTDN e compreendia, segundo Carvalho (1987), a expansão das fronteiras agrícolas para a Amazônia, incentivo a sua ocupação por migrantes nordestinos e efetiva transformação da agricultura castigada do semi-árido[10].

O Estado, condutor dessa política de desenvolvimento regional, fez uso de "generosa concessão de financiamentos e créditos subsidiados" (CARVALHO, 1987: p. 169) que estreitaram a produção agropecuária da região aos propósitos do setor industrial hegemônico do Centro-Sul.

Vinculado ao mesmo é criado o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA), que servirá como referência para execução de programas posteriores pela ditadura. O PROTERRA foi anunciado como um programa de grande envergadura, que proporcionaria uma modificação na estrutura fundiária brasileira sem "desordem", amistosamente.

> A proposta do PROTERRA era de transformar o campo, conduzindo a uma reforma agrária, de forma "pacífica". [...]. Buscava-se obter um grande alcance social, por outro lado, evidenciavam-se as preocupações do Estado com a expansão capitalista e com a capitalização do campo, necessárias para a legitimação do próprio Estado (LEITE SANTOS, 2004: p. 62).

Nesse sentido, preconizava-se a realização de uma reforma agrária mediada pela negociação comercial, onde o Estado se responsabilizaria pela desapropriação de terras improdutivas a preços acima da média e sem qualquer pressão dos trabalhadores rurais. Além disso, o PROTERRA estimulava a produção para fins comerciais com concessão de empréstimos aos camponeses para ampliação de suas terras cultiváveis e modernização de suas propriedades

---

[9] Segundo (IANNI, 1991: p. 274), durante a ditadura militar, o "Estado foi levado a interferir de modo crescente na economia, principalmente para aperfeiçoar as condições propícias aos investimentos e negócios privados. [...] o poder público reelaborou e aperfeiçoou as garantias políticas, para que os investidores estrangeiros pudessem sentir os seus interesses assegurados. [...] Nesse sentido, também, é que o intervencionismo estatal fazia parte necessária do sistema de garantias para o funcionamento e o florescimento da empresa privada, nacional e multinacional. Tratava-se de diminuir ou controlar os riscos políticos que poderiam ameaçar os investimentos privados, de origem interna e externa".

[10] Iná Maria Moreira de Carvalho (1987) explica que o slogan do Programa Integrado de Desenvolvimento (PIN) "os homens sem-terra do Nordeste para as terras sem homens da Amazônia" significou a altissonante tentativa de contornar as pressões sobre a terra e atenuar os conflitos de classe que marcavam a aquela região sem resolver a questão fundiária e as estruturas de apropriação e dominação bastante conhecidas.

rurais e assegurava a expansão e consolidação de agroindústrias. Segundo o Decreto-Lei nº 1179, que cria PROTERRA, entre as suas finalidades estavam:

1- aquisição de terras ou sua desapropriação, por interesse social, inclusive mediante prévia e justa indenização em dinheiro [...] para posterior venda a pequenos e médios produtores rurais da região;
2- empréstimos fundiários a pequenos e médios produtores rurais, para aquisição de terra própria cultivável ou ampliação de propriedade considerada de dimensões insuficientes para exploração econômica e ocupação da família do agricultor e;
3- financiamento de projetos destinados à expansão da agro-indústria, inclusive a açucareira, e da produção de insumos destinados à agricultura.

Em seus poucos anos de existência, o PROTERRA[11] deu suficiente provas de incapacidade de promover melhorias nas condições sociais das famílias camponesas, através do acesso "mais fácil" à terra. Seu propósito destoava absolutamente da histórica luta dos movimentos sociais do campo, que reivindicavam uma partilha mais justa da terra, pois lograva a territorialização e monopolização do capital no espaço agrário.

> [...] sob o manto ideológico das intenções sociais e redistributivas, o que o Governo realmente buscava era viabilizar a transformação e a modernização da agropecuária do Nordeste (CARVALHO, 1987: p. 187).

Seus resultados foram tão pífios que segundo documento elaborado pela Presidência da República, sob a gestão de Fernando Henrique Cardoso, intitulado "Reforma Agrária: compromisso de todos"[12], após quatro anos de vigência, o programa tinha assentado somente 500 famílias[13]. Assim, conforme Sorj (1980), o programa que se orientava inicialmente para a distribuição de terras dedica a maior parte dos investimentos a programas de modernização agrícola, que culminarão na desapropriação dos trabalhadores rurais já estabelecidos.

---

[11] Para (ANDRADE, 1986: p. 47) o PROTERRA "que deveria promover a 'reforma agrária consentida', do slogan da época, possibilitou um bom negócio a alguns proprietários, os quais puderam se desfazer por alto preço e pagamento à vista de áreas de menor valor e interesses; além disso, provocou a demissão dos trabalhadores que viviam nessas áreas e facilitou a um pequeno número de parceleiros, que muitas vezes não eram trabalhadores rurais, tornarem-se pequenos proprietários, indicados pelos proprietários".

[12] Documento elaborado pela Presidência da República (Brasília, 1997) e disponível em http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/REFAGR.HTM

[13] Segundo Manuel Correia de Andrade (1986) a abrangência do PROTERRA compreendia os estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Sergipe, porém sua execução foi limitada. Em Sergipe apenas foi desenvolvido um tímido programa no município de Nossa Senhora da Glória do qual formou-se uma única cooperativa com treze associados.

As tabelas abaixo, publicadas pelo IBGE, são bastante ilustrativas desse processo. A primeira tabela indica que a existência do PROTERRA fez aumentar, acima da média, entre os anos de 1970 e 1975, a quantidade dos grandes estabelecimentos rurais. A segunda tabela revela o parco crescimento do número de proprietários de terra, entre os anos de 1970 e 1975, que nem sequer se aproxima de décadas anteriores, contrariando o objetivo de livre acesso à terra pela via pacífica preconizado pelo referido programa.

TABELA 1

Ano	Estabelecimentos de 1000 e mais (ha) – total (unidade)
1920	26045
1940	27822
1950	32628
1960	32480
1970	36874
1975	41468
1980	47841
1985	50411
1995	49358

Fonte: IBGE, Censo agropecuário (2006).

TABELA 2

Ano	Condição legal do responsável pelos estabelecimentos agropecuários - Proprietário Percentual(%)
1920	89.05
1940	72.28
1950	75.24
1960	66.96
1970	59.55
1975	61.63
1980	62.66
1985	61.00
1995	69.84

Fonte: IBGE, Censo agropecuário (2006).

Quanto ao PIN, sem sombra de dúvidas, correspondeu a mais um artífice da enfadonha retórica do *establishment* militar, uma vez que sua inocuidade para a solução das vicissitudes da convivência com a seca, não foi proporcional a engenhosidade de oferecer maior controle do Estado brasileiro sobre suas fronteiras e a captura da agricultura nordestina, especialmente do Semi-Árido, ao ciclo de acumulação do capital.

> Os anos setenta foram os anos em que a modernização conservadora do setor rural brasileiro chegou a uma fase de consolidação. O Estado foi o grande

> artífice e condutor desse processo, através de uma série de políticas que procuravam adaptar a agropecuária às novas exigências do avanço do capitalismo (CARVALHO, 1987: p. 168).

O longo ciclo de acumulação do capital, iniciado no período pós-Segunda Guerra Mundial se fecha com a crise de realização do valor, em meados da década de 1970. Nesse momento, como o capital encontrava-se absolutamente internacionalizado, a referida crise provoca rebatimentos nos países capitalistas periféricos, historicamente subordinados financeiramente aos organismos multilaterais, pois estes passam a cobrar juros ainda mais estratosféricos na concessão dos empréstimos. No Brasil, por exemplo, o governo militar a fim de promover o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) renegociou a crescente dívida brasileira com o Banco Mundial, em termos ainda mais submissos. Na tabela seguinte observa-se a variação da taxa de juros cobrada no mercado internacional nos respectivos anos. É possível notar que na década de 1970 mantém-se uma ascendente considerável na Prime-rate (EUA), principal taxa cobrada na concessão dos empréstimos internacionais.

TABELA 3

Taxa de Juros

Mercado Financeiro Internacional
1968-1996
(% a.a)

Período (*)	Prime-rate EUA (*)	LIBOR Reino Unido (*)
1968	6,75	7,13
1969	8,50	10,06
1970	6,75	6,75
1971	5,25	5,81
1972	5,75	5,88
1973	9,75	10,13
1974	10,25	10,19
1975	7,25	6,63
1976	6,00	5,38
1976	7,75	7,50
1977	11,75	12,31
1979	12,88	12,27
1980	20,18	18,03
1981	15,77	14,12
1982	11,50	9,83
1983	11,00	10,39
1984	11,24	9,50
1985	9,50	8,11
1986	7,50	6,23
1987	8,75	7,99
1988	10,50	9,44
1989	10,50	8,30
1990	10,00	7,78
1991	7,21	4,55
1992	6,00	3,72
1993	6,00	3,49
1994	8,50	6,87
1995	8,83	6,10
1996 (**)	8,32	5,38

(*) As taxas Prime-rate e Libor referem-se à média anual.
(**) 1996 - média das taxas dos meses de janeiro a abril.
Fonte: Adaptado do Banco Central.

O II PND (1975-1979) estendia a continuidade da política de desenvolvimento regional alçada durante a presidência de Garrastazu Médici. Entretanto o II PND dava uma ênfase maior à necessidade de industrialização e dinamização das economias regionais deprimidas através da implantação dos Pólos de Desenvolvimento Integrado. Somado a isso, conforme (Carvalho, 1987), propunha a consolidação da chamada "vocação" brasileira de exportador de matérias-

primas e alimentos para o mercado mundial. Para a concretização desse fim era anunciado no bojo do II PND um grande esforço de investimento na produção agrícola do Nordeste, que modernizaria por completo a tradicional exportação de *commodities* nacional – que nada contribuía para a resolução da miséria reinante no Semi-Árido nordestino.

> Pode-se inferir que a política de crescimento do II PND priorizou a expansão da indústria para atender as exigências do desenvolvimento capitalista e direcionou suas ações para a implantação de grandes complexos industriais integrados, os quais promoveriam a exploração dos recursos naturais da Região, transformando a agricultura nordestina de acordo com exigências do desenvolvimento capitalista [...] ressaltando a conversão da agricultura de subsistência em agricultura para o mercado[...] (LEITE SANTOS, 2004: p. 66).

A criação do programa denominado POLONORDESTE constituiu uma etapa do II PND. O POLONORDESTE[14] foi resultado de um acordo celebrado pelo Ministério do Interior e o Banco Mundial em 1973 e previa o aporte de investimentos na instalação ou melhoria da infra-estrutura (rede viária, eletrificação rural, abastecimento de água, postos de saúde e escolas) e modernização de áreas prioritárias do Nordeste, com a fixação de pólos agrícolas e industriais que irradiassem o desenvolvimento para as áreas adjacentes.

> Escolhidas em função de suas potencialidades naturais, essas áreas abrangiam bacias hidrográficas dos principais vales úmidos do Nordeste, serras úmidas (as mais férteis e de clima mais ameno do semi-árido), zonas de agricultura seca, tabuleiros costeiros e a pré-Amazônia, supondo-se que elas seriam capazes de dar uma resposta mais positiva e imediata às ações do setor público se transformar em "pólos" que irradiassem efeitos propulsores para as áreas circunvizinhas, contribuindo para uma generalização do processo de expansão e de modernização da economia rural da Região (CARVALHO, 1987: p. 206).

Mesmo considerado o programa de maior eficiência sobre a situação social da população rural nordestina, pode-se afirmar que o POLONORDESTE constituiu-se como mais um embuste gestado pelo Estado capitalista sob as rédeas dos militares. A tão esperada melhoria na saúde e educação contemplou irrisoriamente a demanda inicial; os investimentos sofreram drásticos cortes ao longo de sua execução, além dos constantes atrasos de liberação; a agricultura camponesa foi solenemente marginalizada - recebendo assistência técnica e pequenos créditos àquelas famílias que demonstrassem estar dispostas a ingressar na "roda-viva" da produção para

[14] Segundo Ibarê Dantas (1997) a gestão do Governador Augusto Franco em Sergipe foi contemplada com vultosos recursos do POLONORDESTE que, não obstante a realização de algumas obras públicas, contribuiu para o fortalecimento do clientelismo.

fins comerciais[15] e; os investimentos em infra-estrutura, apesar de serem obras públicas contribuíram muito mais para a valorização das grandes propriedades dos afortunados do que a melhoria efetiva da situação social da população rural nordestina.

> Os beneficiários mais diretos dessas ações foram, sobretudo, os médios e grandes proprietários (por vezes também comprometidos com a intermediação da produção e com a especulação), pelas vantagens de construção de rede viária, eletrificação rural e aumento da oferta de água, ou pelas medidas de proteção à produção agrícola implementadas pelo POLONORDESTE. O restante da população foi favorecido apenas marginalmente, pela expansão dos investimentos na área de saúde, em escolas, saneamento e abastecimento d'água [...](CARVALHO, 1987: p. 210).

Ainda no bojo do II PND foi gestado o segundo grande programa dos governos Geisel e Figueiredo: Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi-Árida do Nordeste (Projeto Sertanejo). Como seu próprio nome anuncia, pela primeira vez, no âmbito da ditadura militar, um programa destinava-se especificamente ao espaço mais vulnerável socialmente.

Fundamentado nas considerações dos Relatórios do GTDN e tomando por base a última grande seca nordestina – acontecida em 1970 e que afetou quase dois milhões de nordestinos – o Projeto Sertanejo, que estava sob os encargos da SUDENE e contava com recursos provenientes do PIN e PROTERRA, atuaria prioritariamente nas superfícies mais afetadas periodicamente pelas secas, a saber: sertões dos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe[16] e Bahia[17].

Segundo Carvalho (1987) o Projeto Sertanejo se propunha a materializar suas ações em três grandes objetivos: 1- dotar a unidade produtiva agropecuária do Semi-Árido (principalmente a pequena e média) de equipamentos que a torna-se resistente aos efeitos da seca; 2- qualificar os agricultores para uma utilização mais racional de suas propriedades, de modo a prepará-lo para possíveis estiagens mais prolongadas e; 3- promover maior segurança e eficiência à produção e à oferta de empregos a fim de contribuir para a solução definitiva dos problemas pertinentes ao Semi-Árido nordestino.

---

[15] Segundo Iná Maria Moreira de Carvalho (1987) os esforços do POLONORDESTE foram direcionados também, para imprimir um caráter renovador na agricultura tradicional transformando-a em agricultura de mercado que ampliasse a disponibilidade de alimentos e matérias-primas a grande indústria e contivesse o êxodo de trabalhadores rurais.

[16] Segundo Menezes (1997), o projeto Sertanejo é executado em Sergipe na gestão do governador Augusto Franco, a partir do ano de 1979, onde o mesmo implanta três escritórios nos municípios de Poço Redondo, Poço Verde e Frei Paulo.

[17] Informação disponível no artigo 2º do Decreto 78.299 que dispõe sobre a criação do Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi-Árida do Nordeste – Projeto Sertanejo.

Porém, como em programas anteriores, o Projeto Sertanejo evidencia seus limites. Apesar da previsão de alcançar a área do chamado Polígono da Seca, as interferências eleitoreiras o levam a atuar em áreas que não apresentavam deficiência hídrica. Conforme análise de Menezes (1997) a atuação do Projeto Sertanejo em Sergipe não contemplou a implantação de reservatórios substanciais nas áreas mais secas do estado, como Canindé de São Francisco e Poço Redondo.

Além disso, o programa não interveio nos problemas fundiários, reservando-se a construção de açudes e poços[18] e na concessão de crédito subsidiado para a modernização capitalista das propriedades.

> Os novos programas governamentais "conservam um traço em comum com a tendência histórica: as secas continuam no centro das atuações do poder público. [...] coloca-se ao lado, e não no lugar, das medidas tradicionais de assistência. Assim sendo, além do paternalismo oficial nos períodos da seca, o Estado também intervém, de forma programada, a fim de promover certas transformações na região, que possam adaptá-la aos novos imperativos tanto do capital como, e principalmente, da legitimação do poder central" (BURSZTYN, 2008: p. 51).

Ao longo dos governos militares eram freqüentes os relatos sobre a ação de camponeses flagelados e cansados dos intermináveis programas sem sucesso que ocupavam sedes das prefeituras e/ou saqueavam depósitos de alimentos a fim de contemplaram uma necessidade inadiável, porém insistentemente postergada na sociedade vigente: a conquista do alimento diário. Sob apelos dos governadores dos estados nordestinos – que caracterizavam essa situação como uma manifestação de fúria dos cidadãos nordestinos diante da qual se promoveria desgaste à institucionalidade e à ordem vigente – os governos militares adotaram sistematicamente a prática das "Frentes de Emergência", com o objetivo de que as mesmas assegurassem trabalho temporário aos desvalidos, promovendo obras de utilidade pública (poços, açudes, estradas e outras) nas áreas mais secas.

Entretanto, mesmo não sendo definida como um programa e não se inserindo oficialmente nos diversos programas publicados pela ditadura no bojo de sua política de desenvolvimento regional, as Frentes de Emergência[19] foram responsáveis por endossar o domínio exercido pelas

---

[18] "A reestruturação fundiária, fundamental para a transformação do semi-árido, não passou das intenções da proposta original do Programa. Não viabilizando um maior acesso a terra, ele deixou de atender à grande massa da população sertaneja, que permanece miserável e tão vulnerável como sempre aos efeitos das estiagens" (CARVALHO, 1987: p. 213).

[19] Os momentos em que o Estado intervinha, assalariando a mão-de-obra desmobilizada pela seca, não representava, no entanto, uma modificação nas relações de produção que pudesse ameaçar a estrutura tradicional [...]. Os trabalhadores engajados nas frentes recebiam, por seu trabalho, uma porção de alimentos (farinha e rapadura) e, eventualmente, uma soma insignificante em dinheiro. Após o final "institucional" da seca, os trabalhadores das frentes eram desmobilizados, devendo permanecer disponíveis, *in loco*, para o latifúndio (BURSZTYN, 2008: p.

oligarquias rurais, preservando a estrutura de classe predominante – como também, o congelamento das mobilizações sociais, uma vez que os trabalhadores estariam ocupados na construção das obras públicas.

> [...] a institucionalidade e o funcionamento do Programa de Emergência não teve como fundamento básico os interesses e as necessidades dos trabalhadores. Procurando mantê-los dentro dos seus limites territoriais com um mínimo de desassossego e levando em conta a política de modernização agrícola implementado pelo Estado, aquele programa foi utilizado, sobretudo, para fins eleitorais e para reforçar o poder político e econômico das oligarquias regionais; no melhor estilo da "indústria das secas", mais uma vez elas se capitalizaram às custas de fundos públicos, supostamente despendidos com objetivos sociais (CARVALHO, 1987: p. 274).

O último dos grandes programas promovidos pelo regime ditatorial, chamado de Projeto Nordeste, foi anunciado como a possível redenção da população nordestina, a solução derradeira para suas querelas intermináveis. Planejado ainda sob a vigência dos governos militares, somente foi executado no exercício da Nova República e previa, basicamente, a redução da pobreza; a promoção da convivência com a seca e; a geração de empregos e renda. Somado a isso, difundia-se que o programa detinha algo inédito, qual seja, a participação ampliada das representações da chamada "sociedade civil".

Segundo Maria Santos (2008) o Projeto Nordeste, considerado desdobramento da execução do III PND, contemplou a criação do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP), fruto das intervenções do Banco Mundial junto ao governo militar. Essas ações do Banco Mundial tentavam caracterizar os programas de outrora como ineficientes, uma vez que, na avaliação dessa instituição financeira, se mostraram de pequeno alcance e somente de caráter setorial.

> [...] os resultados de avaliações efetuadas no fim da década de setenta deixaram o Banco Mundial insatisfeito e preocupado com o andamento e com os resultados dos Programas Especiais de desenvolvimento que vinham sendo executados na Região, também com a sua orientação e financiamento. Por isso mesmo, em fins de 1981, ele começou a fazer contatos com diversos ministérios [...] e com a SUDENE, questionando as formas de intervenção no Nordeste rural e sugerindo que fosse avaliada a sua transformação, com a implementação de um único, amplo e novo programa governamental, que contaria com seu apoio financeiro (CARVALHO, 1987: p. 291).

---

101).

O Banco Mundial era taxativo na afirmação de que qualquer melhoria nas condições sociais do pequeno produtor perpassaria por mudanças em sua organização produtiva e facilidade no acesso a terra. Conforme Carvalho (1987) o relatório do Banco Mundial que ensejou a criação de um macro-programa que contemplasse o pequeno produtor rural, colocava enfaticamente que não se poderia fazer nada em beneficio do pequeno produtor, se ele não tivesse acesso a terra, associando esse acesso, também, à problemática da água.

Em Sergipe, o Projeto Nordeste recebeu a alcunha de Projeto "Chapéu de Couro" no exercício do governo estadual de João Alves Filho. Conforme Maria Santos (1987) o referido projeto foi o estandarte das gestões do ex-governador (1983-1987; 1991-1994 e; 2003-2006) que procurava assegurar sua legitimidade entre os camponeses do Sertão difundindo indistintamente as expectativas "redentoras" do Projeto Nordeste.

Passados vários anos de sua deflagração, observa-se que o Projeto Nordeste foi utilizado como um instrumento de conformação dos ânimos dos camponeses nordestinos, num contexto de emergência da mobilização popular nas cidades e no campo, diante do iminente fim do período ditatorial. Fazendo uso do recurso reificador da participação popular, o Projeto Nordeste ocultou os limites de um programa formulado de forma centralizada na institucionalidade militar, que aspirava tornar-se democrático apenas em sua execução. Acrescente-se que distante de solucionar as contendas históricas pertinentes à estrutura social preponderante no Semi-Árido Nordestino, o Programa reeditou cenas conhecidas de um mesmo *"script"*: a perdura das deficiências hídricas; a ênfase na promoção da subordinação da agricultura camponesa[20] aos ditames do capital monopolista; uma redistribuição de terra limitadíssima[21] e; a incapacidade de realizar uma de suas principais promessas, como o aumento significativo do emprego no Nordeste rural. A Tabela[22] seguinte indica meridianamente como a criação do Programa Nordeste (Chapéu de Couro) pouco contribuiu para a ocupação dos trabalhadores rurais na década de 1980 na região. Percebemos como no segmento da população com menos de 1 ano de instrução escolar e entre o segmento

[20] No bojo do Projeto NORDESTE há, convenientemente, reiteradas referências a expressão ideologizada de "pequeno produtor" em substituição ao termo "camponês". Segundo (AGUIAR, 1985: p. 150), em nenhum momento o PROJETO NORDESTE define como categoria de economia agrícola, ou mesmo, como categoria social, o que vêm a ser "pequenos produtores" Quaisquer analises mais acuradas, sem duvida, indicarão que esta pseudocategoria de "pequenos produtores" não passa de mais um instrumento de escamoteação da realidade [...].

[21] A preocupação do Banco Mundial com os camponeses, denominados pelo mesmo como "pequenos produtores", configurava-se na tentativa de inseri-los na produção comercial, subordinando-os a reprodução sócio-metabólica do capital, que buscava a monopolização do território. Prova disso é que o maior acesso à terra, defendido pelo Banco, não passou de uma redistribuição de terra irrisória que não lançava mão das desapropriações por interesse social, mas de morosos processos administrativos de caráter pacífico e negociável com os proprietários fundiários.

[22] Informação retirada da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (1994) e disponível em http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos_xls/palavra_chave/trabalho/palavra_chave_trabalho.shtm.

populacional de até 3 anos de estudo, que juntos representam parte expressiva dos nordestinos do meio rural, houve diminuição do número de empregados. Porém, foi entre a população com 11 anos ou mais de instrução escolar, pouco representativa nas áreas rurais nordestinas, que registrou-se a maior variação positiva do número de empregados: saindo dos 8,3% no início da década de 1980 para 12,6% ao final da mesma década.

POPULAÇÃO OCUPADA

Tabela 4 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, por sexo, segundo as Grandes Regiões e os grupos de anos de estudo - 1981/1990

GRANDES REGIÕES E GRUPOS DE ANOS DE ESTUDO	DISTRIBUIÇÃO DE PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, OCUPADAS (%)					
	Total		Sexo			
			Homens		Mulheres	
	1981	1990	1981	1990	1981	1990
BRASIL (1)	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Sem instrução e menos de 1 ano (1)	22,0	16,4	23,4	18,1	19,0	13,1
1 a 3 anos (1)	22,6	19,0	23,8	20,2	20,0	17,0
4 a 7 anos (1)	32,0	32,9	32,3	33,7	31,3	31,5
8 a 10 anos (1)	9,7	12,2	9,3	11,8	10,7	12,7
11 anos ou mais (1)	13,4	19,4	11,0	16,1	18,7	25,6
Não determinados e sem declaração (1)	0,3	0,1	0,2	0,1	0,3	0,1
NORTE (2)	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Sem instrução e menos de 1 ano (2)	14,3	10,7	15,4	12,2	11,9	8,1
1 a 3 anos (1)	22,6	19,1	24,3	20,9	19,0	15,9
4 a 7 anos (1)	33,6	31,3	34,9	32,5	30,7	29,3
8 a 10 anos (1)	12,8	15,3	12,2	14,7	14,1	16,2
11 anos ou mais (2)	16,2	23,6	12,8	19,7	23,6	30,4
Não determinados e sem declaração (2)	0,5	0,0	0,4	0,0	0,7	0,1
NORDESTE	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Sem instrução e menos de 1 ano (1)	**43,9**	**35,2**	**46,6**	**39,4**	**37,7**	**27,1**
1 a 3 anos (1)	**25,1**	**23,7**	**26,0**	**24,7**	**22,9**	**21,6**
4 a 7 anos (1)	**17,3**	**21,3**	**16,6**	**20,3**	**19,0**	**23,2**
8 a 10 anos (1)	**5,2**	**7,1**	**4,7**	**6,4**	**6,4**	**8,5**
11 anos ou mais	**8,3**	**12,6**	**5,9**	**9,1**	**13,7**	**19,4**
Não determinados e sem declaração	**0,2**	**0,1**	**0,2**	**0,1**	**0,3**	**0,2**
SUDESTE	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Sem instrução e menos de 1 ano	13,2	9,0	13,6	9,4	12,4	8,1
1 a 3 anos (1)	20,4	16,5	21,8	17,7	17,5	14,5

4 a 7 anos (1).....	36,9	36,2	38,1	38,1	34,3	33,0
8 a 10 anos (1).....	12,0	14,5	11,7	14,4	12,6	14,7
11 anos ou mais.....	17,2	23,8	14,6	20,4	22,9	29,7
Não determinados e sem declaração.....	0,3	0,0	0,2	0,0	0,3	0,0
SUL.....	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Sem instrução e menos de 1 ano.....	13,5	8,5	14,0	9,1	12,5	7,6
1 a 3 anos (1).....	23,9	18,6	24,8	19,2	22,1	17,5
4 a 7 anos (1).....	41,6	42,2	41,9	43,3	41,0	40,3
8 a 10 anos (1).....	10,1	13,3	9,9	13,5	10,5	13,0
11 anos ou mais.....	10,7	17,3	9,3	14,8	13,7	21,5
Não determinados e sem declaração.....	0,2	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1
CENTRO-OESTE (3).....	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Sem instrução e menos de 1 ano (3).....	20,0	14,2	22,2	16,4	13,9	9,7
1 a 3 anos (1).....	24,6	19,1	26,2	20,8	20,4	15,6
4 a 7 anos (1).....	30,2	33,7	30,7	34,9	28,8	31,4
8 a 10 anos (1).....	10,4	12,1	9,2	11,2	13,5	13,9
11 anos ou mais (3).....	14,3	20,8	11,3	16,6	22,6	29,2
Não determinados e sem declaração (3).....	0,5	0,1	0,4	0,1	0,8	0,2

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1994. Rio de Janeiro: IBGE, v. 54, 1994.

(1) Exclusive as pessoas da zona rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. (2) Exclusive as pessoas do Tocantins e da zona rural. (3) Inclusive as pessoas do Tocantins.

A primeira gestão do empresário João Alves Filho (1983-1987), à frente do governo estadual, sob a vigência da ditadura militar, foi composta pela coalizão[23] entre as duas frações da classe dominante sergipana: a família Franco – detentora de empreendimentos industriais e de grandes propriedades rurais e; de seu tradicional concorrente, João Alves Filho – detentor de empreendimentos na construção civil e ex-prefeito "biônico" da capital sergipana entre os anos de 1975 e 1979, representando a ARENA.

Essa composição política representou a tentativa de defesa dos interesses econômicos predominantes, diante das mobilizações sociais que se avolumavam exigindo o fim da Ditadura e a realização de reformas populares. Consolidada, essa composição oligarca contribuiu para a modernização conservadora do Semi-Árido sergipano, aprofundando sua subordinação ao capital. A materialização disso será a criação do Projeto Hidroagrícola Califórnia (1987), entre os municípios sergipanos de Canindé do São Francisco e Poço Redondo, em uma área com grande probabilidade para a desertificação. Segundo Leite Santos (2004), o projeto Califórnia foi concebido para tornar-se referência de desenvolvimento para a agricultura do Nordeste, sendo divulgado à época como o gerador de mudanças vindouras para o Semi-Árido sergipano.

O Califórnia previa a divisão de terra em 331 lotes que seriam distribuídos aos camponeses, técnicos agrícolas, empresários e órgãos governamentais com o objetivo de proporcionar a formação de um "oásis" da produção agrícola em condições climáticas adversas, que disporiam de suporte técnico permanente e fomento à inovação tecnológica para a melhoria da produtividade nos lotes[24].

---

[23] Segundo Ibarê Dantas (1997) a aliança entre a família Franco, capitaneada por Augusto Franco, com João Alves Filho se realizou em meio a constrangimentos e questionamentos a fidelidade de João Alves Filho, em razão de ter sido tradicional opositor eleitoral. Porém as circunstâncias conjunturais – ascenso das mobilizações populares e fortalecimento do MDB em Sergipe – impunha a aliança. "Após um debate interno desgastante, que se alongou por cerca de dois meses, e o alerta de experientes políticos para não entregar o governo a um ex-adversário, o receio superdimensionado da derrota levou-o a considerar João Alves Filho como alternativa inevitável para a vitória do PDS" (DANTAS, 1997: p. 240).

[24] Conforme (ARAÚJO, 1997: p. 48) a proposta inicial do Projeto Califórnia "definia a coexistência dentro dos 3.980 hectares do projeto, de maneira integrada, interdependente e complementar, das duas formas de exploração agropecuária recomendadas para a região semi-árida: a agricultura irrigada e a agropecuária de sequeiro resistentes à seca. Nos 1.360 hectares de terras irrigáveis seria utilizada a tecnologia de irrigação por aspersão, com grandes investimentos de capital, voltada para a produção vegetal, especialmente culturas alimentares, frutos e algodão herbáceo. Nos 2.620 hectares de terras não irrigáveis, seriam implantados lotes para agricultura de sequeiro".

FIGURA 4

Cultivo de Quiabo em um dos lotes do Projeto Hidroagrícola Califórnia.
Fonte: Pesquisa de Campo, Canindé do São Francisco, 03 de Agosto de 2009.

Balizado pelo desejo de promover a expansão capitalista no sertão sergipano, o governo estadual desencadeia um processo de desapropriação da área, a fim de dar concretude ao projeto de irrigação. Nesse sentido o projeto Califórnia

> representou o aprofundamento da aliança daquela administração com o capital privado. Pensado para expandir a agricultura empresarial moderna, com possibilidades para investimentos que atenderiam aos interesses e as demandas do mercado frente a competitividade cada vez maior dos países periféricos, gerou um conflito que envolveu centenas de famílias de camponeses dessa área que tornaram-se "Sem Terra", para reconquistar na luta, parte da terra expropriada (MARIA SANTOS, 2008: p. 134).

O governo, portanto, orientava-se a combater as vicissitudes do déficit hídrico através da seleção privilegiada de parte dos trabalhadores rurais desses municípios, aos quais seriam concedidos o acesso à terra e à oferta de assistência técnica e creditícia para a adequação de sua produção, primaziadamente, à lógica capitalista. Nesse sentido, conforme Leite Santos (2004), o Estado capitalista promoveu um arranjo espacial que permitiu a apropriação da renda da terra -

produzida através do trabalho familiar - pelo capital, uma vez que, os camponeses tornaram-se dependentes dos atravessadores ou empresas agroindustriais, bem como das instituições financeiras que lhes concediam os financiamentos para a modernização de sua produção.

No início da década de 1990 os artífices da promoção e preservação da financeirização da economia mundial – Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI) – publicaram um pacote de medidas, denominado "Consenso de Washington"[25], considerado indispensável para permitir o ajuste macroeconômico e reformas estruturais dos países periféricos do capitalismo mundial – correntemente chamados de "países em desenvolvimento" – que lhes assegurassem o propalado desenvolvimento.

Entre as medidas estavam: disciplina fiscal; redução dos gastos públicos; investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições; programa ampliado de privatizações de estatais e; desregulamentação das legislações consideradas ortodoxas (à exemplo, da legislação trabalhista e de leis de proteção da economia nacional).

Conjugada a essas diretrizes gerais da economia, iniciou-se a difusão de um "novo" modelo de desenvolvimento, que em sintonia com as mudanças propostas pelas instituições financeiras valorizasse as "potencialidades" do local: o desenvolvimento local. Para tanto, as referidas instituições financeiras se encarregaram de criar um vocabulário, que atribuísse um caráter peculiar ao desenvolvimento local, a saber: identidade comunitária, empoderamento do local, articulação entre os diversos atores e diversificação das atividades produtivas.

Essas orientações macroeconômicas, previstas no Consenso de Washington, e os preceitos do desenvolvimento local constituíram o caráter conservador das políticas públicas aplicadas pelos países periféricos do capitalismo, na década de 1990, especialmente no espaço agrário. Neste, chama a atenção dois aspectos, realizados combinadamente: a mercantilização do acesso à terra e o apelo à diversificação das atividades produtivas no campo.

A mercantilização da terra integrou o conjunto de prioridades preconizadas pelo Banco Mundial e pressupunha a generalização de um mercado de terras, mediado pelo Estado. Sustentava essa proposta, a tese de que

---

[25] Segundo (SOARES, 2003: p. 19), as políticas de corte neoliberal – consagradas em 1990 pelo economista norte-americano John Williamson no chamado "Consenso de Washington" – caracterizam-se por "um conjunto, abrangente, de regras de condicionalidade aplicadas de forma cada vez mais padronizada aos diversos países e regiões do mundo, para obter o apoio político e econômico dos governos centrais e dos organismos internacionais. Trata-se também de políticas macroeconômicas de estabilização acompanhadas de reformas estruturais liberalizantes".

> [...] o velho estilo de reforma agrária, baseado na expropriação, tal como implementado por países independentes e/ou governos revolucionários, não é politicamente possível no contexto atual, porque as elites econômicas resistem e ocorrem muitos conflitos. Pagando a terra pelo preço de mercado – o Banco sugere – seria possível superar a resistência das elites e isso reduziria o conflito (ROSSET, 2004: p. 22).

Ou seja, a redistribuição de terras que acompanhou o conjunto de orientações do Banco Mundial e que se fez presente em políticas públicas como o Projeto Sertanejo, POLONORDESTE e Projeto Nordeste e que já continha em seu escopo o estímulo à negociação financeira da terra, em detrimento da desapropriação pelo interesse popular, transforma-se, definitivamente, num modelo de reforma agrária de mercado.

> O modelo de reforma agrária de mercado (MRAM) foi elaborado com o objetivo de substituir a reforma agrária redistributiva, baseada no instrumento da desapropriação de propriedades rurais que não cumprem a sua função social, por relações de compra e venda. Posto em pratica sob diferentes formatos, teve início em 1994 na Colômbia e, em três anos, já operava na África do Sul no Brasil e na Guatemala (PEREIRA, 2006: p. 22).

No Brasil, a reforma agrária de mercado sintetizou-se pela execução do programa Cédula da Terra, criado na segunda metade da década de 1990, sob a gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso. Seu objetivo era a redução da pobreza nas áreas "economicamente deprimidas" através de uma política fundiária de compra e venda de terras e de ações visando à melhoria da comunidade. No Nordeste[26] foi anunciado que o programa beneficiaria aproximadamente 15.000 famílias pobres de áreas rurais dessa região. Conforme (SAUER, 2004: p. 42),

> tanto a compra da terra quanto os empréstimos para investimentos comunitários (a fundo perdido) foram feitos por meio de associações dos trabalhadores contemplados, responsáveis por selecionar a área e negociar diretamente com os proprietários. As associações deveriam indicar a terra a ser adquirida mediante financiamento disponibilizado pelo agente financeiro (Banco do Brasil). Após aprovado o projeto pela unidade técnica estadual, esse agente pagava à vista o valor da propriedade diretamente ao proprietário.

Segundo (Pereira & Sauer, 2006), o Cédula da Terra era a personificação da reforma agrária de mercado e contou com a articulação dos governos estaduais e federal, das associações comunitárias e do Banco Mundial para a sua realização. O financiamento do Cédula da Terra

[26] Segundo (PEREIRA & SAUER, 2006: p. 178) a "região escolhida para iniciar o novo modelo foi o meio rural nordestino, onde se concentra o maior contingente de população em condições de pobreza do país e onde o BIRD opera desde os anos 1970. Desse modo, contando com uma logística já existente e frente a uma elevada 'demanda' por terra, estimava-se que a implementação do projeto-piloto ocorreria de maneira acelerada, dando resultados em curtíssimo prazo".

adveio dessas quatro fontes (apontadas na Tabela 5), sendo que os recursos do Banco Mundial deveriam ser usados para investimentos complementares, enquanto que os recursos para aquisição de terras seriam provenientes do governo federal.

TABELA 5

Financiamento e desembolsos do Cédula da Terra (1997-2002)

Fontes de Financiamento	Desembolso Previsto	Desembolso executado
1- Banco Mundial	90	68,5
2- Governo Federal	45	45
3- Governos Estaduais	6,6	1,9
4- Associações Comunitárias	8,4	5,9
Total	150	121,3

Fonte: Banco Mundial (1997 e 2003) *apud* (PEREIRA & SAUER, 2006: p. 181).

Em sintonia com a reforma agrária de mercado, os investimentos a diversificação das atividades produtivas no espaço agrário tornam-se crescentes pelo Banco Mundial. A retórica da promoção da capacidade de competitividade do local servia como justificativa dessa proposta. Difundia-se que o camponês, denominado de pequeno produtor, se blindaria das inconstâncias do mercado de alimentos através de sua inserção nas atividades não agrícolas.

Na verdade, o estímulo às atividades não agrícolas encaixou-se, perfeitamente, com o programa de reforma agrária de mercado, pois corresponderam a duas etapas de um mesmo processo: a pacificação do campo pela introdução de regras mercantis associada à diminuição da importância da posse da terra entre os trabalhadores rurais.

Em Sergipe essa receita do Banco Mundial para o campo esteve consignada no Projeto de Apoio às Famílias de Baixa Renda da Região Semi-Árida de Sergipe (Pró-Sertão). O Pró-Sertão foi resultado de um acordo firmado entre o governo estadual e o FIDA – Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola, instituição ligada a ONU. A Secretaria de estado da Agricultura, Abastecimento e Irrigação (SEAGRI) ocupou-se de executá-lo em 17 municípios do Semi-Árido de Sergipe, provendo-o de uma sede na cidade de Frei Paulo e um escritório em Aracaju. Segundo (Menezes 1997) o Pró-Sertão destinava-se a melhorar a qualidade de vida no espaço rural por meio de benefícios aos pequenos produtores agropecuários e micro-empresários do Semi-Árido sergipano, prezando pela sustentabilidade econômica e ambiental.

Os componentes de atuação do Pró-Sertão eram os seguintes: organização dos produtores; abastecimento de água; redistribuição de terras; desenvolvimento agrícola e atividades não-

agrícolas. É necessário perceber a articulação de três componentes (organização dos produtores, redistribuição de terras e atividades não-agrícolas) na realização dos propósitos das instituições financeiras internacionais.

O componente, organização dos produtores, visava fomentar os processos de organização e participação dos beneficiários do projeto "sob a forma de cursos, capacitações, treinamentos específicos [...] que visavam transmitir conhecimentos com conteúdos e idéias que reproduziam a lógica social dominante" (DANTAS, 2007: p. 85). Ou seja, coadunando-se com a perspectiva de planejamento participativo contido nos preceitos do desenvolvimento local, o governo do Estado servia-se desse componente para tutelar e controlar grau de mobilização dos trabalhadores.

O componente, redistribuição de terras, revelou-se um resoluto engodo desse projeto, pois, segundo Dantas (2007) as ações fundiárias de redistribuição de terras ficaram sob os encargos do INCRA/SE, enquanto ao Pró-Sertão caberia exclusivamente a promoção da infra-estrutura. Dessa forma fica transparente que o governo estadual eximiu-se, convenientemente, de intervir diretamente na questão fundiária, transferindo tamanha responsabilidade a um órgão do executivo federal. Portanto,

> diante das limitações deste componente nas ações fundiárias, o que inicialmente se chamava Redistribuição de Terras passou a denominar-se Apoio à Reforma Agrária (DANTAS, 2007: p. 94).

Por último, o apoio a atividades não-agrícolas significou, pela primeira vez, no âmbito das políticas públicas orquestradas pelo Banco Mundial e executada pelo governo de Sergipe, um estímulo oficial a diversificação das atividades do espaço rural, inclusive, com financiamento específico para esse fim. Tal inclinação na orientação das políticas públicas deve-se a sua inscrição na lógica do desenvolvimento local, que procurou difundir a possibilidade do alcance das melhorias sociais da população rural pela inovação das atividades econômicas presentes no local e entre os seus heterogêneos "atores".

> as atividades não-agrícolas [...] se pautam pela lógica economicista na qual a tônica do desenvolvimento local é vista como um processo de reativação da economia e de dinamização de uma sociedade local, com base no aproveitamento ótimo dos recursos endógenos, objetivando o crescimento da economia, a criação de emprego e a melhoria da qualidade de vida (DANTAS, 2007: p. 104).

Sendo assim, esse três componentes conformaram um *modus-operandi* singular desse projeto na medida em que reproduzia, com a intervenção direta do governo estadual, os ditames

do capital financeiro internacional, qual seja, a desmobilização popular, pelo embuste do apoio a organização dos "pequenos produtores" rurais, e a secundarização da questão agrária, pelo incentivo a participação nas atividades alheias ao lido com a terra.

2. 1- As premissas do modelo de Desenvolvimento Territorial

2.1.1- A política de Desenvolvimento Territorial do Governo Federal

Em 2003, o governo federal sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), dá início a política de ordenamento territorial em todas as regiões brasileiras, objetivando promover o desenvolvimento territorial das áreas rurais consideradas prioritárias. Procurou-se justificar a opção por esse novo modelo de desenvolvimento fundamentando-se na necessidade de superação do fracasso das políticas públicas que integraram os projetos de desenvolvimento rural nas últimas décadas[27], uma vez que, não resultaram em elevação das condições sociais das populações historicamente marginalizadas, mas, em aumento das assimetrias sociais e econômicas no interior do país.

> As políticas públicas implementadas nas últimas décadas para promoção do desenvolvimento rural no Brasil, ou foram insuficientes, ou não pretendiam mesmo proporcionar melhorias substanciais na qualidade de vida das populações que habitavam o interior brasileiro. As maiores evidências são o aumento da pobreza e a persistência das desigualdades regionais, setoriais, sociais e econômicas (MDA/SDT, 2005a: p. 09).

Segundo o MDA o desenvolvimento ancorado no território reveste-se da capacidade de renovação das políticas públicas ora predominantes no Brasil e da possibilidade de reconquista da confiança da população excluída do meio rural, pois reúne no núcleo central de suas postulações a valorização da endogenia territorial. Ou seja, para o MDA o sucesso do desenvolvimento está condicionado ao reconhecimento e fortalecimento dos "potenciais" embrionariamente presentes nos territórios.

[27] Segundo (Costa & Lopes, 2009: p. 11) o MDA procurou justificar sua nova política afirmando que com a abordagem territorial do desenvolvimento seria superada a visão localista do desenvolvimento que até então vinha sendo seguida pelos municípios brasileiros, e cujos resultados mais evidentes eram a pulverização de recursos e a superposição de políticas públicas, resultando em visível fragilidade do processo de efetivação dessas políticas, geralmente de corte municipal.

> Nada mais inovador do que estimular o desenvolvimento endógeno dos territórios rurais, partindo da ampliação da capacidade de mobilização, organização, diagnostico, planejamento e autogestão das populações locais. Nada mais avançado do que orientar políticas públicas segundo as demandas expressadas pelas comunidades e organizações da sociedade, reconhecendo as especificidades de cada território e oferecendo instrumentos de desenvolvimento que atendam a essas características (MDA, 2005a: p. 11).

Portanto o MDA preconiza a promoção de uma política pautada no binômio do ordenamento/desenvolvimento que galvanize com o alcance social e econômico aguardado. Conforme a proposição desse órgão (2005a) o ordenamento territorial consiste de um "sentido descendente do ciclo proposto de articulação ente o Estado/Governo e a Sociedade/Instituições" de onde se espera a indução de reações em um sentido contrário, com fluxos que "projetam as transformações pretendidas segundo um processo de planejamento ascendente (Sociedade/Instituições – Estado/Governo)", denominando-o desenvolvimento territorial.

O uso do território como referencial estratégico para o desenvolvimento rural é justificado por pelo menos quatro aspectos: 1- a necessidade de se preservar a população no espaço rural. Este sendo compreendido como uma área com características espaciais peculiares: pouca artificialização da paisagem, menor adensamento demográfico e preponderância dos fatores naturais; 2- os limites da escala de atuação municipal, estadual e/ou regional das políticas públicas, uma vez que, fogem a possibilidade de captação demandas expressas pelo território; 3- necessidade de sintonizar-se com o movimento de descentralização das políticas públicas que procura conferir maior protagonismo aos atores locais e; 4- a eleição do território como dimensão tradutora e promotora da coesão entre os indivíduos.

Segundo documento publicado pela SDT/MDA (2005b), intitulado "Marco Referencial para apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais" a esperada promoção do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais foi projetada para execução por pelo menos, 15 anos consecutivos em cada território. Como a SDT/MDA presumem existir 450 territórios distribuídos pelo país, onde mais da metade não participa, oficialmente, das atividades decorrentes dessa política de ordenamento territorial, foi alçado um tempo mínimo de 30 anos para o envolvimento de todos os territórios nos marcos dessa política. Até o presente momento, existem 164 Territórios Rurais, dos quais, a metade encontra-se nas regiões Norte e Nordeste do Brasil.

A fim de assegurar a consecução das metas de sustentabilidade no âmbito dos territórios, os mesmos incumbir-se-ão em conjunto com a SDT/MDA de executar os "três ciclos de implementação" definidos por esse órgão do executivo federal. Esses ciclos constituem-se de três

fases onde estão intercalados períodos de atuação direta de promoção ao desenvolvimento territorial (oferta), combinados com períodos de acompanhamento e suporte aos territórios (auto-organização) e a concretude dos resultados.

QUADRO 1
Fases do ciclo de implementação dos territórios

Fases	Realizações
1º Fase	- Preparação do território para o processo de construção do seu Plano Territorial; - Destaca-se a mobilização, sensibilização e capacitação dos atores sociais para uma primeira elaboração do diagnóstico geral; - O poder estatal promove investimento em infra-estrutura e serviços públicos; - Apoio a formação de institucionalidades para a gestão do território e; - Incentivo a formulação de iniciativas que visem à dinamização, inovação e diversificação das economias territoriais.
2º Fase	- Elaboração do diagnóstico participativo; - Construção do Plano Territorial; -Definição do eixo aglutinador do território que sirva como horizonte a ser conquistado e; -Formulação dos projetos territoriais específicos a partir dos objetivos do plano;
3º Fase	- Início a execução gradual dos projetos; - Atividades que reforcem o elo identitário dos atores do território e; -Abertura para parcerias externas, formação de redes e cooperação internacional.

Fonte: Elaboração pessoal a partir das informações contidas no documento do MDA(2005b).

O território é conceituado pelo MDA/SDT (2005a) como um espaço físico dotado de características, consideradas multidimensionais (dinâmica da natureza, cultura, população, instituições, dentre outros) que o particulariza diante dos demais e nas quais se pode elencar os elementos de coesão dos chamados atores locais. Não se nega a existência ou a possibilidade de conflito entre esses, mas é creditada a política de ordenamento territorial o poder de "*concertación*" entre a população, que permita dirimir as contendas históricas em nome do desenvolvimento comum.

Os critérios para a seleção e priorização dos territórios são os seguintes:

- Identificação dos Territórios Rurais através da base de informações do IBGE. Serão considerados Territórios Rurais aquelas microrregiões geográficas que apresentem população média por município de até 50 mil habitantes e adensamento demográfico menor que 80 habitantes por quilômetro quadrado;
- Priorização dos territórios que concentrem "agricultores familiares", famílias assentadas por programas de reforma agrária e famílias de trabalhadores rurais sem-terra e;
- Priorização dos territórios onde sejam facilmente identificados densidade e atividade de capital social, convergência de interesses institucionais e participação da sociedade civil, além da possível existência prévia de atuação do governo federal nos estados.

De acordo com o MDA, a definição dos territórios rurais, a partir de critérios basilares comuns não anula suas particularidades. Dessa forma o MDA dimensiona quatro áreas de atuação que se realizadas articuladamente contribuirão para a estratégia de desenvolvimento territorial rural sustentável, quais sejam: gestão social dos territórios; fortalecimento do capital social; a dinamização econômica dos territórios rurais e; a integração das políticas públicas.

A referida gestão social dos territórios implica a criação de institucionalidades, como consórcios, fóruns, conselhos e outros que assentem o espaço de diálogo entre os atores sociais e os transformem em co-formuladores da política pública no território. A intenção do MDA é elevá-los de simples objetos a partícipes na gestação do caráter da política, pois conforme o próprio órgão "a participação da população [...] é a principal referência a guiar as iniciativas de desenvolvimento territorial" (Ibid, 2005b: p. 19).

O fortalecimento do capital social propõe-se ser realizado pelo estímulo a emersão de "valores" pertinentes ao território que encontram-se ocultos. As etapas para o mesmo consistem de capacitação técnica e "empoderamento" das comunidades diretamente envolvidas no plano territorial que engendrem redes de colaboração entre seus atores capazes de contornar potenciais conflitos sociais.

A dinamização econômica dos territórios rurais compreende a parceria público-privada que destine investimentos ao território, almejando o equilíbrio entre os ganhos privados e o bem-estar comum.

> A dinamização econômica é vista [...] não como mero resultado da aplicação de recursos financeiros em determinado ramo produtivo, mas sim, como a conseqüência do investimento público e privado em formas de organização da

> produção e da distribuição capazes de favorecer a redução das diferenças entre as taxas de retorno privadas e sociais (MDA, 2005b: p. 21 e 22).

Nesse sentido, são incentivadas a formação de cadeias e arranjos produtivos, a criação de distritos industriais e complexos agroindustriais, além de associações e cooperativas. É enfatizada, também, e de forma mais altissonante que no modelo de desenvolvimento local, a diversificação das atividades produtivas que façam emergir atividades não-agrícolas, proporcionando uma ocupação produtiva variada aos agricultores familiares. A justificativa baseia-se numa suposta constatação da "irreversível" alteração do quadro produtivo rural, que exige das políticas públicas a orientação para o descarte da terra como primaz referência.

> Fator determinante dos modelos de desenvolvimento local e rural, a terra vem cedendo espaço a outras demandas por recursos produtivos e a parte de sistemas produtivos rurais que esboçam novo patamar de eficiência socioeconômica, como ocorre nas sociedades mais desenvolvidas (PERICO, 2009: p. 27).

Finalmente, a articulação de políticas públicas envolve a promoção de políticas públicas nos diversos níveis de governo que rompa a tradicional verticalização em que reside a relação entre o Estado e a população. Dessa forma, propõe-se a execução das políticas públicas a partir da "abordagem territorial", onde esta se transforme num esteio de transversalidade na materialização daquelas.

Os recursos para a execução da política de ordenamento territorial são oriundos do Ministério de Desenvolvimento Agrário (anualmente são destinados 1 milhão e 200 mil reais para o Território do Alto Sertão Sergipano) e poderão contemplar várias ações, desde que estejam no Plano Territorial elaborado pela própria comunidade. Dentre essas ações encontram-se o provimento de infra-estrutura e serviços públicos no território; a realização de cursos de capacitação e formação dos gestores públicos, integrantes das entidades colegiadas nos diversos níveis e toda a população que reside no respectivo território; apoio financeiro à criação de entidades associativas e cooperativas; apoio às atividades de comércio e outras não-agrícolas que assegurem a inserção dos agricultores familiares na dinâmica econômica do território e; a disponibilização de linhas de financiamento para a cooperação institucional na execução das políticas públicas.

FIGURA 5

Centro de Formação "Ana Patrícia" em Poço Redondo/SE. Construído através dos investimentos da SDT/MDA e local das reuniões dos denominados "atores territoriais" no Alto Sertão Sergipano.
Fonte: Pesquisa de Campo, 5 de agosto de 2009.

Em Sergipe foram criados quatro territórios (Baixo São Francisco, Centro-Sul Sergipano, Sertão Ocidental e Alto Sertão Sergipano). No Território do Alto Sertão Sergipano, a fim de realizar a anunciada "gestão social" do mesmo foi instada a participação de seus "atores sociais" a partir da criação do CIAT (Comissão de Implantação de Ações Territoriais) no ano de 2003, com caráter provisório e, posteriormente, transformando-se no CONDETER (Colegiado de Desenvolvimento Territorial) com caráter permanente.

De acordo com o documento organizado e publicado pelo INCRA-SE, sob o título "Desenvolvimento Territorial no Alto Sertão Sergipano: diagnóstico, assentamentos de reforma agrária e propostas de política", o Território do Alto Sertão Sergipano[28] pode ser dividido em dois "subterritórios": o primeiro inclui os municípios de Nossa Senhora da Glória, Porto da Folha e Gararu e se particulariza pela maior incidência pluviométrica e maior rendimento da pecuária leiteira; o segundo (Canindé de São Francisco, Monte Alegre e Poço Redondo) pelo menor índice pluviométrico e maior incidência de conflitos fundiários. Sobre estes o referido documento evidencia que nos últimos trinta anos o Alto Sertão Sergipano teve sua população absoluta

[28] Nesta conformação, o Território do Alto Sertão Sergipano apresentava somente 6 municípios. Posteriormente com a inserção do município de Nossa Senhora de Lourdes passa a conter 7 municípios.

CONVENÇÕES

- Capital
- Sede Municipal
- Município inserido no Território da Cidadania
- Hidrografia
- Limite Municipal
- Alto Sertão
- Sertão Ocidental
- Baixo São Francisco
- Centro Sul
- Município ainda não enquadrado em Território ou inserido em Pré-território.
- Unidade de Análise

LOCALIZAÇÃO DO ESTADO DE SERGIPE NO BRASIL

Figura 6. Sergipe: Territórios Rurais - 2007.
Adaptado de: SANTOS, Marleide Maria. Movimentos Sociais: na trama subliminar do ocultamento dos conflitos de classe. São Cristóvão: UFS/NPGEO, 2008.

OBSERVAÇÕES

1. Os territórios Alto Sertão, Centro-Sul, Sertão Ocidental e Baixo São Francisco já estão legalizados e em pleno funcionamento.

2. Alguns municípios de Sergipe não se enquadram em nenhum dos territórios acima.

duplicada devendo-se, sobretudo, às pressões pelo acesso à terra promovidas, especialmente, pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST).

> [...] assisti-se atualmente a um aumento significativo da população rural, portanto, a um aumento da pressão demográfica. Processo esse bastante promissor, pois resulta da desconcentração fundiária revertendo o perverso movimento de minifundização e êxodo rural que se assistia anteriormente (Ibid, 2006: p. 6 e 7).

Porém, prossegue o documento, no quadro fundiário ainda permanecem famílias de trabalhadores rurais despojadas de qualquer pedaço de terra no Alto Sertão Sergipano, exigindo a intervenção do poder público no (re)ordenamento desse espaço. Assim o INCRA propõe atacar dois fatores que segundo o próprio órgão estão inextricavelmente ligados à perpetuação da pobreza no Semi-Árido sergipano: a insuficiência e precariedade no acesso à terra e à sub-ocupação da população rural. O primeiro fator seria atacado pela ampliação da reforma agrária e o segundo pela integração da produção familiar à dinâmica comercial, pois

> O aumento no numero de assentamentos aliado a falta de políticas públicas capazes de suprir as necessidades e criar as condições para a inserção dos assentados nos mercados é um dos pontos que tem que ser atacados na tentativa de se criarem alternativas econômico-sociais para a região (Ibid, 2006: p. 40).

Considerando que a política de desenvolvimento territorial por meio dos "Territórios Rurais" limitou os investimentos públicos do poder público, tendo em vista que o referido programa esteve exclusivamente sob a alçada do Ministério de Desenvolvimento Agrário, o governo federal justificou a necessidade da criação de um programa que contemplasse uma variada gama de serviços à população, objetivando romper a orientação setorial das políticas públicas através da adoção do enfoque territorial de modo articulado pelos Ministérios.

É criado, portanto, o programa "Territórios da Cidadania" – que passa a vigorar, concomitantemente, ao programa "Territórios Rurais" – envolvendo vinte e dois Ministérios do Governo Federal, sob a coordenação da Casa Civil da Presidência da República, apresentando como objetivo geral a "superação da pobreza e geração de trabalho e renda no meio rural por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável" (Territórios da Cidadania, junho de 2009). Segundo o Decreto[29] de sua criação, a escolha e a priorização dos territórios que integrarão o programa combinam critérios já adotados pelo programa "Territórios Rurais" e a inclusão de outros.

[29] Este decreto de 25/02/2008 institui o programa Territórios da Cidadania.

QUADRO 2

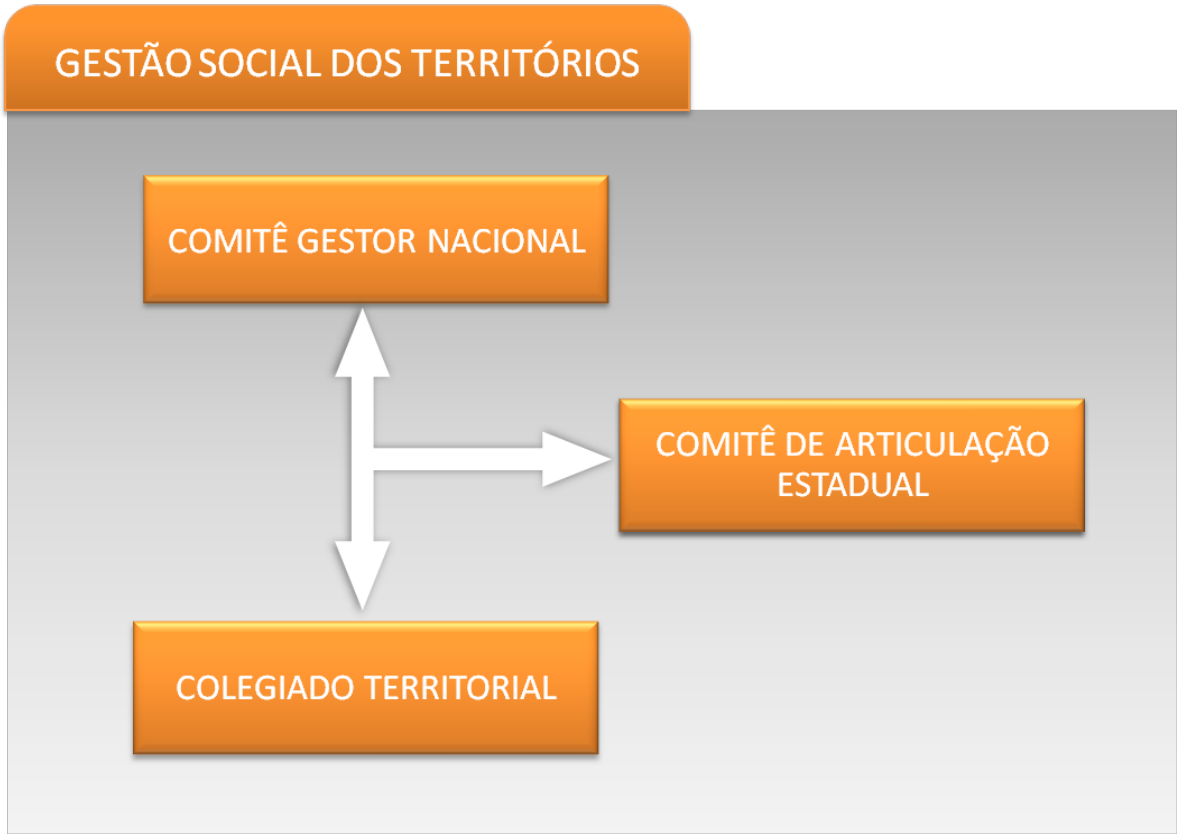
Critérios para a seleção e priorização dos investimentos do Programa Territórios da Cidadania
- estar incorporado ao Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, do Ministério do Desenvolvimento Agrário;
- menor índice de desenvolvimento humano –IDH territorial;
- maior concentração de beneficiários do programa bolsa família;
- maior concentração de agricultores familiares e assentados da reforma agrária;
- maior concentração de populações tradicionais, quilombolas e indígenas;
- baixo dinamismo econômico, segundo a tipologia das desigualdades regionais constantes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, do Ministério da Integração Nacional;
- convergência de programas de apoio ao desenvolvimento de distintos níveis de governo;
- maior organização social e;
- maior concentração de municípios de menor IDEB – Índice de Desenvolvimento de Educação Básica.

Fonte: Elaborado por Lucas Gama, a partir do texto do Decreto que cria os "Territórios da Cidadania".

O programa "Territórios da Cidadania" contemplou em seu primeiro ano, 2008, 60 territórios do programa Territórios Rurais e, no ano seguinte, 120 territórios distribuídos entre 1830 municípios, que representam 32,9% do total do país, onde reside uma população de 41,9 milhões de habitantes, representando 22,9% da totalidade dos brasileiros. Sua denominada "gestão social dos territórios"[30] será empreendida pelas seguintes instâncias: Comitê Gestor Nacional, Comitê de Articulação Estadual e Colegiado Territorial.

[30] Para o ano de 2010 o governo federal, através do Ministério de Desenvolvimento Agrário, reservou 160.000,00 reais para o Território do Alto Sertão Sergipano com o proclamado objetivo de fortalecer a gestão social nos territórios por meio da realização de oficinas, cursos, encontros, assessoria técnica, conferências, entre outros.

FIGURA 7



Fonte: Territórios da Cidadania, 2009.

FIGURA 8 – TERRITÓRIOS DA CIDADANIA (2008 / 2009)

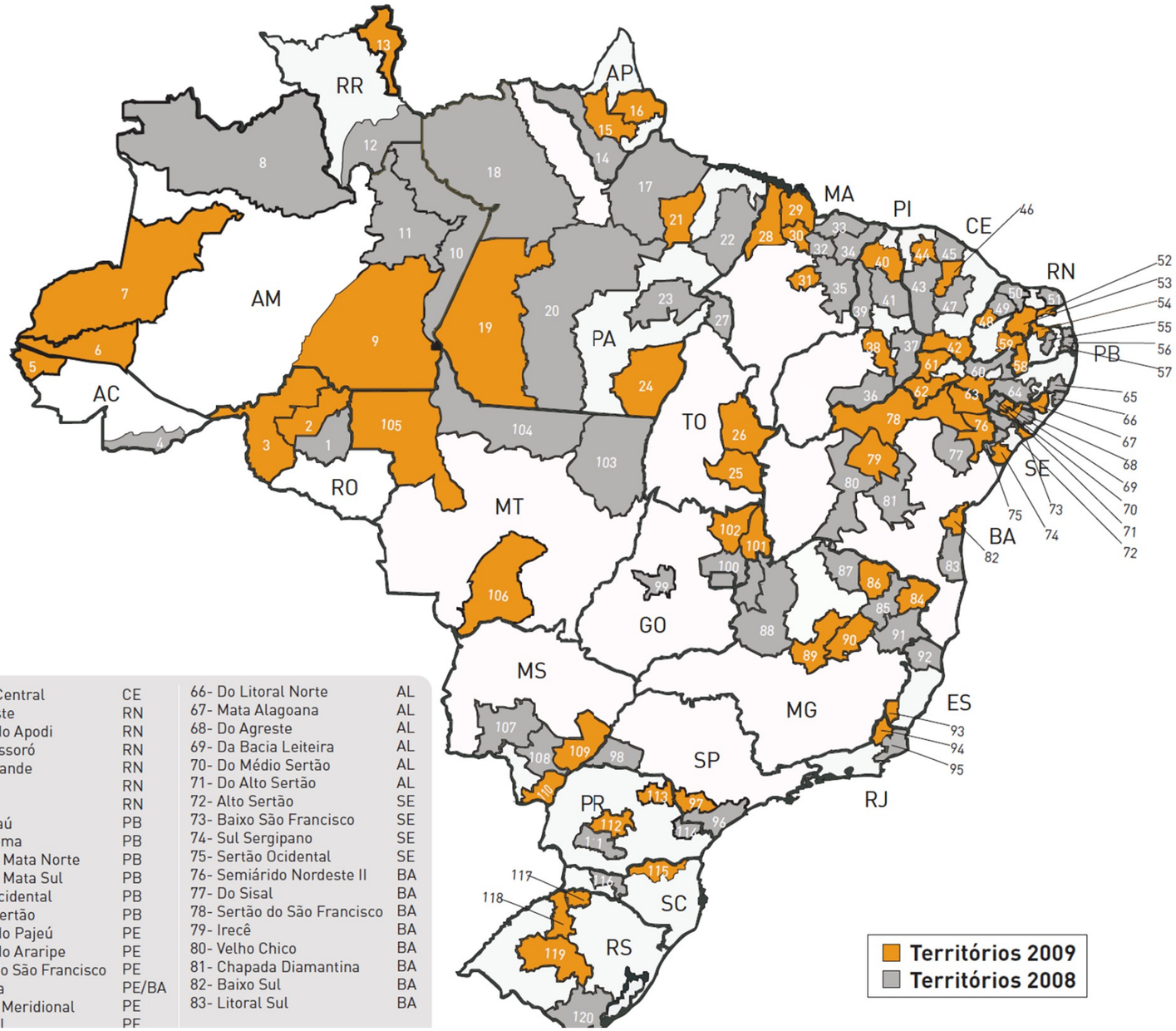
Os 120 Territórios da Cidadania

REGIÃO NORTE | 27 Territórios

01- Central (Ji-Paraná)	RO
02- Vale do Jamari	RO
03- Madeira Mamoré	RO
04- Alto Acre Capixaba	AC
05- Vale do Juruá	AC
06- Alto Juruá	AM
07- Mesorregião Alto Solimões	AM
08- Rio Negro da Cidadania Indígena	AM
09- Madeira	AM
10- Baixo Amazonas	AM
11- Manaus e Entorno	AM
12- Sul de Roraima	RR
13- Terra Indígena Raposa Serra do Sol e São Marcos	RR
14- Sul do Amapá	AP
15- Centro Oeste	AP
16- Dos Lagos	AP
17- Marajó	PA
18- Baixo Amazonas	PA
19- BR 163	PA
20- Transamazônica	PA
21- Baixo Tocantins	PA
22- Nordeste Paraense	PA
23- Sudeste Paraense	PA
24- Sul do Pará/Alto Xingu	PA
25- Sudeste	TO
26- Jalapão	TO
27- Bico do Papagaio	TO

REGIÃO NORDESTE | 56 Territórios

28- Alto Turi e Gurupi	MA	47- Sertão Central	CE	66- Do Litoral Norte	AL
29- Baixada Ocidental	MA	48- Alto Oeste	RN	67- Mata Alagoana	AL
30- Campo e Lagos	MA	49- Sertão do Apodi	RN	68- Do Agreste	AL
31- Médio Mearim	MA	50- Açu-Mossoró	RN	69- Da Bacia Leiteira	AL
32- Vale do Itapecuru	MA	51- Mato Grande	RN	70- Do Médio Sertão	AL
33- Lençóis Maranhenses/Munin	MA	52- Potengi	RN	71- Do Alto Sertão	AL
34- Baixo Parnaíba	MA	53- Seridó	RN	72- Alto Sertão	SE
35- Cocais	MA	54- Curinataú	PB	73- Baixo São Francisco	SE
36- Serra da Capivara	PI	55- Borborema	PB	74- Sul Sergipano	SE
37- Vale do Guaribas	PI	56- Zona da Mata Norte	PB	75- Sertão Ocidental	SE
38- Vale do Canindé	PI	57- Zona da Mata Sul	PB	76- Semiárido Nordeste II	BA
39- Entre Rios	PI	58- Cariri Ocidental	PB	77- Do Sisal	BA
40- Cocais	PI	59- Médio Sertão	PB	78- Sertão do São Francisco	BA
41- Carnaubais	PI	60- Sertão do Pajeú	PE	79- Irecê	BA
42- Cariri	CE	61- Sertão do Araripe	PE	80- Velho Chico	BA
43- Inhamuns Crateús	CE	62- Sertão do São Francisco	PE	81- Chapada Diamantina	BA
44- Sobral	CE	63- Itaparica	PE/BA	82- Baixo Sul	BA
45- Vales do Curu e Aracatiaçu	CE	64- Agreste Meridional	PE	83- Litoral Sul	BA
46- Sertões de Canindé	CE	65- Mata Sul	PE		



REGIÃO SUDESTE | 15 Territórios

84- Baixo Jequitinhonha	MG
85- Médio Jequitinhonha	MG
86- Alto Rio Pardo	MG
87- Serra Geral	MG
88- Noroeste de Minas	MG
89- Sertão de Minas	MG
90- Alto Jequitinhonha	MG
91- Vale do Mucuri	MG
92- Norte	ES
93- Caparaó	ES
94- Noroeste	RJ
95- Norte	RJ
96- Vale do Ribeira	SP
97- Sudeste Paulista	SP
98- Pontal do Paranapanema	SP

REGIÃO CENTRO-OESTE | 12 Territ

99- Vale do Rio Vermelho	GO
100- Das Águas Emendadas	DF/GO/
101- Vale do Paranã	GO
102- Chapada dos Veadeiros	GO
103- Baixo Araguaia	MT
104- Portal da Amazônia	MT
105- Noroeste	MT
106- Baixada Cuiabana	MT
107- Da Reforma	MS
108- Grande Dourados	MS
109- Vale do Ivinhema	MS
110- Cone Sul	MS

REGIÃO SUL | 10 Territórios

111- Cantuquiriguaçu	PR
112- Paraná Centro	PR
113- Norte Pioneiro	PR
114- Vale do Ribeira	PR
115- Planalto Norte	SC
116- Meio Oeste Contestado	SC
117- Médio Alto Uruguai	RS
118- Noroeste Colonial	RS
119- Região Central	RS
120- Zona Sul do Estado	RS

Fonte: MDA, 2009. Disponível em: << http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territriosrurais/pageflip/pageflip-view?pageflip_id=2221713>>

Do ponto de vista teórico não há substancial mudança entre o programa "Territórios Rurais" e o programa "Territórios da Cidadania", pois o território continua a ser conceituado como "um conjunto de municípios com mesma característica econômica e ambiental, identidade e coesão social, cultural e geográfica. Maiores que o município e menores que o estado" (Revista Territórios da Cidadania, 2009: p. 3). O que se observa é a adoção dos agrupamentos de municípios previamente elaborados pelos "Territórios Rurais" e denominados de territórios, como depositário do aporte de investimentos dos Ministérios.

Deseja-se explicar que a despeito do que é propalado sobre o programa "Territórios da Cidadania", sua execução tem representado apenas o envolvimento dos demais Ministérios no direcionamento das políticas públicas, que já se encontravam em andamento, para a escala espacial nomeada pelo referido programa de "território". Até mesmo um dos pilares do enfoque territorial, o "colegiado dos atores territoriais", não se tem efetivado no programa "Territórios da Cidadania" nos moldes preconizados por seus documentos e em realização pelo programa "Territórios Rurais", uma vez que, ao colegiado territorial – que é o mesmo para os dois programas – compete apenas a aprovação de projetos e demandas para investimentos de recursos do Ministério de Desenvolvimento Agrário. Isso significa que qualquer discussão que transborde a alçada desse Ministério torna-se inócua, na medida em que não se assegura a reserva de parte do orçamento anual dos demais Ministérios para as deliberações dos atores em seus respectivos colegiados. Como afirma (FAVARETO, 2009: p. 63) os "Territórios da Cidadania" mesmo em seu esboço inicial já demonstram contrariar os fundamentos do postulado do desenvolvimento territorial:

> O que se pode dizer é que, de acordo com o desenho inicial, os territórios continuam sendo vistos como um repositório de investimentos. Não mais que isso. As ações são selecionadas pelo Poder Executivo dentre os investimentos que já estavam planejados nos diferentes programas antes dispersos e ofertados aos territórios, a quem cabe definir prioridades dentro desse cardápio

2.1.2- A política de Desenvolvimento Territorial do Governo Estadual

Em Sergipe o governo estadual, através da SEPLAN, no final de 2006, inicia a elaboração de um (re)ordenamento territorial do estado. Visando a legitimidade da população

organizou um processo de discussão, que culminou com a redação dos Planos de Desenvolvimento Sustentável correspondente aos oito territórios criados[31].

Esse planejamento territorial expressa como objetivos, executar programas que asseguram a melhor distribuição de renda, competitividade das empresas instaladas nos territórios, valorização das distintas identidades culturais territoriais e respeito ao meio ambiente. Conforme documento produzido pela SEPLAN, após a elaboração dos planos:

> A proposta de um desenvolvimento sustentável para o estado passa, além das condições ambientais, pelo respeito à identidade cultural dos territórios e pela inclusão social. O Governo estadual deve assumir o papel relevante de indutor do desenvolvimento e regulador do mercado (SEPLAN, outubro de 2007: p. 2).

É do entendimento da SEPLAN, que um dos graves problemas que acomete o estado de Sergipe é a concentração do emprego na administração pública. Sendo assim estimula-se deliberadamente a participação dos setores privados, visando um pacto social tripartide, que articule as demandas da sociedade civil, os interesses do mercado e a política de governo.

> O sucesso do Plano de Desenvolvimento Territorial Participativo depende não só do setor público, mas, principalmente, da iniciativa privada, enquanto gerador de emprego e renda, e da sociedade civil, enquanto agente responsável por sugerir iniciativas, acompanhar a implantação e avaliar os resultados. Constrói-se assim um pacto social consubstanciado na efetiva atuação do poder público e participação da sociedade como um todo, o que possibilitará fazer de Sergipe um Estado de Todos! (SEPLAN, outubro de 2007: p. 56).

Diferente do programa Território Rural, o planejamento do executivo estadual não contempla a reunião dos membros das organizações e movimentos sociais por meio de instâncias colegiadas permanentes. A sistemática de diálogo é realizada através das Conferências municipais, territoriais e estaduais de planejamento, onde são definidas as prioridades nessas três "escalas" espaciais e seus respectivos delegados.

No Plano Plurianual do Governo de Sergipe não existe qualquer reserva orçamentária destinada exclusivamente às demandas aprovadas nas Conferências promovidas pela SEPLAN. O orçamento geral do estado para o ano é aprovado pelo legislativo e as Secretarias estaduais dispõem de livre escolha para dividir a totalidade dos recursos que lhes são empregados com as prioridades políticas de seus gestores. Inclusive, é possível que nenhuma Secretaria realize

[31] Foram criados dois decretos pelo governo estadual de Sergipe: o Decreto n 24. 338, que institui os oito territórios de planejamento e o Decreto n 24. 339, que institui o processo de planejamento participativo sob a coordenação da SEPLAN.

qualquer investimento nos territórios, ainda que haja inúmeras deliberações homologadas pela própria SEPLAN nas Conferências, pois não existem mecanismos jurídicos que assegurem a dotação orçamentária anual para o atendimento das reivindicações dos "atores locais". Para o ano de 2010, por exemplo, estão previstos pouco mais de 917 milhões de reais para o conjunto dos territórios (conforme divisão abaixo), porém parte significativa desse montante foi empenhado para realização das políticas setoriais, cunhadas pelos próprios gestores das Secretarias.

TABELA 6

Investimentos do Orçamento Plurianual por Território

Território	Valor estimado para 2010
Sul Sergipano	**87.631.246**
Centro-Sul Sergipano	**50.909.468**
Grande Aracaju	**573.293.680**
Leste Sergipano	**28.634.614**
Agreste Central Sergipano	**36.629.709**
Baixo São Francisco Sergipano	**63.882.016**
Médio Sertão Sergipano	**21.607.115**
Alto Sertão Sergipano	**54.731.899**
Estado de Sergipe	**3.761.040.023**
Total do Plano Plurianual	**4.678.359.770**
Orçamento Geral	**5.337.445.520***

* Valor que engloba transferências constitucionais e despesas financeiras do governo estadual.
Fonte: SEPLAN, 2010.

A definição de território, subjacente a esse processo de (re)ordenamento territorial, repousa na multidimencionalidade, onde o território é definido por um leque de fatores, em especial, o de identidade cultural, que segundo o próprio documento da SEPLAN é decisivo na formação dos territórios.

> A questão da identidade cultural é fundamental no processo de construção dos territórios. Como são socialmente construídos, eles se consolidam num processo em que o sentimento de pertencimento coletivo das pessoas se manifesta cada vez mais numa adequação às condições de vida do território (SEPLAN, outubro de 2007: p. 13).

Assim elegeu-se as dimensões materiais e imateriais sobre as quais se perfilam o território, forjando a denominada identidade territorial: Geo-ambiental; Econômico-Produtiva; Social; Político- Institucional e; Cultural.

Figura 9

As dimensões do pertencimento ao Território

Fonte: Seplan, 2007

O referente Território é formado por sete municípios (Canindé do São Francisco, Gararu, Monte Alegre de Sergipe, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora de Lourdes, Poço Redondo e Porto da Folha). Segundo o Documento da SEPLAN, este território apresenta condições edafo-climáticas frágeis (em razão do déficit hídrico que produz um solo raso, pedregoso e seco) e um quadro social preocupante, pela baixa rede pública de abastecimento de água, deficiência na cobertura e tratamento do lixo, insuficiente esgotamento sanitário e, sobretudo, o pior índice de desenvolvimento humano do estado. Segundo dados indicados pelo Programa das Nações Unidas do ano de 2000, quase 50% da população da área referente pode ser considerada indigente.

O governo estadual considera que nesse território existe um importante capital social, devido à presença de organizações populares, cooperativas, sindicatos, associações, além de outros que, potencialmente, poderiam desencadear um desenvolvimento autocentrado. Porém, segundo o próprio governo, esta tendência é frustrada pelas lutas agrárias e a tibieza das Instituições Públicas na aplicação das políticas.

> O Alto Sertão Sergipano possui um significativo capital social com a presença e atuação forte dos movimentos sociais, da Igreja, dos Sindicatos, das cooperativas, das associações comunitárias, da Federação das Associações (FEACOM), do Fórum DLIS, da Articulação Semi-Árido, de ONG´s, de grupos e da Coordenação Estadual dos Quilombolas. [...] Entretanto, a análise do quadro político-institucional do território evidencia que a correlação de forças ainda não foi favorável às mudanças nos desenhos das instituições políticas locais. Observa-se a fragilidade das Instituições Públicas na aplicação das políticas e a reduzida capacidade de gestão e de articulação dos gestores municipais (SEPLAN, 2008: p. 31).

Em conformidade com o diagnóstico e as perspectivas, acima colocadas, foi elaborado um conjunto de objetivos, sintetizados no Plano de Investimento do Território, que procura agregar as demandas dos agentes territoriais e as propostas governamentais:

QUADRO 3

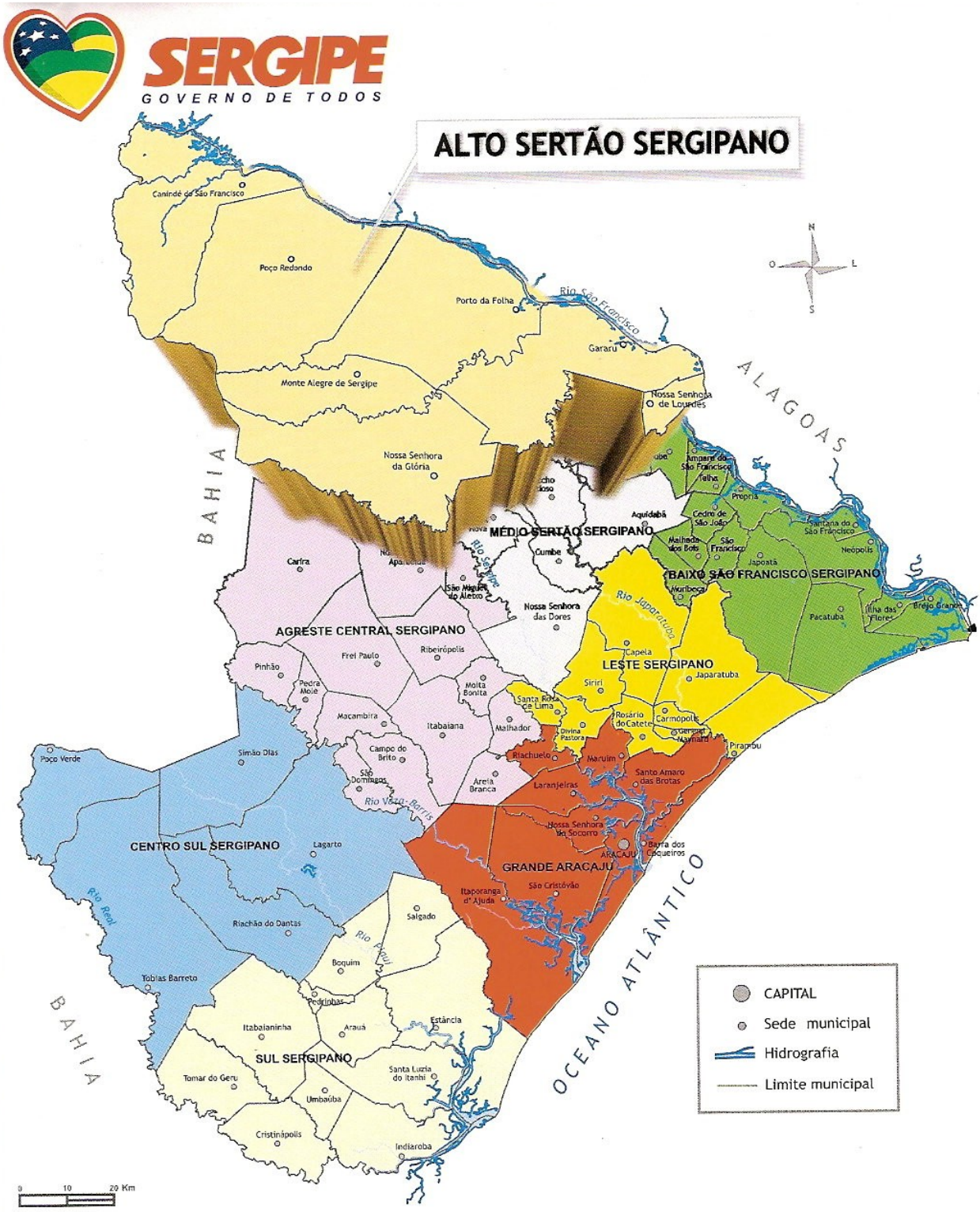
PROPOSTAS GOVERNAMENTAIS

GESTÃO GOVERNO (2006-2010)

1 – Aumentar o PIB agropecuário;
2 - Diversificar a base industrial local;
3 – Fortalecer os arranjos produtivos locais;
4 - Elevar a renda da população;
5 – Promover a articulação e cooperação entre os diferentes agentes locais e territoriais para a execução das políticas públicas e investimentos.

Fonte: (Quadro elaborado a partir dos objetivos elencados no Plano de Desenvolvimento do Território do Alto Sertão Sergipano, 2008: p. 61).

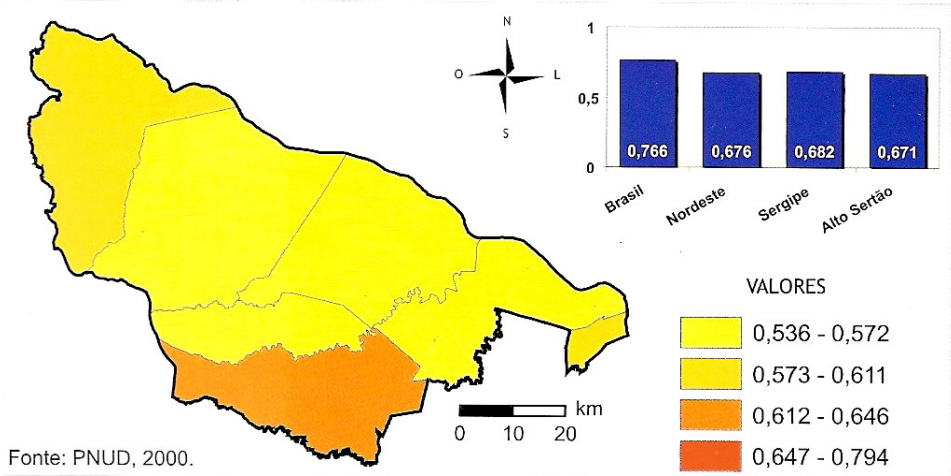
FIGURA 10



Fonte: SEPLAN, 2007

FIGURA 11

Índice de Desenvolvimento Humano



Fonte: PNUD, 2000.

2.2- Encontros e desencontros entre o planejamento territorial operado pelo Governo Federal e Governo Estadual

Ancorados pela matiz de um alardeado desenvolvimento sustentável o planejamento federal e estadual convergem na apropriação da categoria território, enquanto recorte espacial permeado pela expressão espontânea da cultura identitária de sua população.

Pode-se notar o quão é concebida como alvissareira, pelos representantes dos órgãos governamentais, a proposta de desenvolvimento territorial. Difunde-se a sua capacidade de superar o mero crescimento econômico, galvanizando uma outra espécie de desenvolvimento, que integre as expectativas de ordem econômica, sem ignorar os malfadados problemas sociais. A atual Secretária estadual de Planejamento signatária e principal responsável pela realização do (re)ordenamento territorial de Sergipe, Maria Lucia Oliveira Falcón, em artigo publicado no ano 2003, sintetiza essa aspiração:

> Na base do processo de planejamento econômico estão conceitos nem tão novos assim, como complexos industriais, distritos industriais e cadeias produtivas. O que há de novidade neles é a forma como hoje precisam interagir para disparar o desenvolvimento sustentável.[...] lembro que a idéia de estabelecer como meta o mero crescimento econômico, [...]foi completamente superada[...]. A própria estrutura de produção requerida hoje pelo paradigma competitivo da era da telemática (telecomunicação com informática) não suporta a existência de força de trabalho desqualificada – o

> que significa pessoas bem saudáveis e de boa formação educacional – o que por sua vez é incompatível com sistemas sociais básicos[...] (Ibid, 2003: p. 10).

Há uma crença de que a formação e uso adequado do capital social territorial é de suma importância para o sucesso da iniciativa. Em seus respectivos objetivos compartilham das expectativas de um desenvolvimento virtuoso dos territórios pela difusão de uma nova institucionalidade. Compreende-se que os atores territoriais, imbuídos de propósitos comuns, esvaneçam tradicionais divergências classistas e incursionem a caravela do desenvolvimento. "[...] O principal capital de produção passa a ser o social, a capacidade de articulação e cooperação, representado em novos arranjos institucionais, tão ou mais importantes quanto o 'capital dinheiro'." (FALCÓN, 2003: p. 12). Dessa forma o território, na dimensão política escalar, é eleito como palco do rearranjo institucional, de onde se deflagrará o desenvolvimento, em sua verdadeira plenitude.

> Assim o território e o governo locais podem ser a condição necessária, embora não suficiente, para iniciar, com uma nova matriz de produção de políticas públicas integradas – intersetorializadas – o processo de desenvolvimento. Isso significa usar os mecanismos de participação para que, a partir da experiência de resolução de conflitos e da decisão em regime de co-responsabilidade, sejam estimulados na comunidade local a cooperação, a criatividade e o controle social (Ibid: p. 14 e 15).

O Estado, nas duas propostas de desenvolvimento territorial, deve ser o coordenador no fomento ao desenvolvimento, mas a iniciativa privada é concebida como incondicional para o sucesso dos planos de desenvolvimento territorial. Como se pode observar em uma das propostas de cenário desejado, abaixo:

> A parceria público-privada na construção e gestão de matadouros dentro dos padrões higiênico-sanitários requeridos e de unidades de conservação constitui-se numa oportunidade de resposta efetiva às demandas sociais frente à capacidade de gestão e reduzidos quadros das organizações públicas para o enfrentamento destes problemas (Plano de Desenvolvimento Territorial do Alto Sertão Sergipano, 2008).

FIGURA 12

IV Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial organizado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Governo Federal, Secretaria de Planejamento de Sergipe e IICA (Instituto Internacional de Cooperação para a Agricultura) em Aracaju/SE.
Fonte: Pesquisa de campo, novembro de 2009.

Apesar das convergências é possível destacar ligeiras diferenças na operacionalização do planejamento territorial de suas respectivas políticas de planejamento:

- Apenas o MDA por meio dos Territórios Rurais instituiu um colegiado permanente de discussão em cada território. No planejamento estadual a SEPLAN recolhe as demandas dos partícipes dos territórios por meio de conferências realizadas, eventualmente.
- No colegiado territorial seus membros não dispõem de mecanismos de aprovação das demandas que extrapolem a alçada do MDA. No estado de Sergipe, embora a interlocução com as instâncias governamentais se realize eventualmente, os “atores territoriais” podem demandar investimentos de qualquer setor.

3 – Os Limites conceituais e estruturais da funcionalidade do Estado na configuração do Território do Alto Sertão Sergipano

O Estado não é [...], de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro; tampouco é "a realização da idéia moral", nem a "imagem e a realidade da razão", como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar.

(Engels, A origem da família, da propriedade privada e do Estado, 2005; p. 191).

3 – Os Limites conceituais e estruturais da funcionalidade do Estado na configuração do Território do Alto Sertão Sergipano

O Estado é uma instituição multissecular cujos propósitos são ainda hoje objeto de acalorados debates. Estes derivam das diferentes e irreconciliáveis atribuições conferidas ao mesmo, emanadas das diversificadas posições teórico-metodológicas de seus analisadores. Não obstante, a divergência subjacente ao seu surgimento e às suas finalidades é inegável a tamanha presença que tem na vigente produção socioespacial.

Há quem historiografe a polêmica que o circunda a partir das teorizações promovidas pelos pensadores renascentistas, todavia, antes da tradição filosófico-burguesa – cujas formulações, de fato, tornaram-se direcionadas a elaboração de uma teoria do Estado – já existia algumas referências ao papel do mesmo perante a sociedade.

3.1 - O Estado e sua natureza social dissimulada

Na Antiguidade clássica, o Estado notabilizava-se pelo papel crucial que exercia na manutenção das relações instáveis, que envolviam os ganhadores e perdedores nas freqüentes batalhas e um conjunto de indivíduos inseridos numa divisão social do trabalho, que privilegiava a aristocracia dominante. Aristóteles, na Grécia Antiga, tornou-se um entusiasta da imprescindibilidade do Estado. Preconizava a necessidade do alcance da virtude, conseqüentemente, da felicidade, onde o Estado era unidade coletiva que sintetizava as aspirações distintas das células que o antecedia: as famílias. Sua função, portanto, era promover, prioritariamente, o desenvolvimento das potencialidades humanas de modo harmônico e hierárquico para que, assim, conquistassem a satisfação espiritual e material.

Platão, outro filósofo grego de destaque na promoção da existência de uma administração dos homens, associava o Estado à idéia de *pólis* (cidade). Esta significava a possibilidade de realização do homem, porém o Estado ou a *pólis* grega deveria, para a consecução de tal objetivo, ser administrados pelos intelectuais, pois somente os mesmos usavam, adequadamente, a sapiência em nome da coletividade (a despeito dos aquinhoados que, administrando esse Estado poderiam sobrepor seus interesses perante os demais, ou os militares, que poderiam eleger como função principal do Estado a conquista de honra e glória com as vitórias nas guerras).

Apesar da existência do Estado corresponder a organizações sociais muito anteriores ao renascimento, e as alusões a ele, como registrado acima, terem acontecido num tempo histórico bastante antigo, é possível afirmar que: somente com as transformações econômicas desenhadas no decorrer da crise do feudalismo é que se começa a produzir um conjunto de formulações explicitamente voltadas a definição do papel do Estado.

A progressiva destruição da organização produtiva feudal é forjada no amálgama da incipiente produção mercantil da época. O retomar das atividades comerciais, a chegada ininterrupta de trabalhadores oriundos do campo, despojados arbitrariamente de seus meios de produção, a expansão das grandes navegações e o direcionamento da atividade agrícola às crescentes trocas comerciais engendraram um cenário, onde as relações de trabalho e produção passam a estar balizadas ao capital mercantil.

Assim, o Estado de caráter figurativo, sem capacidade de fazer-se reconhecer, tal qual esteve em atuação durante o período feudal passa a ser investido de novas funções. Doravante, a sustentação dessa nova relação social e econômica exigia um poder político forte e centralizado, que mediasse os conflituosos interesses particulares e viabilizasse a consecução das pretensões mercantis.

Thomas Hobbes foi o primeiro signatário desta instituição social a manifestar-se teoricamente em favor de seu funcionamento. Antes dele, Maquiavel já postulava a importância de um governo forte e hiper-centralizado dotado de condições para unificar seus súditos, entretanto, é Hobbes que, de forma inédita, formulará uma explicativa sobre a origem do Estado.

Em sua obra Leviatã (2003), Hobbes afirma que os indivíduos em seu estado original procuram deliberadamente obter riquezas e prestígio social. Nessa saga, interesses particulares se contrapõem, provocando uma guerra incalculável de todos contra todos. Dessa forma, o homem em seu estado natural carece de meios para evitar a iminente autodestruição, restando como única alternativa a elaboração de um contrato que viabilize a formação de um Estado. Surge assim um aparato advindo de um acordo consensual entre os indivíduos que assegure, com toda a virulência da força militar, se necessário, a propriedade privada.

> O desígnio dos homens causa final ou fim último – que amam naturalmente a liberdade e o domínio sobre os outros –, introduzindo restrições a si mesmos conforme os vemos viver nos Estados, é o cuidado com sua própria conservação e com uma vida mais satisfeita. Enfim, o desejo de sair daquela mísera condição de guerra que é a conseqüência necessária – conforme demonstrado – das paixões naturais dos homens, quando não há um poder

> visível capaz de os manter em respeito, forçando-os, por medo do castigo, ao cumprimento de seus pactos e o respeito àquelas leis naturais (HOBBES, 2003: p. 127).

John Locke, contemporâneo de Hobbes, coaduna com o corolário principal de sua assertiva, onde os homens necessitam de uma força superior investida de legitimidade para a manutenção da liberdade. A liberdade para Locke associava-se a posse da propriedade privada. Afirmava que os indivíduos eram livres em seu estado inicial, porém a ameaça da perda desta liberdade, ou melhor, da propriedade, conduzia os indivíduos a conferirem ao Estado a responsabilidade de proteger a essência dos homens.

Kant, que viveu no século XVIII e meados do século XIX, herdará o legado da explicação liberal-burguesa sobre a origem do Estado, incrementando-a. Assim como Hobbes e Locke também era signatário da hipótese[32] contratual do surgimento do Estado. Afirmava que os indivíduos portam uma característica que lhes é intrínseca, a "sociabilidade anti-social", ou seja, no estado natural os indivíduos ao mesmo tempo em que se relacionam tendem a fazer valer seus interesses, indistintamente, ainda que isso represente uma confrontação com os demais indivíduos. Desse modo o Estado é a força social que detém a capacidade de frear tamanha contradição, que ora ameaça o exercício livre da liberdade.

Ambos os filósofos encarnaram e divulgaram a máxima individualista presente na época: o direito individual a felicidade, leia-se, ao lucro. Nas suas teorias fica nítido que a sociedade é a junção de aspirações individuais. Isso significa que os indivíduos antecedem a sociedade e ao Estado, abrindo mão de parte de sua inquestionável liberdade, em prol da manutenção da mesma. Ou seja, a sociedade cuja palavra tem origem no termo latino, *societas* (associação entre indivíduos) é compreendida enquanto resultado da procura pela perpetuação da espécie humana, haja vista que sem a mesma torna-se inviável a manutenção de relações civilizadas.

Seus conteúdos, portanto, revelam que o florescer de relações sociais progressivamente mercantilizadas condensou a moral liberal de prevalência dos desejos e paixões de ordem individual. O Estado era o caminho mais seguro de proteger a livre iniciativa e a concorrência entre os indivíduos, porém seu raio de ação não era indiscriminado, o tamanho de sua

[32] Digo hipótese, pois Kant rejeitava a tese a respeito de uma suposta origem histórica do Estado, conforme preconizava Locke. Kant explica que a passagem do estado natural para a sociedade civil não se deu no determinado momento da história, mas é uma hipótese prudente pelo uso da razão presente nos indivíduos. Obviamente Kant buscava dar uma conotação a–histórica ao surgimento do Estado, a fim de evitar resistência e questionamentos ao uso de sua recorrente coerção social.

legitimidade condicionava-se à capacidade de respeitar e fazer valer as pretensões da classe burguesa em ascensão.

Hegel, artífice do idealismo alemão, carrega em seu postulado a noção de um Estado enquanto exteriorização das idéias, que evoluem contraditoriamente no pensamento do indivíduo. A formação do Estado representa a última etapa percorrida pelo espírito em sua luta pelo reencontro da Idéia absoluta.

Para Hegel o Estado tem como pressupostos a família e a sociedade civil, onde a partir da idealidade delas torna-se Espírito real e infinito para si. Nesse sentido o Estado, substância infinita, assegura a infinitude da sua existência, a partir de elementos finitos (cujos quais são partes reais de sua configuração).

> A idéia real, o Espírito, que se divide ele mesmo nas duas esferas ideais de seu conceito, a família e a sociedade civil, como em sua finitude (portanto: a divisão do Estado em família e sociedade civil é ideal, isto é, necessária, pertence à essência do Estado; família e sociedade civil são partes reais do Estado, existências reais da vontade; [...] Segundo Hegel, ao contrário, elas são produzidas pela Idéia real. Não é seu próprio curso de vida que as une ao Estado, mas é o curso de vida da Idéia que as discerniu de si; e, com efeito, elas são a finitude dessa Idéia (MARX, 2005: p. 30).

Portanto, no pensamento hegeliano, são as determinações da subjetividade do plano idealístico (Estado) que produz o finito (sociedade civil e família). O Estado, então, é a universalidade abstrata para a qual convergem, irreversivelmente, todas as relações sociais e, os fins particulares se realizam por ele.

Marx erigirá um estatuto teórico, cuja envergadura pautar-se-á pela primeira vez numa análise que foge a naturalização do Estado. O objetivo era dissecar a sociedade de classes que produzia uma organização superestrutural à sua imagem e semelhança.

Objetivando a superação do arcabouço teórico hegeliano, Marx construiu o método materialista histórico dialético, onde o entendimento do mundo não se circunscreve em relações emanadas de um ente superior sobre a terra, mas de sujeitos históricos que se relacionam de acordo com condições materiais determinadas.

Essas condições materiais se processam a partir do desenvolvimento das forças produtivas, organização da produção e do trabalho e a apropriação da riqueza social. Nesse sentido, a infra-estrutura (forças econômicas ou base material das relações de produção) detém a primazia na determinação do ser social, sendo responsável, também pela formação das instituições e idéias (superestrutura) predominantes em um dado tempo histórico.

Desse modo o Estado, na perspectiva marxiana, é identificado como uma instituição superestrutural cuja existência advém de profundas mudanças na base social. Os indivíduos em sociedade – pois a despeito do eixo central do pensamento liberal não se pensa os indivíduos senão como sujeitos sociais – se relacionam já condicionados por uma condição objetiva anterior, como partícipes de uma divisão social do trabalho fundada na desigual apropriação dos bens produzidos. Tamanho antagonismo exigirá a formação de uma força social, que detenha a legitimidade necessária para manter a nova ordem: o Estado.

Por isso, para Marx não há uma imprescindibilidade do Estado, muito menos imutáveis funções. Muito tempo antes do surgimento da sociedade clássica os primeiros hominídeos não conheciam qualquer forma de instituição originada das próprias relações entre os homens, que guardasse na sua alçada, a tarefa de reger o funcionamento da sociedade. No comunismo primitivo, primeira forma de organização dos homens, a satisfação das necessidades individuais estava balizada pela moral, em cuja essência continha o direito igual à felicidade. Nesse sentido, o trabalho, instrumento mediador do homem com a natureza, era executado por todos os membros da comunidade, e seus frutos, devidamente repartidos.

Com o surgimento da propriedade privada, relações sociais desiguais se estabelecem na apropriação da riqueza social e, dessa forma, emerge a imperiosa necessidade de constituir uma instituição cujo aparato fosse suficientemente forte para conter as manifestações descontentes e reproduzir, indiscriminadamente, o modelo agora vigente. Ou seja, faltava

> uma instituição que não só defendesse a nova forma privada de adquirir riquezas, em oposição às tradições comunistas da tribo, como também que legitimasse e perpetuasse a nascente divisão em classes e o 'direito' de a classe proprietária explorar e dominar os que nada possuíam. E essa instituição surgiu: o Estado (PONCE, 1995: p. 32).

Assim, a clara e meridiana divisão entre proprietários e não proprietários, onde os primeiros exploram deliberadamente os últimos, apartando-os da riqueza social por eles produzida é decisiva para o estabelecimento de uma nova construção social, cuja qual o Estado – em que pese suas formas históricas – já não se pode mais estar ausente.

> É sempre na relação direta entre os proprietários dos meios de produção e os produtores imediatos (a forma dessa relação sempre corresponde naturalmente a dado nível de desenvolvimento dos métodos de trabalho e da produtividade social do trabalho) que encontramos o recôndito segredo, a base oculta da construção social toda e, por isso, da forma política das relações de soberania e dependência, em suma, da forma específica do Estado numa época dada (MARX, 2008: p. 1047).

A atuação do Estado não se apresenta de modo uniforme ao longo da história. Suas variantes se alterarão na proporção exigida pela correlação de força das classes sociais e o desenvolvimento das forças produtivas. "O Estado age diferentemente, de acordo com cada conjuntura específica, mas no quadro do desenvolvimento de forças produtivas e de relação de forças[...]" (FALEIROS, 2007: p. 56). Ainda assim, é possível definir duas atribuições orgânicas do funcionamento dessa instituição: coerção e manipulação.

A coerção se estabelece toda vez que a hegemonia burguesa das relações sociais de produção está em questão. Esta coerção mesmo sem o apoio político da maioria da população procura sustentar-se na necessidade de zelar pela moral social (leia-se: pela propriedade). Quando a coerção não é empreendida explicitamente, desarmam-se os levantes, pela exortação a democracia, assegurando a coerção por meio da manipulação.

A esse respeito é interessante notar como o surgimento do Estado selou o divórcio dos indivíduos de sua ação protagonista. A realização do ser social não se materializa através da ação direta sobre a realidade, antes ele precisa de um intermediário que reúna em si a capacidade de contemplá-lo.

Nesse sentido a autonomia histórica tão necessária na construção social é subsumida com a suposta atribuição do Estado, de encarnar e mediar interesses conflitantes. O caráter genérico do ser humano é colocado para fora dele, realizado somente por uma instituição, que por sua vez, foi criada pelos próprios seres humanos. Ou seja, os indivíduos não se atentam à prerrogativa que detêm na produção e reprodução da vida, alienam-se da pertinente ação de sujeitos históricos transferindo-a a um ente cuja relação social o construiu. Pode-se ter como exemplo, o comportamento do homem alienado em relação tanto à religião quanto ao Estado, pois em ambos os casos, há tácita ou explícita recusa do indivíduo em reconhecer-se como dirigente da realização da vida. Assim à religião ou ao Estado confere-se a tutela de assegurar o bem-estar e o funcionamento harmonioso da sociedade.

> A atitude do Estado, especialmente do Estado livre, a respeito da religião constitui apenas a atitude perante a religião dos homens que compõem o Estado. Daí se segue que o homem se liberta de um constrangimento através do Estado, politicamente ao transcender as suas limitações, em contradição consigo mesmo, e de maneira abstrata, estreita e parcial. Além disso, ao emancipar-se politicamente, o homem emancipa-se de modo desviado, por meio de um intermediário. Por fim, mesmo quando se ateu através da mediação do Estado, isso é, ao proclamar que o Estado é ateu, encontra-se ainda envolvido na religião, porque só se reconhece a si mesmo por via indireta, através de um intermediário. A religião é apenas o reconhecimento do homem

> de maneira indireta; quer dizer, através de um intermediário. O Estado é o intermediário entre o homem e a liberdade humana (MARX, 1993: p.43) *apud* (IASI, 2007: p. 50 e 51).

Cinde-se, portanto, a essência social dos indivíduos, haja vista que na esfera privada (denominada pelos liberais de sociedade civil) diferenciam-se por se inserirem em antagônicas classes sociais, mas na esfera pública (denominada pelos liberais de sociedade política) retomam seu caráter genérico, via Estado. Obviamente essa crença em um poder do Estado, isento de parcialidade é, também, forjada no interior de suas instituições e na forma peculiar de sua atuação. Em determinadas ocasiões fica evidente, diante da exposta ação estatal, sua pertinência classista. Já em outras situações a ação estatal se reveste, mediada por mecanismos ideológicos, de uma suposta neutralidade, acima do bem e do mal.

Um bom exemplo de como o Estado pode ser investido de funções, que o leve a ser percebido pela classe dominada, como um ente supra-classista foi o governo bonapartista. Na França, durante o século XIX, o desenvolvimento acelerado das forças produtivas e a subordinação progressiva das relações de produção ao modo de produção capitalista criaram a necessidade de um Estado que viabilizasse as condições objetivas para a reprodução do capital. Todavia a apropriação do Estado pela aristocracia financeira obstaculiza esse processo. Dessa forma a burguesia industrial francesa procura hegemonizar as demais classes sociais com o propósito de derrubar o governo usurário, que administrava o Estado.

Essa aliança policlassista (que incluía burguesia, operários e camponeses) consagrada vitoriosa em seu intento, não se sustentou duradouramente, pois ficava mais nítido o papel reservado aos operários na divisão social do trabalho. Assim como forma de assegurar, sem perturbações, a necessária acumulação capitalista, a burguesia industrial centralizava paulatinamente o poder estatal nas mãos do executivo e este procurava agir sob o manto da imparcialidade, habilidosamente conquistando o apoio dos camponeses, enquanto confrontava, sem hesitação, os operários. Doravante consolidou o poder burguês diluindo-o numa abstrata noção de igualdade cidadã perante o Estado.

> O interesse que Marx dispensa ao bonapartismo justifica-se, assim pelo fato de ele conter em si, como fenômeno político, os segredos mais importantes à compreensão do político como nível de relações sociais. O Estado bonapartista desempenha esse papel ao mesmo tempo em que é a forma do Estado que melhor cumpre as tarefas que favorecem à burguesia. E, no entanto, aparece como entidade acima das classes sociais. Ele consegue simultaneamente cristalizar sua dependência das relações de produção, afirmando sua autonomia. Neste jogo entre as relações de produção e o político, a dependência e a

> autonomia, reside o caráter dissimulador que define o papel do Estado bonapartista (SADER, 1998: 107).

3.2- O Estado coadjuvante ao capital na captura do território

Sob o modo de produção capitalista o Estado age, na sua integralidade, para cumprir os requisitos necessários à reprodução do capital[33]. Isso significa que o Estado serve como anteparo das pressões exercidas pelas classes sociais subordinadas no interior da sociedade produtora de valor, ao tempo que lança mão da prerrogativa que lhe cabe, intervindo na economia, a fim de promover os meios para uma acumulação sempre crescente do capital. Então as ações do

> Estado se inscrevem num contexto de produção capitalista, onde devem por um lado assegurar a garantia da propriedade privada e a acumulação de capital e por outro lado, garantirem o clima social necessário a esta acumulação (FALEIROS, 2007: p. 53).

Essa atuação pode, em determinadas circunstâncias, ser executada de modo velado ou deliberado. Isso evidencia que, embora o Estado seja um alto comitê executivo dos negócios inadiáveis dos capitalistas, precisa, como condição para a perpetuação de sua hegemonia social assumir uma faceta onde, aparentemente, demonstre neutralidade racional[34].

> Daí resulta, como problema estrutural do Estado capitalista, que ele precisa simultaneamente praticar e tornar invisível o seu caráter de classe. As operações de seleção e direcionamento de caráter coordenador e repressor que constituem conteúdo de seu caráter classista, precisam ser desmentidas por uma terceira categoria de operações seletivas de caráter ocultador: as operações divergentes, isto é, as que seguem direções opostas. Somente a preservação da aparência de neutralidade de classe permite o exercício da dominação de classe. (OFFE, 1984: p. 163)

[33] Segundo (HARVEY, 2005: p. 80), "a condição preferida para a atividade capitalista é um Estado burguês em que instituições de mercado e regras contratuais (incluindo as do contrato de trabalho) sejam legalmente garantidas e em que se criem estruturas de regulação para conter conflitos de classes e arbitrar entre as reivindicações de diferentes facções do capital (por exemplo, entre interesses mercantis, financeiros, manufatureiros, agrários e rentistas)".

[34] É fundamental que destaquemos que o Estado, tal como o apresentamos, é um Estado da coerção e do consenso. Essa segunda determinação do fenômeno estatal, o consenso, se materializa na adoção da democracia representativa como sistema que irá conferir legitimidade social ao Estado, pois permite a incorporação de direitos sociais e políticos de cidadania. Entretanto, essa incorporação encontra limites: não oferecer risco para a manutenção do capitalismo e para a valorização do capital (DURIGUETTO, 2007: p. 80). Mesmo considerando que o Estado se valha dos mecanismos institucionais que dispõem para forjar "unanimidades", ele recorre frequentemente ao uso da força como atributo monopólico que lhe confere. Em que pese nossa discordância à conclusão que chega Weber de que a política compreende os esforços de compartilhar o poder institucionalizado, sua conceituação nos é de grande valia para a explicação da ação coercitiva inerente ao Estado: "o Estado consiste em uma relação de *dominação* do homem sobre o homem, fundada no instrumento da violência legítima (isto é, da violência considerada como legítima). O Estado só pode existir, portanto, sob condição de que os homens dominados se submetam a autoridade continuamente reivindicada pelos dominadores" (Ibid, 2005: p. 57).

Logo ele apresenta-se como uma organização supraestrutural que zela pela moral social, cuja qual é tratada como um legado imaculado, patrimônio irresoluto de um povo. Naturaliza-se, portanto, a vigência de determinada relações construídas pelos próprios indivíduos, a saber, o direito inalienável à propriedade privada e a imprescindibilidade do Estado.

> "Nesse sentido podemos afirmar que sua estrutura e atividade consistem na imposição e na garantia duradoura de regras que institucionalizam as relações de classe específicas de uma sociedade capitalista de classes" (OFFE, 1984: p. 123).

Essa ideologia[35], cuja influência na mediação da consciência é, sem sombra de dúvidas, significativa permite a reificação das relações sociais, circunscritas a uma organização do trabalho e produção, onde o Estado é produto, mas também condiciona a irreconciliável luta de classes.

A consolidação dessa ideologia[36] onde o Estado assume, supostamente, o protagonismo das transformações sociais se fez presente durante as suas correspondentes políticas de desenvolvimento, nas diferentes escalas: nacional, regional e local/territorial. Com a insígnia do desenvolvimento o Estado tornou-se primaz colaborador/indutor da acumulação capitalista, pois difundiu com eficácia a possibilidade de elevarem-se as condições sociais através do crescimento econômico.

A palavra desenvolvimento notabiliza-se pela polissemia que lhe é imanente, não sendo à toa que, com diferentes enfoques, foi utilizada por classes em luta ou por suas organizações e teóricos representativos para propor supostas mudanças. Marx, por exemplo, falava em desenvolvimento das forças produtivas como melhoria do conjunto de técnicas e instrumentos utilizados na condição de meio para a reprodução da existência.

Porém, a superestrutura que se faz presente no capitalismo é ideologizada, ou seja, calcada em um rol de conhecimentos premeditadamente forjados que visam justificar e/ou acalentar a exploração do trabalho pelo capital. Nesse sentido faz-se uso de palavras cuja acepção

---

[35] Compartilho da afirmação que faz Iasi (2007, p. 94) sobre o sentido da ideologia no pensamento marxiano "Marx em nenhum momento, usará o termo 'ideologia' (ideologie), mas falará de 'consciência (Bewusstsein) social'. Em nossa interpretação, isso de dá pelo fato de que o autor tem uma definição de ideologia negativa, quer dizer, para ele, ideologia é um instrumento de uma classe em seu esforço de dominação, as relações sociais dominantes convertidas em idéias, idéias de seu domínio que servem de inversão, naturalização e velamento com a finalidade de legitimar e reproduzir a ordem estabelecida".

[36] As idéias por trás das práticas institucionais, tais como elaborar e implementar políticas, não são concebidas de forma neutra, como finge a ciência, nem são elas pensadas no interesse de todos, como espera o humanismo moderno, mas, ao invés disso, políticas são feitas para servir aos interesses político-econômico dominantes (PEET, 2007: p. 23).

é elaborada no bojo de um método de análise conservador, além de hegemônico na *bürgerliche gesellschaft* (sociedade burguesa, ou se preferir, sociedade civil).

Assim, o capital personalizado pela ação do Estado, se apropria do desenvolvimento, enquanto pressuposto para a elevação de um estado reconhecido como inferior ou não satisfatório, rumo à situação desejada, cuja lógica desse raciocínio, contém a crença numa superação de ordem linear.

Isso significa afirmar que a conquista do desenvolvimento como estratégia das políticas publicas fundamenta-se na sucessão de estágios que, em muito, se escora nas formulações do positivismo comtiano.

> Comte afirma ter descoberto uma grande lei fundamental segundo a qual o espírito dos indivíduos, assim como a espécie humana e as próprias ciências descrevem um movimento histórico que atravessa um estado teológico e um estado metafísico antes de chegar ao terceiro e último estado, o positivo, termo fixo e definitivo no qual o espírito humano encontra a ciência (*apud* REZENDE, 2001: p. 145 e 146).

Todavia é preciso considerar que a despeito desse núcleo explicativo a história não se realiza de modo mecânico circunscrita a um fatalismo que sempre a eleva a estágios sequencialmente superiores. A história é, na verdade, construída cotidianamente pelos homens, que se relacionam entre si e com a natureza. Isto não se concretiza de modo estanque, onde com o surgimento de um novo período histórico aniquilam-se as determinações e elementos do período anterior, mas de maneira processual e contraditória.

Assim faz-se necessário ressaltar, conforme já havia descrito Marx, que os homens fazem história, mas em hipótese alguma, da maneira como querem. As circunstâncias ou as condições objetivas em que se quer intervir já são um legado de processos de outrora. Porém, o ser social determinado por uma materialidade anterior e que se faz presente tem, em potencial, o poder de transformar a nova/velha realidade.

> A conclusão geral a que cheguei e que, uma vez adquirida, serviu de fio condutor dos meus estudos, pode formular-se resumidamente assim: na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais (MARX, 2003: p. 5).

Sendo assim, o uso estratégico do desenvolvimento pelo capital, instrumentalizado pelo Estado não é um fenômeno recente. Com o liberalismo e sua plêiade de intenções o desenvolvimento viu-se capturado pelo capital/Estado.

Seu arcabouço sugeria que com o avançar das relações mercantis intra e extra-nação o próprio mercado se auto-regulava, prescindindo da intervenção estatal. Isso significa que o pensamento liberal, que como vimos teve como expoentes Hobbes, Locke e Rousseau dicotomiza a interpretação da realidade, na medida em que a sociedade é dividida em política e civil. A primeira, abrangendo as decisões jurídico-políticas e a segunda compreendendo a livre iniciativa da economia.

Era o *laissez faire* que impunha o gerir sob o entendimento liberal. O Estado continuava imprescindível, como forma de evitar a digladiação intrínseca aos indivíduos no estágio pré-societal, todavia seu raio de ação não deveria, sob pena de sofrer alterações, ultrapassar a fronteira imposta entre a economia e a política.

A livre concorrência comandava as intervenções do Estado. Nela o capital mercantil se fazia notar pelas crescentes trocas comerciais, explorações de territórios não desbravados e a progressiva adaptação das terras agrícolas, antes pertencentes aos camponeses, aos propósitos do lucro.

Com a Revolução Industrial, a partir da dissolução do controle da produção durante o trabalho artesanal, sob a direção dos mestres de ofício, emerge-se o capital industrial, onde a busca do lucro não terá como eixo principal, o ganho ensejado pela venda de produtos comprados ou extorquidos de maneira mais barata. Agora, violentamente despojados de seus meios de produção, os trabalhadores tornam-se a mola propulsora do desenvolvimento capitalista, sendo parte indispensável de uma relação social cujo centro era a exploração de sua capacidade de trabalhar.

O discurso que norteará esse momento é da igualdade e do desenvolvimento. Procurar-se-á justificar o primeiro, a partir das formulações jurídicas, que faziam menção a igualdade dos indivíduos, enquanto proprietários (alguns como senhorios dos meios de produção, outros somente como proprietários de sua força de trabalho). Já o segundo associava o desenvolvimento – que em tese, como uma onda avassaladora, traria melhorias para toda população – a crescimento econômico. Este, entretanto, não poderia ficar refém do Estado, nem ficaria, pois a suposta força do mercado fazia crer na sua completa independência de uma ordenação institucional.

O ideário de mudanças, fundado no mito da modernidade (final do século XIX), motivava especulações em torno dos potenciais dos territórios do novo mundo, até então estruturados com base no escravismo. As potencialidades dessas áreas, que deveriam ser descortinadas, re-afirmavam a idéia de espaços a conquistar, assim sedimentando a ideologia do progresso.

Todavia a crise de 1929 que se abateu sobre o capitalismo provocará mudanças em sua base superestrutural. A crise evidenciou que o sistema sócio-metabólico do capital estava sujeito a perturbações, sendo infrutífero um Estado quase que absolutamente apartado da economia. Semelhante à velocidade da luz, o Estado passa da posição declarada de coadjuvante no cenário econômico mundial à condição de ator privilegiado.

Sua função não poderia mais se restringir a legislar sobre a moral e dispor ao capital de novas áreas para a sua insaciável expansão sobre o espaço absoluto (vide a neocolonização empreendida sobre o continente africano). Deveria, sobretudo, intervir diretamente na economia como forma de evitar os sobressaltos orgânicos do capitalismo.

3.3- O Estado funcional ao capital

A teoria de Keynes (1936) foi a referência econômica, em que se baseou o novo modelo de Estado. Keynes discordava da suposta capacidade de equilíbrio natural do capitalismo. A intervenção do Estado deveria se realizar com o objetivo de assegurar o consumo, para isso, fazia-se necessário os investimentos em infra-estrutura, como forma de gavalnizar a produção e aproximar-se do pleno emprego (uma vez que o consumo condicionava-se a possibilidade de absorção por parte dos trabalhadores).

Sendo assim o Estado, sem perder suas atribuições irrevogáveis, estava convocado a integrar-se plenamente aos propósitos nada decorosos do capital. O capitalismo não podia mais renunciar o poder estatal na regulação da sua dinâmica, como condição para a sua a própria manutenção.

Nesta nova fase do capitalismo foi criada uma teia institucional como o FMI, Banco Mundial, ONU e o fortalecimento dos próprios Estados para garantir um controle extra-nacional a um modo de produção (sem pátria) que se internacionalizava.

Com o resgate do Estado, sua ação no plano interno das nações foi pautada na política do *Welfare State,* onde a importância estatal procurava se basear nas macropolíticas sociais que promovessem as melhoras freqüentes na educação, saúde e direitos sociais. Tal iniciativa era

desencadeada não como remorso cristão pela penúria das massas trabalhadoras, que se avolumavam num miserável exército reserva de força de trabalho ou aviltados sob a intensa exploração da mais-valia absoluta. Mas, como condição importante para o abrandamento das lutas políticas ensejadas pelo operariado e a cooptação de suas entidades representativas.

Portanto o Estado Keynesiano operando com o *Welfare State* logrará impor um equilíbrio ao funcionamento do capitalismo mundial a partir de uma urdidura de relações, cujo papel das instituições era fundamental. Em meados do século XX a antiga concorrência inter-capitalista cede lugar a formação dos monopólios, pois o próprio desenvolvimento desigual do capitalismo no tempo e no espaço engendrou fusões e cisões. Dialeticamente não houve a extinção da livre concorrência, mas uma mudança qualitativa, em que a concorrência indiscriminada do período anterior transforma-se numa disputa oligopólica.

O capital atuando sob a forma de trustes e cartéis subordinava a ciência a seu favor. O objetivo era apropriar-se da técnica disponível e assegurar a sua incessante modernização para a (re)produção do capital. O Fordismo/Taylorismo resultado desse processo impulsionaria o aumento no volume de mercadorias no mercado mundial, inundando o sistema com objetos a valores mais baixos.

Nesse momento o desenvolvimento retorna ao centro da retórica que engendrava as políticas públicas, sendo que seu fundamento pautar-se-á não mais na liberdade incondicional do mercado de guiar o rumo da economia mundial a seu bel-prazer, mas numa parceria mais eficiente – capital encarnado no Estado.

Dessa forma o desenvolvimento continuava a ser exortado nas políticas públicas, sendo o Estado seu principal indutor. Através das potencialidades nacionais, de sua capacidade atrativa de capitais internacionais, além dos investimentos estatais na viabilização do crescimento industrial e agrícola se alcançaria o famigerado desenvolvimento.

Na verdade o que se compreendeu é que sob o manto desenvolvimentista o Estado conseguiu, de certa forma, neutralizar as agudas lutas políticas – pertinentes a sociedade classista – e assegurar o processo ininterrupto de reprodução ampliada do capital. A abertura do espaço das nações, atributo indispensável àqueles que se lançassem em busca do desenvolvimento, permitiu a expansão/apropriação do capital em territórios pouco explorados.

Obviamente o capital se valeu, para uma crescente acumulação, do avanço técnico, mesclado com uma mais valia absoluta/relativa e uma organização do trabalho e produção simplificada e de massas. Em nome do desenvolvimento nacional, os trabalhadores, vítimas da

exploração (des)humanizada do capital eram convocados a se inserirem num projeto-nação; em contrapartida receberiam uma organização jurídico-institucional-trabalhista que prolongasse os seus dias terrenos.

É preciso destacar que os Estados dos países periféricos da economia mundial aprofundaram a divisão territorial do trabalho e da produção, na medida em que aceitaram a imposição de pacotes e projetos construídos por órgãos supranacionais. No espaço rural, por exemplo, assistimos a predatória proposta da Revolução Verde. Sob a ilusória idéia de uma modernização das atividades agrícolas escondia-se que em seus objetivos estava a conquista da dependência tecnológica das nações 'pobres', aumento da dependência econômica e consolidação da divisão territorial do trabalho, que imputava aos países 'pobres' a condição de produtores agrícolas.

Porém, após longos anos gloriosos do capitalismo (do Pós-Guerra até a Crise do Petróleo de 1973), de uma acumulação sem precedentes na história, passa a enfrentar um grande revés na década de 70. O esgotamento de um modelo de organização da produção e do trabalho, associado a um conflito militar envolvendo países árabes versus israelenses produziu um cenário de aparente arrefecimento das políticas ministradas pelo Estado.

A crise do capitalismo demonstrou que o mesmo sofre de uma patologia incurável: a queda tendencial da taxa de lucro. Decorre de uma corrida desenfreada dos capitalistas, em que os investimentos direcionam-se ao capital constante em detrimento de capital variável. É produzida uma inovação tecnológica ininterrupta, porém a mudança na composição orgânica do capital provoca a diminuição do valor das mercadorias que, associada a um desemprego estrutural galopante, enredam o capital numa inextricável situação.

> Tal como foi originalmente exposta por Marx no livro III de O Capital, a teoria da tendência decrescente da taxa de lucro é formulada por meio de um aparente paradoxo: quanto mais se desenvolve o capitalismo, mais decresce a taxa media de lucro do capital.[..] A tendência a que a composição orgânica do capital aumente com o processo de acumulação capitalista, provoca uma tendência ao descenso da taxa de lucro, porque o "trabalho vivo", única fonte de valor, tende a ser substituído pelo "trabalho morto", que somente transmite às mercadorias a mesma quantidade de valor já incorporada nos meios de produção (CASTELLS, 1979: p.25 e 27).

Mesmo com o apoio estatal, que sempre procurou lançar-se como ponta de lança na luta contra a queda tendencial da taxa de lucro (através das guerras, empréstimos financeiros, construções de infra-estrutura de risco e etc.) os capitalistas almejam respostas mais imediatas a manutenção da lógica socio-metabólica do capital. Dessa forma gesta-se como continuidade do

processo de mundialização do capital, a financeirização da economia[37], onde os lucros dos capitalistas não estarão tão dependentes dos investimentos produtivos, pois se alcançará uma alternativa perigosa, porém, eficiente às necessidades prementes.

Segundo Chesnais (2005) esse capital procura fazer dinheiro sem descolar-se da esfera financeira, sob a forma de juros de empréstimos, de dividendos e outros pagamentos recebidos a título de posse de ações e, enfim, de lucros nascidos da pura especulação.

Os investimentos financeiros serão, portanto, priorizados, construindo uma economia mundial estupidamente interligada, através das bolsas de valores, da continuada atuação de alguns órgãos supranacionais, como o FMI e o Banco Mundial que proporcionarão lucros advindos de uma especulação, aparentemente, sem fim.

A organização do trabalho e da produção também será alterada, pois se buscará a flexibilidade, ou seja, como forma de evitar uma superprodução relativa e regular a oferta e procura de mercadorias, sua produção não será feita nas proporções anteriores, mas adaptada ao estudo da demanda. Conforme Pinto (2007),

> O pilar do crescimento econômico contínuo do consumo e da produção de massa de artigos estandartizados foi então substituído por um consumo aparentemente personalizado, com mercados cujo lento e instável crescimento passou a ser entendido por um sistema produtivo "flexível" e "enxuto" e crescentemente transnacionalizado (Ibid, p. 59).

Os trabalhadores se revezarão em tarefas multifuncionais de manuseio de máquinas ultramodernas, concretizando o que Marx já anunciava da subsunção real do trabalho ao capital.

> Com a subsunção real existe uma intervenção direta do capital no processo de produção, na figura da máquina; o capitalismo cria suas próprias forças produtivas, visando a maior extração de mais-valia relativa e não apenas a absoluta. Ao mesmo tempo, com o uso de maquinas no processo de trabalho, o mesmo precisa ser regido por caráter científico (ROMERO, 2005: p.170).

O Estado, novamente, terá sua função alterada. Serão preservadas suas incumbências de coerção e legitimação, mas numa atuação distinta. A ele já não mais serão delegadas as tarefas pela promoção parceira do crescimento econômico e do bem-estar da população. Através da teses de Friedrich Hayek e Milton Friedman se propagará a idéia de um Estado mínimo. Isso significa

[37] Segundo (DANTAS 2009, p. 64) "[...] a fase da financeirização correspondeu ao esgotamento de condições excepcionais durante aquelas décadas do pós-guerra, sendo, portanto, a continuação do funcionamento do sistema; o capital se hipertrofiou na esfera fictícia financeira por conta de dificuldades de valorização na produção e, em especial, por um outro elemento que é importante ter em conta: o fato de que o sistema capitalista evitou a eclosão plena da crise quando ela explodiu nos anos 70, e foi adiando sucessivamente a queima maciça de capitais a cada vez que se apresentava uma crise econômica".

a redução do alcance das ações estatais, ou seja, uma mudança de enfoque em sua atuação, onde as famosas políticas sociais, materializadas no *Welfare State* deveriam ser veementemente desmanteladas mantendo, entretanto, o apoio incondicional aos monopólios do capital e a ciranda financeira. "Ou seja, [...] um Estado que assumiu um papel crescentemente orgânico na economia capitalista em declínio" (DANTAS, 2009: p. 66).

Segundo Anderson (1994) o advento da crise do capitalismo em 1973 desdobrada em recessão, diminuição dos investimentos e altas taxas de inflação fortaleceu os reclames antigos, porém, desprezados, de Hayek e Friedman. Dessa forma a tese de "uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa natural de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos" (Ibid: p. 11) denominada de neoliberalismo ganhou, progressivamente, aceitação entre os administradores do Estado.

Cria-se, então, o denominado Estado neoliberal que consiste numa faceta dessa instituição, imprescindível ao capitalismo, que se afasta das responsabilidades concebidas como primordiais a realização do chamado cidadão, num processo austero de redução e alcance das políticas públicas. Isso inclui as privatizações de empresas estatais lucrativas, a terceirização de serviços tidos como essenciais (educação, saúde, transporte, etc.) e a promoção de programas financiados pelo Banco Mundial de caráter flagrantemente assistencialista.

A tessitura de mudanças nas ações do Estado, conforme analisado, coincide com a exortação de políticas públicas de nova ordem. Estas se apresentarão com conteúdo que se distingue de períodos anteriores, pois objetivava a preservação da legitimidade do Estado e a difusão de programas que, supostamente, transferiam parte do poder estatal a livre iniciativa dos indivíduos. Assim ao invés de aguardar do Estado sua ação redentora, propiciando o tão almejado desenvolvimento, a chamada "sociedade civil" será convocada a tomar as rédeas na busca pelo progresso.

O que se pode concluir é que o Estado no curso da história é o responsável pelo discurso e pelas aplicações de políticas públicas assegurando modelos de desenvolvimento que emergem diferenciados, nas diferentes escalas geográficas, para garantir a expansão da produção e conseqüentemente viabilizar o sistema global do capital.

4 – A Política de Desenvolvimento: a inserção de Políticas Públicas na aplicação de Políticas de Desenvolvimento.

"[...] as concepções do tempo e do espaço são criadas necessariamente através de práticas e processos materiais que servem à reprodução da vida social.[...]. A objetividade do tempo e do espaço advém, em ambos os casos, de praticas materiais de reprodução social; e, na medida em que estas podem variar geográfica e historicamente, verifica-se que o tempo social e o espaço social são construídos diferencialmente. Em suma, cada modo distinto de produção ou formação social incorpora um agregado particular de praticas e conceitos do tempo e do espaço".

(HARVEY, em Condição Pós-Moderna, 2007)

4 – A Política de Desenvolvimento: a inserção de Políticas Públicas na aplicação de Políticas de Desenvolvimento.

No decorrer da história brasileira o período republicano confunde-se com a elaboração mais sistemática de políticas de desenvolvimento, pois a fragilidade institucional do Estado brasileiro no período monárquico, associada à ausência, ou incipiente organização das classes trabalhadoras – considerando a proibição e virulenta perseguição às manifestações populares – dificultavam os reclames e a conseqüente constituição de políticas públicas de desenvolvimento. Tal mudança não decorre simplesmente da passagem de um sistema político para outro (monárquico ao republicano), mas, sobretudo, do desenvolvimento das forças produtivas e as alterações nas relações de produção, diante da inserção da economia brasileira ao capitalismo.

4.1 Na Consolidação de um Modelo de Desenvolvimento

Nos primeiros trinta anos do século XX assistimos à luta de frações da classe dominante pela hegemonia na direção econômica e política do país: os grandes proprietários de terra buscavam preservar a dominação política que mantinham como legado da projeção econômica alcançada durante a monarquia; enquanto a ascendente burguesia industrial, também com um lastro na propriedade da terra, lograva uma conformação política que lhe desse maiores rendimentos.

Essa divergência entre frações da classe dominante não produziu uma polarização que perturbasse seus interesses comuns, a saber: o aumento dos lucros, porém, isso se realizará através de um novo processo de acumulação. A síntese dessa intricada disputa foi a vitória dos interesses da nova classe urbano industrial (que se torna hegemônica com a Revolução de 1930) ministrando uma reordenação jurídico-institucional (aprovação de uma legislação trabalhista que permitiu um ajuste da exploração da força de trabalho, de forma a evitar maiores disparidades em seus custos) e econômica (expansão contraditória do capitalismo no Brasil, onde nas áreas urbanas acelerava-se o assalariamento dos trabalhadores e a apropriação da mais-valia produzida, enquanto que no espaço agrário apresentava-se um aparente paradoxo: ao mesmo tempo em que expropriava parcelas de camponeses de suas tradicionais terras, mantinha, na maior parte dos casos, outras tantas parcelas fixadas em suas terras, expropriando seus excedentes).

> A revolução de 1930 marca o fim de um ciclo e o início de outro na economia brasileira: o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial. [...] a reformulação do aparelho e da ação estatal, a regulamentação dos fatores, entre os quais o trabalho ou o preço do trabalho, têm o significado, de um lado, de destruição das regras do jogo segundo as quais a economia se inclinava para as atividades agrário-exportadoras e, de outro, de criação das condições institucionais para a expansão das atividades ligadas ao mercado interno (OLIVEIRA, 2003: p. 35).

A crise em que se envereda o capitalismo em 1929, cujo desfecho foi a quebra da Bolsa de Valores nos Estados Unidos, a falência de indústrias, o desemprego em massa e a diminuição no ritmo global de acumulação de capital desvaloriza a famigerada crença no poder autoregenerativo (prescindindo da interferência estatal) do sistema sócio-metabólico do capital, ressignificando o papel do Estado e, dessa forma, ampliando a abrangência de sua atuação. No Brasil, diante da crise, se verificou a dotação do Estado de atribuições mais notáveis na formulação de políticas de desenvolvimento inspiradas num processo industrializante.

> Esse quadro, de que se devem destacar as duas crises de superacumulação – do café e da indústria –, mostra que o capitalismo brasileiro já apresentava condições mínimas para desencadear um processo de industrialização, com o qual, somente, poderia marchar para etapas mais avançadas. A "crise 1929" e sua recuperação cumpriram passo importante dessa caminhada: solucionaram parcialmente o problema da capacidade ociosa, mas não teriam condições, por si sós, de fazer prosseguir a marcha. Para isso era necessário profunda reestruturação do Estado – naturalmente guardando certo equilíbrio entre as frações da classe dominante [...] (CANO, 2002: p. 106).

Ou seja, o Estado será fortalecido, elevado a condição de indutor na promoção das políticas públicas, sob inspiração do keynesianismo. Ancorado num discurso de desenvolvimento da nação o Estado brasileiro financia a expansão urbano-industrial, através da política de substituição de importações e de fornecimento creditício.

Todavia é somente após a Segunda Guerra Mundial (a partir de 1945) que o Estado manifestará, através de discursos e de programas governamentais sua política do desenvolvimento.

> Abre-se espaço para a ascendência de uma nova proposta de desenvolvimento nacional, com base no fortalecimento da industrialização sustentada pelo Estado getulista. Um programa nacional de desenvolvimento com a utilização da política cambial, fiscal e creditícia. Era um processo que se realizava protegendo o mercado nacional, por meio das altas tarifas sobre os bens importados e no seu controle direto, além do acesso a bens de produção, como máquinas, equipamentos e matéria-prima necessária à modernização da base de produção industrial (LISBOA, 2007: p. 67).

O evolucionismo serviu como cimento ideológico dessa perspectiva uma vez que difundiu em seu bojo a idéia etapista de desenvolvimento, ou seja, os países considerados 'pobres' deveriam cumprir, como receita infalível para o alcance do desenvolvimento auferido pelos países ricos, um amplo investimento estatal na modernização de sua agricultura e no fomento do crescimento industrial.

A continuada monopolização da economia mundial e a formação da polarizada disputa mundial entre capitalistas e comunistas exigiu uma redefinição das políticas internas dos países considerados subdesenvolvidos, como forma de evitar contestações de caráter popular e assegurar a continuada reprodução do capital.

Esse rearranjo interno ensejou-se pelos propósitos do capital de integrar países periféricos a um capitalismo que se internacionalizava, aprofundando seu papel na divisão territorial do trabalho. Para tanto se elegerá o desenvolvimento como o fulcro desse processo, na medida em que será ostensivamente usado como objetivo final dos esforços da nação. O capital mediado pelo Estado captura o desenvolvimento e o inscreve em uma política de caráter nacional, exortando toda a população a contribuir no alcance do mesmo, sob a impoluta justificativa de melhorias gerais.

> Nos anos iniciais do desenvolvimento, ao longo das décadas de 1950 e 1960, a escala operativa para os programas de desenvolvimento promovidos pelos organismos internacionais (especialmente o Banco Mundial) foi a escala nacional. A confiança num Estado-nação forte que, no âmbito de um paradigma de política econômica Keynesiana, assumia funções diretas, tanto na promoção econômica como na providencia de serviços sociais, marcou o contexto dos primeiros passos da institucionalização do desenvolvimento (GÓMEZ, 2006: p. 262).

Como forma de endossar e facilitar a aceitação do discurso do desenvolvimento nacional é modificada a conformação estatal revestindo-a de uma aparência com teor policlassista, por meio do Estado populista. A eficiência dessa forma de Estado reside na proporção direta de sua capacidade de fazer-se representar como elo intermediário entre classes antagônicas. Assim transmite-se a possibilidade de um desenvolvimento de caráter nacional que supere as históricas divergências classistas, formando uma matriz produtiva, supostamente independente das aspirações estrangeiras.

> O pacto populista era a forma da hegemonia burguesa, uma hegemonia que se afirmara sem liquidar com o seu antigo contendor, a oligarquia agrária cafeicultora; uma hegemonia que se afirmara dirigindo poderosamente a ação e a intervenção do Estado como sustentáculo e mola de sua expansão; uma

> hegemonia que se afirmara utilizando o Estado para vigiar o proletariado urbano sem necessariamente ser repressor ostensivo (OLIVEIRA, 1981: p. 88);

Procurava-se fazer acreditar que o insucesso das primeiras tentativas de desenvolvimento antes da Segunda Guerra era derivado de uma orientação na política econômico-social estatal, que não reconhecia a dualidade (espaços modernos e atrasados no território nacional) a qual estavam submetidos os países pobres e não garantia uma maior autonomia das nações subdesenvolvidas, nas transações comerciais capitalistas.

4.2 O Discurso da industrialização como Modelo de Desenvolvimento

Portanto, a despeito das teses tradicionais, que atribuiam ao desenvolvimento um caráter natural, disseminando a inevitabilidade da elevação do patamar econômico dos países subdesenvolvidos, a criação da CEPAL e a popularização das premissas de sua tese, bem como as elaborações teóricas de intelectuais brasileiros e estrangeiros, propagaram e cristalizam o entendimento de que a condição do subdesenvolvimento era a especificidade histórica provinda de uma relação desigual dos países ricos com os países pobres.

Nesse sentido a CEPAL preconizava que somente a formação de uma diversificada base industrial nacional, que garantisse a generalizada exportação de produtos industrializados, inverteria a deficitária balança comercial dos países subdesenvolvidos.

> A necessidade da condução deliberada do processo de industrialização substitutiva por meio da planificação constitui idéia-força, na qual se coloca grande ênfase nos primeiros documentos da CEPAL, já que tal condução é considerada um requisito indispensável para o desenvolvimento das economias periféricas (RODRIGUEZ, 1981: p. 37).

No corolário de suas interpretações acerca da relação entre países de níveis econômicos diferentes continha o binômio centro-periferia, onde se consideravam centros as economias em que adentraram primeiro as técnicas capitalistas de produção, enquanto que a periferia estava constituída pelas economias, cuja produção permaneceu inicialmente atrasada, do ponto de vista tecnológico e organizativo (Ibid, 1981).

Um dos principais formuladores das teses cepalinas foi Raul Presbish, executivo da Cepal, que ocupou importante cargo na UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento) e destacou-se na elaboração de textos que reiteravam a necessidade da industrialização dos países pobres para a conquista do desenvolvimento. Sua tese era que a

industrialização desses países deveria ser promovida pelo capital nacional, salvo, se necessário, em sua fase inicial, onde é possível admitir a ajuda de países ricos nesse processo. Além disso considerava a possibilidade de convencer os países ricos a reconhecerem a industrialização retardatária dos países pobres, de modo a estabelecerem trocas comerciais mais vantajosas aos últimos. Sobre esta concepção, Paul Singer afirma:

> A divisão de trabalho que está hoje em decadência, mas que ainda se mantém, foi estabelecida fundamentalmente pela diferença econômica entre paises industrializados e países que não se industrializaram. Pois bem, a divisão internacional de trabalho, proposta por Prebisch, propõe aproveitar as diferenças no grau de industrialização. Seria um reconhecimento por parte dos países industrializados, que os países não desenvolvidos estão se industrializando lentamente, que certas áreas já atingiram alguma maturidade industrial, e há que aproveitar, portanto o atraso industrial desses países para permitir que especializem nos ramos de menor densidade tecnológica (Ibid, 1971: p. 84).

Não obstante aos esforços empreendidos pela consumação do desenvolvimento via industrialização, através de financiamento interno e externo, não houve resultados que pudessem materializar esta inicial e principal proposição: elevação do país ao posto privilegiado de desenvolvido, portador de alta densidade tecnológica. A industrialização deflagrada no país não se distribuiu por todo o território nacional, gerando uma agudização das diferenças espaciais, entre as regiões brasileiras que, diferentemente de algumas compreensões (cujas quais atribuam ao denominado imperialismo interno a perpetuação dos desequilíbrios regionais) só podem ser explicadas pela

> [...]concentração automática de capital, através da concorrência capitalista que se processa em forma livre, num espaço econômico nacional unificado, onde os interesses privados de maior porte não são efetivamente regionais. Há, em síntese, a concentração em um Centro Dominante, que imprime os rumos decisivos do processo de acumulação de capital à escala nacional (CANO, s/d: p. 23).

Há que se destacar que o direcionamento dos investimentos para a formação da infra-estrutura necessária à industrialização avolumou a dívida externa do Brasil, em razão da recorrência constante às quantias significativas de investimento externo. Além disso, a solução ou pelo menos atenuação dos graves problemas de ordem social – amplamente anunciadas – não se realizaram, provocando, na verdade, um efeito contrário, na medida em que se registrou um aumento na concentração de renda entre a população.

No que se refere aos propósitos do capital a instalação e diversificação da base industrial, com maiúsculos subsídios estatais, associada aos mecanismos de controle das mobilizações populares, orquestradas pelo Estado populista permitiu uma exploração da mais-valia sem grandes dispêndios, aumentando o processo de acumulação.

Pois bem, uma nova disjuntiva política é construída no país com a erupção do golpe militar. A necessidade de preservar um modo de acumulação do capital sem os perigos de uma coalizão de classes que o Estado populista impunha, bem como conter a crise inflacionária que se instaurou na economia brasileira e que demonstrava ser de difícil solução exigia mudanças mais pertinentes no *modus-operandi* da condução econômica e política. A tônica desse novo período histórico será a perseguição deliberada às organizações de resistência, um amplo arrocho salarial, inclusive com mudanças na legislação do trabalho (como a instituição do FGTS que permitiu uma maior facilidade na admissão e demissão do trabalhador), um controle de preços de bens de consumo guiado pelos interesses das grandes empresas e uma política de crédito altamente estimulante àqueles compromissados com a nova meta.

> Além do controle sobre o preço da força de trabalho, já descrito, o governo instituiu também um sistema de controle dos preços dos principais produtos industriais, que é aplicado pela Comissão Interministerial de Preços(CIP). Este sistema impede que pontos de estrangulamento que venham a surgir, devido a inelasticidade da demanda em áreas estratégicas da economia, impulsionam os preços a níveis muito acima dos custos. O sistema é relativamente eficaz, em parte porque não se trata de um simples congelamento dos preços (em cada caso, há uma análise de custos e o preço fixado surge de entendimentos entre o órgão controlador e as grandes firmas de cada setor) e, fundamentalmente, por causa da enorme centralização do poder político, que não deixa qualquer via de resistência aos empresários (SINGER, 1976: p. 61 e 62).

Dessa forma, a classe dominante brasileira promoveu um rearranjo de forças políticas, que permitiu um endurecimento no domínio político da nação, combinado com uma nova proposta de desenvolvimento econômico.

Emerge-se então, o desenvolvimento regional que se tornava a locomotiva das políticas públicas do período ditatorial.

> Entre os anos 60 e 80, [...] o Brasil tinha como projeto básico construir um parque industrial importante e com isso entrar para o restrito elenco das principais potências mundiais. As principais metas de sua proposta eram compatíveis com os interesses do capital produtivo e do capital financeiro internacional que se dispuseram a participar delas, instalando aqui suas filiais ou financiando a construção da proposta do "Brasil Grande Potência" (ARAÚJO, 2000: p. 17).

4.3 O Modelo de Desenvolvimento Regional como paradigma entre os anos de 1960 – 1980

As argumentações para a seleção de uma nova escala geográfica de desenvolvimento fundamentavam-se na suposta tentativa de diminuir as disparidades regionais nas forças produtivas, aumentando a produtividade, de modo a integrar todo a país num projeto industrializante de envergadura nacional.

Se até as décadas de 1970/80 os estudos sobre região respondiam ao modelo/padrão de ordenamento ou "organização" do espaço para o "desenvolvimento nacional" (à medida que buscavam a inserção de áreas no sistema de competição do capital), a região era interpretada nas suas diferenciações. Considerava-se o estudo regional importante, por que aludia às diferenças regionais, estas que eram tanto apropriadas, quanto criadas, em proveito da reprodução do capital. A questão regional exercia papel fundamental e as regiões constituíam-se palcos de ações públicas e privadas que garantiram a expansão do capitalismo no Brasil.

A proposta de desenvolvimento regional nesse contexto estava em consonância com os pressupostos do regime de acumulação fordista que comandou a expansão capitalista no Brasil, até o final da década de 1970 do século XX, quando se chegou ao período de desaceleração econômica.

A classe dominante brasileira ainda perseguia a meta não concretizada de inserção do país no seleto grupo de nações industrializadas, porém a proposta cepalina já não exercia significativa influência, pois gestava-se uma modernização conservadora do parque produtivo, cujo elemento principal era a apropriação/dominação de novas regiões – subsumida num discurso de desenvolvimento regional – no bojo do processo de acumulação de capital em escala nacional, subordinada ao capital financeiro internacional.

A Política de Desenvolvimento Regional da Ditadura Militar apresentava-se sob a influência da teoria dos Pólos de Crescimento de François Perroux (1964). Segundo esse autor o desenvolvimento é resultado da combinação das transformações de ordem mental e social duma população que lhe possibilita o aumento cumulativo e duradouro do seu produto real global.

Esta teoria assentava-se numa compreensão de desenvolvimento que se imbricava perfeitamente com o corolário do pensamento do período no Brasil: mover os meios necessários para elevar substancialmente o total da riqueza produzida no país a despeito da estrutura e relação de classe predominante.

Perroux postulava que o desenvolvimento não se irradiava uniformemente e ao mesmo tempo sobre o espaço, todavia os pólos de crescimento teriam a atribuição de servir como forças motrizes, de onde se propagaria o desenvolvimento para os lugares mais marginalizados.

> O pólo de desenvolvimento é uma força motriz ou um conjunto formado por várias dessas unidades. Uma unidade simples ou complexa, uma empresa, uma indústria, um complexo de indústrias dizendo-se motrizes quando exercem efeitos de expansão sobre outras unidades que com ela estão em relação (PERROUX, 1964: p. 192).

Nesse sentido a política de desenvolvimento regional no Brasil calcada em estudos elaborados por varias instituições ligadas ao Estado brasileiro, especialmente a SUDENE, promoverá a implantação dos Distritos Industriais nas principais capitais brasileiras, elegendo-os como pólos de crescimento, que com fartos subsídios estatais tinham como propósito lograr a produtividade em diversos setores, a fim de aumentar o conjunto da riqueza nacional.

Porém é possível captar contradições no processo de materialização do postulado de Perroux pela política de desenvolvimento regional no Brasil. Perroux ressaltava em seus escritos, que os efeitos da força motriz, exercida pelo complexo industrial, deveriam concorrer para dinamizar a economia local, conforme vemos neste excerto:

> O crescimento e o desenvolvimento dum conjunto de territórios e de populações não serão, por conseguinte, conseguidos senão através da organização consciente do meio de propagação dos efeitos do pólo de desenvolvimento.[...] Para que este objetivo seja alcançado, a grande empresa ou industria terá de reinvestir no local parte dos seus lucros e contribuir para o desenvolvimento técnico e humano. As regiões de crescimento e desenvolvimento acelerados deveriam (e não é o que acontece) auxiliar as regiões menos favorecidas (Ibid, p. 194).

Mas o que se observou no decorrer dos 20 anos, em que o desenvolvimento regional esteve na crista da onda das políticas públicas engendradas no país, foi a concentração e centralização do capital na região Centro-Sul do Brasil. Parte significativa da renda produzida no Nordeste brasileiro, por exemplo, tomava o caminho em direção sul, bem como os produtos industrializados nessa região dependiam, na sua maior parte, dos insumos comprados na região Sudeste. Destarte há que se destacar que a divisão nacional e internacional do trabalho condicionava o processo de desenvolvimento brasileiro, consolidando os papéis exercidos internamente, ao tempo que aprofundava a inserção/subordinação ao capital mundial.

Araújo (2000), a partir de Francisco de Oliveira afirma que o modelo de desenvolvimento caracteriza o desaparecimento do arquipélago regional brasileiro e a constituição de uma economia nacional regionalmente localizada[38].

> Ou seja, sob a ótica da acumulação, as regiões deixaram de existir (como lócus de acumulação autônoma), embora não se dê uma homogeneização total. Ao contrário especificidades locais existem, e novas até são criadas. Mas as dinâmicas regionais se soldam na expansão e na crise (ARAÚJO, 2000: p. 19 e 20).

A política de desenvolvimento regional no Brasil chega, em meados da década de 1970, amalgamado a problemas que só reforçavam a sua inexequibilidade. A tão aguardada melhora no desenvolvimento desigual das regiões brasileiras sucumbiu-se diante da dinâmica desigual engendrada pelo próprio processo de acumulação capitalista. Além disso, conforme Gómez (2006) os pólos de desenvolvimento – espinha dorsal do discurso econômico militar – tornaram-se fontes de um colapso financeiro diante dos estratosféricos custos de implantação dos distritos industriais. As sucessivas crises que enredam o capitalismo na década 1970 provocam mudanças no funcionamento da economia mundial, tendo rebatimentos nas economias nacionais.

Naquela ocasião os desdobramentos da crise do capitalismo impuseram abertura das economias regionais/nacionais (LISBOA, 2007).

Este movimento, em consonância com os Estados-nacionais diminuiu as barreiras espaciais, fazendo com que a produção mudasse de lugar, valorizando as diferenciações entre os lugares, que passaram a se constituir atrativas, levando esses lugares a serem capturados, transformados em territórios para o consumo (HARVEY, 2005). A partir daí, se altera a lógica do desenvolvimento regional que começa a ser comandado pelo lugar, enquanto território, e este passa a responder pelo conteúdo espacial produzido.

O desenvolvimento regional, na nova realidade, ou seja, desde os anos 1980/90, procura se realizar na busca de territórios dinâmicos - enquanto parcelas do espaço dominado/apropriado pelo exercício do poder do capital, ou das empresas, sofrendo interferências de políticas públicas e privadas. Dessa forma os lugares entram em disputa uns com os outros, para ver quem consegue atrair mais investimentos e oferecer mercado e mercadorias específicas, conforme exigências da acumulação flexível.

Nesse sentido é organizado um novo processo de acumulação que pressupõe a intensificação na reestruturação produtiva – considerando que sendo um processo, ela já vinha

[38] Ver Ensaios sobre o desenvolvimento brasileiro de ARAÚJO, Tania Bacelar de. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

sendo gestada – elevação da precarização do trabalho e uma nova/velha orientação política do Estado capitalista. Esta consiste da implantação do neoliberalismo travestido de redentora saída ao suposto abismo em que se encaminhava as relações capitalistas, diante de sua contradição indissolúvel: relações de produção *versus* desenvolvimento da força produtiva.

Com o neoliberalismo o Estado tem seu raio de atuação redefinido[39], devendo ater-se às garantias de acumulação do capital em patamares sempre maiores e mais imunes às perturbações, advindas da dinâmica da luta de classes. Dessa forma, o Estado de inspiração Keynesiana deixa de imprimir o ritmo das políticas públicas, metamorfoseando-se em uma organização supraestrutural que aparenta estar ausente, estando devidamente presente. Ou seja, os propósitos estatais imiscuir-se-ão com o do capital ao tempo que procura fazer-se representar, diante dos trabalhadores, com uma política social austeramente enxuta.

> [...] o Estado mínimo que os neoliberais advogam não é um retorno puro e simples ao "Estado guarda-noturno" que é o seu ideal – são forçados a reconhecer-lhe um pouco mais que a mera guarda da propriedade: por um lado, combatem os sistemas de segurança e previdência social; por outro, toleram alguma ação estatal em face do pauperismo (NETTO, 2001: p. 79 e 80).

Nesse contexto é eleita uma nova política de desenvolvimento pautada, agora, no local. Muda-se a escala de beneficiamento, como também a iniciativa de promovê-lo. Isso significa que os efeitos do neoliberalismo se mostram altissonantes nesse modelo de desenvolvimento, pois o Estado, que era o principal indutor do mesmo, tem seu papel reconfigurado, devendo, nesse momento, colaborar, secundariamente, nas iniciativas que partirão dos atores locais.

[39] É importante frisar que a proposta neoliberal não é o esvanecimento do Estado, mas uma roupagem diferenciada. A crítica de Netto (2001) é esclarecedora sobre o Estado neoliberal "A grande burguesia monopolista e o oligarquia financeira, em todas as latitudes,[...] desejam e pretendem em face da crise contemporânea da ordem do capital, é erradicar mecanismo reguladores que contenham qualquer componente democrática de controle do movimento do capital. [...] não é 'reduzir a intervenção do Estado', mas encontrar as condições ótimas (hoje só possíveis com o estreitamento das instituições democráticas) para direcioná-la segundo seus particulares interesses de classe" (Ibid, p. 80 e 81).

4.4 Nova trama: o local como Modelo de Desenvolvimento

O local, então, emerge como receptáculo das iniciativas empreendedoras de seus próprios agentes. Procura-se difundir que as políticas de desenvolvimento de outrora equivocaram-se por não considerar as potencialidades locais, impondo uma ação verticalizada, que promovia um hiato entre os objetivos anunciados e sua operacionalização. Somado a isso buscava-se alargar o entendimento sobre o desenvolvimento, ultrapassando a sua antiga associação exclusiva a crescimento econômico. Segundo Buarque (2006) o desenvolvimento local só pode ser considerado consistente e sustentável se mobilizar e explorar as potencialidades locais, elevar as oportunidades sociais, viabilizar a competitividade da economia local e concomitantemente assegurar a conservação dos recursos naturais locais, pois são o alicerce de suas potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local.

> O desenvolvimento local sustentável resulta, dessa forma, da interação e sinergia entre a qualidade de vida da população local – redução da pobreza, geração de riqueza e distribuição de ativos –, a eficiência econômica – com agregação de valor na cadeia produtiva – e a gestão pública eficiente[...] (BUARQUE, 2006: p. 27).

Uma diferença é excessivamente destacada entre os teóricos defensores desse modelo de desenvolvimento. Após a Segunda Guerra Mundial o local era concebido para ser apropriado externamente pelas empresas capitalistas, e suas vantagens locacionais residiam na oferta de recursos naturais, pequenos salários e ausência de legislação ambiental. Porém com o novo paradigma de desenvolvimento, as vantagens locacionais passam a centralizar-se na detenção de tecnologia e capacitados agentes locais.

> Com diferentes ritmos e velocidades, esse novo paradigma de desenvolvimento tende a alterar radicalmente a base da competitividade das nações e dos diversos espaços econômicos. De uma vantagem locacional marcada pela abundância de recursos naturais, baixos salários e reduzidas exigências ambientais – que caracterizou o ciclo expansivo do pós-guerra -, a competitividade se desloca para as vantagens em conhecimento e informação (tecnologia e recursos humanos) e para a qualidade e excelência do produto ou serviço (BUARQUE, 2006: p. 21).

É imperioso, como concretização de uma das etapas de execução do novo modelo, a formação de um aglomerado integrado de empresas, que reúna as diversidades e especificidades encontradas no local, como vantagem competitiva. Porém a despeito das demais propostas de aglomeração industrial como se vê nos Pólos de Desenvolvimento de Perroux (1964) cujo

objetivo "principal de tais políticas foi a criação ou atração de grandes empresas em setores onde a proximidade de empresas pertencentes a uma determinada cadeia é importante fator de competitividade" (SANTOS, DINIZ & BARBOSA, 2004) o novo paradigma do desenvolvimento é fundamentado nos Arranjos Produtivos Locais (APLs) ou *Clusters* que, segundo seus signatários, detém a vantagem de obter a

> integração com outros sistemas, de modo que há possibilidade de sinergismos entre as diversas atividades, aproveitamento de produtos, subprodutos e resíduos de um sistema para outro, bem como possibilidade de utilização de estruturas físicas para múltiplos sistemas, permitindo economias de escala, trocas de informações, menor dependência a segmentos externos, diminuição de custos etc.[...] (ARAÚJO, 2007: p. 26).

Ressalta-se também que as APLs se distinguem das demais, por ser uma concentração de serviços e indústrias que atuam de modo coordenado, balizados pelo senso de cooperação, emanado da identidade com o lugar. Como se vê no excerto abaixo, retirado de um documento do SEBRAE:

> De fato, a cooperação dentro desses distritos é considerada como tão importante, que é um dos principais fatores que diferenciam teoricamente esse tipo de aglomeração produtiva dos outros tipos, como os anteriormente citados. Não se está tratando aqui de qualquer cooperação, o que se dá nesses distritos é diferente do observado na relação cliente fornecedor dos complexos petroquímicos e automobilísticos ou nas parcerias estratégicas entre firmas que ocorrem principalmente na área de desenvolvimento de produtos[40] (SANTOS, DINIZ & BARBOSA, 2004: p. 20).

No entanto, a fim de que esse arranjo da oferta e funcionamento das indústrias e serviços logre êxito, busca-se editar um inédito ordenamento das relações entre os indivíduos e as instituições em âmbito local. A produção de uma outra institucionalidade é encarada como imprescindível para a canalização mais racional dos investimentos, advindos dos excedentes produzidos na localidade.

> O desenvolvimento local demanda mudanças institucionais que aumentam a governabilidade e a governança das instituições públicas locais, incluindo o município, construindo uma relativa autonomia das finanças públicas e acumulação de excedentes para investimentos sociais e estratégicos para a localidade (BUARQUE, 2006: p. 26).

[40] Segundo (Haguenauer e Prochnik, 2009: p. 36) *apud* Falcón (2003) os distritos industriais são outra classe de redes e firmas. Neste caso, o número de empresas envolvidas é usualmente bem maior e a localização da produção é espacialmente concentrada. O importante, entretanto, é a articulação produtiva entre as empresas do local, em termos de coordenação de suas atividades e cooperação.

Assim consoante essa proposta, identifica-se na descentralização das decisões e na flexibilidade da direção política atributos inquestionáveis na formação do ambiente de prosperidade a que se propõem seus partícipes. Não se objetiva o descarte absoluto da intervenção estatal, todavia difunde-se que a mesma deverá condicionar-se as iniciativas operadas no local com o objetivo de proporcionar o ambiente do florescimento do empreendedorismo e da confiança.

> Do imenso debate internacional travado nos últimos anos sobre os *clusters* (ou APL- Arranjos Produtivos Locais) – [...] pode-se concluir que o surgimento desses fenômenos depende essencialmente da construção de relações de confiança.[...] Ou seja, de que o fenômeno não pode resultar de planos especialmente concebidos para construí-los. E muito menos que um *cluster*/APL possa ser engendrado pela ação dos poderes públicos.[...] a confiança – pode ser sim construída, mesmo em situações das mais precárias, desde que não se confunda o papel do governo com o papel dos atores locais (VEIGA, 2005: p. 82).

A formação de capital social é normalmente apontada como crucial para o estabelecimento de um desenvolvimento que resgate o local como protagonista ativo das mudanças que se deseja realizar. Ele consiste de relações entre os indivíduos referenciadas em sentimentos de cooperação, confiança e regras que ajudam a formar uma cultura cívica do lugar, apoiadas por uma institucionalidade diferenciada.

> Capital social está definido aqui por três fatores interrelacionados: confiança, normas e cadeias de reciprocidade e sistemas de participação cívica – sistemas que permitem às pessoas cooperar, ajudar-se mutuamente, zelar pelo bem público, promover a prosperidade (ARAÚJO, 2003: p. 19 e 20).

Assim associado a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas (Putnam, 2000), o capital social é amplamente usado pelos paladinos do desenvolvimento local para expressar a dinâmica a ser apreendida por esse modelo: a estreita aproximação entre o mercado, o Estado e a sociedade civil em escala local. Tratados como fatores produtivos, difunde-se a formação de uma cultura política inovadora que permita abstrair os conteúdos genéricos destas categorias em prol da sinergia necessária pelo desenvolvimento.

> [...] Aqui se faz presente a idéia de sinergia, a energia que vem da confluência positiva de vários fatores, no caso governo, organizações formais e informais (sociedade civil) e mercado. Não se trata de qualquer um deles substituir as fraquezas ou irresponsabilidades de outros. Não se trata de o mercado suprir as deficiências do Estado ou de a sociedade suprir as possíveis irresponsabilidades

> de ambos. Trata-se de cooperação que tem como principal alvo o bem estar do indivíduo e o zelo pelo governo democrático e transparente (ARAÚJO, 2003: p. 45 e 46).

Por isso o empreendedorismo tornar-se-á o mote ideológico dessa nova fase do capitalismo mundializado. Os indivíduos terão que mostrar suas habilidades que até então, estavam adormecidas com a intervenção estatal, através de uma concorrência que premiará os atributos singulares dos diferentes locais/territórios.

4.5 O território como paradigma do Novo Modelo de Desenvolvimento

A retórica envelhecida do discurso do desenvolvimento se plasma na dimensão política escalar na institucionalização do território, enquanto local de empreendimento, passando a disseminar institucionalmente o planejamento estratégico territorial como perspectiva de autodesenvolvimento territorial. O local compreendido como território nada mais é, nessa lógica, senão uma área com características produtivas comuns, que potencialmente dispõe de condições objetivas para alcançar melhorias.

Abstrai-se a gênese do significado da palavra território. Ele não é concebido como relações de poder inerentes a desigual apropriação do espaço absoluto, como uma das condições para a reprodução do capital[41]. Nem mesmo no entendimento de Raffestain (1993) pautado no conceito de poder foulcatiano, onde o território é marcado por relações de poder que não exigem necessariamente a dominação do espaço.

O território, enquadrado nessa lógica, circunscreve-se na presença de indivíduos que mantém a identidade com o lugar. O sentimento de pertencimento é o que comanda o processo de territorialização/desterritorialização, e é o substrato ideológico necessário para a consolidação da prática individualista, que pressupõe a participação empreendedora dos agentes locais[42].

4.5.1- Para o entendimento do significado e dos significantes da categoria território

[41] Umas das condições, pois o capital ainda que não se territorialize (tenha a posse da propriedade privada) pode monopolizar o território e garantir, do mesmo modo, a sua (re)produção.

[42] Para um melhor entendimento do significado que tem o território para a matiz do desenvolvimento endógeno, ler obra de Antonio Vazquez Barquero intitulada "Desenvolvimento Endógeno em Tempos de Globalização. Nela compreende-se que o "território é um agente de transformação e não mero suporte dos recursos e atividades econômicas, uma vez que há interação entre as empresa e os demais atores, que se organizam para desenvolver a economia e a sociedade (BARQUERO, 2001: p. 39).

Estudar as políticas de (re)ordenamento territorial exige uma análise prévia sobre o significado e/ou concepção da palavra território. Etimologicamente a palavra território é proveniente do latim (territorium), derivada diretamente do vocábulo latino "terra" e representa um pedaço de terra apropriado, sob a jurisdição político-administrativa.

Porém as raízes semânticas da representação(conceitos) do real são tentativas de interpretação do mesmo, portanto sujeitas as múltiplas determinações materiais. Sendo assim, a concepção de território não é consenso entre os pesquisadores, mas, objeto de divergências assentado nas influências histórico-sociais, em que se insere o pesquisador.

Dentre as concepções de território merecem destaque, a naturalista e a idealista. A primeira tem como corolário a defesa de uma determinada área, como reflexo instintivo do desejo de proteção imanente nos seres vivos. A princípio, tal postulado ficou restrito ao comportamento animal, tendo sido posteriormente estendido às ações entre os homens. Esta aparente mudança sutil ensejou elaborações teóricas que buscavam atribuir ao homem uma compulsão íntima para a posse e defesa de seus territórios:

> Agimos da forma que agimos por razões do nosso passado evolutivo, não por nosso presente cultural, e nosso comportamento é tanto uma marca de nossa espécie quanto o é a forma do osso de nossa coxa ou a configuração dos nervos de uma área do cérebro humano. (...) se defendemos o título de nossa terra ou a soberania de nosso país, fazemo-lo por razões não menos inatas, não menos inextirpáveis que as fazem com que a cerca do proprietário aja por um motivo indistinguível daquele do seu dono quando a cerca foi construída. A natureza territorial do homem é genética e inextirpável (ARDREY, *apud* HAEBAERT, 2004: p. 46).

Registre-se que no século XIX, já estava presente o entendimento natural de território, no bojo do conceito de espaço vital de Frederich Ratzel. Ainda que a dimensão da obra ratzeliana seja muito maior é impossível deixar de evidenciar que há flagrantemente em seu legado, a compreensão de que o homem está ligado biologicamente ao solo, tendo na posse e expansão do mesmo, condições para a sobrevivência humana.

Esta assertiva – que carrega consigo uma visão naturalista de território – sem sombra de dúvidas serviu de instrumento legitimador das incursões expansionistas do Estado alemão, bem como mais tarde, nas mãos de outros teóricos, esteve e ainda está a serviço da justificação de uma suposta propensão humana a todo e qualquer domínio territorial, cujo pano de fundo é a defesa da propriedade privada.

Já a concepção idealista de território é formulada a partir da presença de representações simbólicas e culturais, que os indivíduos formam, associados em seu meio físico, conforme proposição da Antropologia Cultural. Para esta ciência, a gênese da noção de território está no conjunto de signos inscritos dentro de um espaço físico, cuja origem não se explica a partir das forças materiais. Neste sentido, a "semantização do território pode explicar-se parcialmente a partir do meio, mas a investigação do meio físico nunca nos permitirá concluir que deve dar-se um determinado tipo de semantização" (GARCIA, 1976: p. 52).

Na geografia é possível identificar inúmeros autores que trabalham com a visão idealista do território: Bonnemaison (1996), Cambrezy (1996), Raffestain (1993), Haesbaert (1997), entre outros. Estes, com algumas variações, enfatizam substancialmente na territorialização, o valor simbólico que vincula os diversos grupos sociais ao território. Portanto, o sentimento de pertença e a identidade cultural, endossada através de símbolos, constroem e desconstroem o território.

Bonnemaison (1996) e Cambrezy (1996) são mais incisivos ao afirmarem que "o território é primeiro um valor", pois "a existência, e mesmo a imperiosa necessidade para toda sociedade humana de estabelecer uma relação forte, ou mesmo uma relação espiritual com seu espaço de vida, parece claramente estabelecida" (p.10, *apud* HAESBAERT, 2004: p.71).

Raffestain (1993) se referencia no conceito de poder foucaultiano, ou seja, na visão de que toda relação é marcada pelo poder. Fundamentando-se nessa premissa, delineia o território a partir das relações de poder. Relações de poder que tem como substrato material, o espaço, mas que não depende dele para se instalar. Aliás, esse teórico acredita que em razão da apropriação capitalista, da chamada energia informada (unidade-trabalho), as empresas dão preferência à informação, enquanto poder simbólico, que tem primazia no domínio territorial.

Sendo assim, para o referido autor, o acesso a informação comanda o processo de territorialização. É a semiotização do território (poder informacional) que se sobrepõe ao poder material. Inegavelmente as proposições da Escola de Frankfurt[43] estão presentes em seu conceito de território na medida em que este é construído a partir de relações efetivadas pelos homens com a exterioridade, tendo como mediadores a língua, a religião e a tecnologia.

Neste viés, Habermas (1968), um dos principais signatários frankfurtianos, estabelece em seu construto teórico que as relações humanas são pautadas pela razão instrumental (trabalho

[43] Segundo definição de Assoun (1991) a Escola de Frankfurt em sentido estreito seria uma filosofia social nascida da reorganização da Investigação Social coordenada pelo romancista e filósofo Max Horkheimer. Numa visão extensiva a Escola de Frankfurt se definiria "por aqueles que dela se reclamam, tendo em conta uma plataforma teórica (Teoria Crítica e complementos) e/ou uma identidade histórica (o Instituto e as suas deslocações), e/ou um projeto histórico e político [...]" (ASSOUN, 1991: p. 11).

social) e pelo agir comunicativo (diálogo), designando ao último a prerrogativa de, em última instância, fundamentar a ação comportamental dos indivíduos. Porém, segundo Habermas (1968), a cientifização da técnica colonizou estas duas razões da sociedade, provocando uma comunicação distorcida e opaca.

Por isso, conforme Habermas (1968), a única possibilidade de descolonizar a vida pública da cientifização da técnica é através de mediações intersubjetivas baseadas na linguagem, que reconheçam normas socialmente referenciadas:

> A racionalização ao nível do marco institucional só pode levar-se a cabo no meio da interação linguisticamente mediada, a saber, pela destruição das restrições da comunicação. A discussão pública, sem restrições e coações, sobre a adequação e a desiderabilidade dos princípios e normas orientadoras da ação, à luz das ressonâncias socioculturais do progresso dos subsistemas de ação racional dirigida a fins – uma comunicação deste tipo em todos os níveis dos processos políticos e dos processos novamente politizados de formação da vontade, é o único meio no qual é possível algo assim como a racionalização (HABERMAS, 1968: p. 88).

Neste viés observa-se que, a análise de Raffestain (1993), ao privilegiar o campo informacional na formação dos territórios, dá vazão a concepção habermasiana, se subsidiando nos teóricos que secundarizam a centralidade do poder material (através do trabalho social) em nome de símbolos linguísticos "consensualmente" respeitados.

Rogério Haesbaert (1997), um dos principais geógrafos do debate sobre o território, procura englobar em seu arcabouço teórico, que o território, enquanto mediação espacial do poder subsiste de maneira historicamente determinada por múltiplas dimensões: culturais, econômicas e políticas.

Através do conceito de apropriação e domínio, vaticina que o território, necessariamente envolve uma identidade territorial, por meio de símbolos culturais (forma de apropriação), como manifestação de controle simbólico, que, combinada com a apropriação política do espaço estabelecem o domínio e a disciplinarização dos indivíduos.

Dos conceitos de território apresentados, Haesbaert destaca-se por não resumir a territorialização, em signos e símbolos culturais decorrentes da ação de grupos sociais, embora seja necessário ressaltar que, este autor, enfatiza que a identidade territorial assume proeminentemente, em algumas situações historicamente determinadas, o poder de formação dos territórios. Portanto, Haesbaert "produz uma concepção que denomina de integradora ou híbrida entre as dimensões material e ideária do território, com ênfase nas processualidades culturais e políticas" (Ibid, *apud*, SAQUET, 2007: p. 122).

Fernandes (2005) coaduna com as proposições de Haesbaert, ao analisar o território. Para ele esta categoria somente pode ser compreendida a partir de um olhar que capte sua multidimensionalidade, ou seja, que considere que a existência do mesmo pauta-se em múltiplas intencionalidades. Nesse sentido, o território é uma parcela do espaço geográfico determinada por ações objetivas ou subordinada a valores simbólicos e culturais.

> O território é uma fração do espaço geográfico e ou de outros espaços materiais ou imateriais.[...] é essencial enfatizar que o território imaterial é também um espaço político, abstrato. Sua configuração como território refere-se às dimensões de poder e controle social que lhes são inerentes. Desde essa compreensão, o território mesmo sendo uma fração do espaço também é multidimensional (FERNANDES, 2005: p. 27).

Destarte concebe que o território é gestado em relações sociais marcadas por conflitos cuja origem não apresenta necessariamente um lastro material, não permeia, em resumo, a apropriação dos meios de produção indispensáveis à vida. Isso significa, por exemplo, que até mesmo as divergências teórico-metodológicas plasmadas na concepção de sociedade dos indivíduos podem proporcionar o surgimento de territórios do conhecimento, de relações de poder que prescindem do espaço absoluto para se territorializar.

> Os territórios são, portanto, concretos e imateriais. O espaço geográfico de uma nação forma um território concreto, assim como um paradigma forma um território imaterial. O conhecimento é um importante tipo de território, daí a essencialidade do método (FERNANDES, 2005: p. 28).

A despeito destas proposições, a leitura reflexiva crítica a partir do método materialista histórico-dialético, compreende o território, inscrito no espaço geográfico, como essencialmente marcado por relações de poder. Estas são concretizadas a partir da apropriação e domínio do espaço absoluto, enquanto espaço relacional. Neste sentido está no plano do trabalho social (material), arregimentado numa sociedade que tem a propriedade privada como um patrimônio inviolável, o poder da territorialização.

Dessa forma, pensar o território desprovido de base material, ainda que a ele seja imputada uma relação de poder, é mutilar o entendimento do espaço geográfico, pois o território nasce, indissociavelmente, vinculado ao advento da apropriação individual do espaço, na forma de propriedade privada.

O território não é um fenômeno recente na história da humanidade, nem uma construção particular do capitalismo – embora sob a égide do capital tenha assumido novos contornos – o

seu nascedouro data-se ao aparecimento das primeiras manifestações da propriedade privada. Considerando esta análise, Moraes (1982) afirma:

> Antes de mais nada, para Marx a categoria precipuamente geográfica seria a de território (em nenhum momento paisagem, região, habitat ou área) que aparece em toda sua obra como sendo o processo de apropriação de determinadas porções do globo terrestre. Tal definição apreende, desde logo, o território como processo histórico e social, isto é, dotado de sentido pela ação dos homens, o que não pode ser confundido com qualquer acepção naturalista do espaço em que este existe externamente aos processos sociais (Ibid, p.121).

Na sociedade produtora de mais-valor o funcionamento sócio-metabólico do capital se estabelece, via de regra, a partir da apropriação/subordinação do espaço, portanto, da territorialização dos meios necessários à exploração do trabalho concreto, produtor de valores de uso que se expressa abstratamente como valor (quantidade de trabalho socialmente necessário a produção de uma mercadoria). Essa condição somente se verifica pela hegemônica relação social que mantém a dissociação dos indivíduos portadores da força de trabalho de qualquer meio que lhes garanta a realização da vida, autonomamente.

Como as relações que concorrem à produção material da vida implicam na compreensão inextricável homem-natureza não se pode atribuir a essência do poder a valores absolutos, uma espécie de metafísica do poder. Deve-se inseri-lo no bojo da produção e reprodução social da vida onde sujeitos históricos são investidos de força para coagir e manipular o trabalho pelo monopólio da apropriação privada de seus resultados. Isso não significa que o construto ideológico não contribua para a existência e legitimidade do poder, mas não se sustenta sem um lastro material. Sendo assim, é inócuo afirmar que o território compõe-se de um poder multidimensional, pois, qualquer subordinação a referências simbólicas traz, subjacente, determinadas relações sociais de produção que as mantém.

Essas relações sociais de produção sujeitadas a produção do valor, é o ponto de partida para o entendimento do território, pois é o conflito capital-trabalho que possibilita o constante processo de territorialização/desterritorialização. "Novos territórios são construídos e desconstruídos a depender da função que vão assumindo para a reprodução do capital" (LISBOA, 2007: p. 134). A busca do entendimento da totalidade da produção social da vida contemporânea exige desvendar a síntese das dimensões da reprodução do ser social, que contribuem, contraditoriamente, para a determinação do espaço.

Neste contexto, a leitura sobre território permite estabelecer uma análise das relações sócio-espaciais, que forjam o processo de territorialização, de modo mais abrangente e articulado,

ou seja, a partir da compreensão da totalidade, que possibilita compreender de que modo se inscrevem as políticas de (re)ordenamento territorial, sob a égide do modelo de desenvolvimento.

4.6 - A produção do espaço e da escala pelo capital

Desde a mais tenra existência humana, indivíduos constroem uma relação social que também é espacial. Assim as comunidades tribais da chamada Pré-História organizavam-se em áreas de dimensões restritas, porém com propósitos coletivistas, o que acarretava a edificação de obras, cujo acesso fosse assegurado a todos que pertenciam a mesma. A produção espacial, inserida no bojo do conteúdo das relações sociais de um determinado período é, portanto, ontológica ao ser social. Isso significa que o homem em sua relação metabólica com a natureza, através do trabalho, permite a elaboração de um novo produto, a sua reprodução enquanto trabalhador e, inevitavelmente, a produção do espaço.

Como explica Smith (1988), o homem, sob a vigência da sociedade baseada na propriedade privada da terra, sempre manteve uma ligação muito forte com o espaço, enquanto espaço absoluto. Porém, a iniciação de relações de trabalho assalariadas e a subordinação do trabalho como produtor de valor conduz ao corte de laços naturais com o espaço absoluto, pois a desapropriação dos trabalhadores de seus tradicionais meios de produção e a constante mobilidade do capital implica considerável autonomia ante o espaço absoluto. Todavia, continua Smith (1988), não se deve traduzir este processo como uma absoluta independência das relações capitalistas de qualquer vínculo com o espaço. O que se deve ter em vista é que a universalização do trabalho na condição de mercadoria e necessária valorização do valor como esteio vital para a acumulação do capital dá um novo sentido a relação com o espaço absoluto.

O capital procura relacionar-se com o espaço absoluto, não para eliminá-lo, mas para reproduzi-lo, imprimindo-lhe um formato condizente com sua auto-reprodução[44]. Destarte, o espaço absoluto assume um novo formato, relativizando seu uso para fins meramente acumulativos da riqueza socialmente produzida, ou seja, ele "procura emancipar-se do espaço natural, mas o faz apenas pela produção de certos espaços absolutos próprios como parte da produção mais ampla do espaço relativo" (SMITH, 1988: p. 132 e 133).

[44] Segundo (HARVEY, 2005: p. 88) […] o capital busca perpetuamente criar uma paisagem geográfica para facilitar suas atividades num dado ponto do tempo simplesmente para ter de destruí-la e construir uma paisagem totalmente diferente num ponto ulterior do tempo a fim de adaptar sua sede perpétua de acumulação interminável do capital. Esta é a história da destruição criativa inscrita na paisagem da geografia histórica completa da acumulação do capital.

Mas por que a generalização da forma valor/trabalho ressignifica a produção espacial? A resposta dessa questão está no *modus-operandi* do funcionamento do capital sob o capitalismo.

A mercantilização da força de trabalho, órfã de meios necessários a sua reprodução social, permite a apropriação de mais-valor do trabalho excedente dessa mercadoria. Porém, esse processo não é executado uma única vez, ou temporariamente, e ainda não se mantém sem seu domínio universal. O capitalista precisa tornar a apropriação do trabalho excedente, uma prática sistemática e estender a forma valor/trabalho às dimensões mais longínquas do planeta. Assim apropria-se não somente de capital variável, mas também de capital constante, imobilizando seu capital sobre o espaço na condição de meios de produção e engendrando um processo produtivo de valorização do valor. Por isso é possível afirmar que o capital constrói um espaço absoluto particular e tal iniciativa não é feita aleatoriamente, sendo balizada pela produção de um espaço relativo útil a sua reprodução sócio-metabólica[45].

> A diferenciação do espaço geográfico no ultimo século é um resultado direto da necessidade, inerente ao capital, de imobilizar o capital na paisagem.[...] No processo de produção o objetivo de produzir mais-valia, sendo necessário que grandes quantidades de capital produtivo sejam espacialmente imobilizadas por períodos relativamente longos, na forma de fabricas, maquinaria, vias de transporte, armazéns e uma serie de melhoramentos (SMITH, 1988: p. 136 e 137).

Nesse sentido, o capital eleva o espaço a uma condição qualitativamente diferente da que herdou do feudalismo. Primeiro, porque generaliza o trabalho abstrato produtor de valor, igualizando as condições geográficas basilares da extração da mais-valia e; segundo, mas não menos importante, adiciona-se a isso sua mobilidade incessante, na busca por formas vantajosas de exploração do trabalho excedente e, portanto, provocando uma diferenciação do espaço geográfico. É a síntese dialética entre a diferenciação e igualização do espaço geográfico promovida pela expansão do capital, que desenvolve o entendimento do desenvolvimento desigual e combinado da sociedade capitalista[46]. Esse par dialético não se verifica atuando

---

[45] Segundo Lefebvre (1984) as contradições do espaço não são produtos de sua forma racional, a exemplo das ciências exatas; são, na verdade, resultado do conteúdo prático e social e, mais especificamente, do conteúdo capitalista. O espaço da sociedade capitalista objetiva ser racional quando, na prática, está comercializado, vendido em parcelas.

[46] A acumulação do capital sempre foi uma questão profundamente geográfica. Sem as possibilidades inerentes à expansão geográfica, à reorganização espacial e ao desenvolvimento geográfico desigual, o capitalismo há muito teria cessado de funcionar como sistema econômico-político. Essa perpetua realização do que chamei [...] de "ajuste espacial" das contradições internas do capital (registrado de modo mais marcante como uma hiperacumulação do capital numa área geográfica específica), associada com uma inserção desigual dos diferentes territórios e das formações sociais no mercado mundial capitalista, criou uma geografia histórica global de acumulação do capital (HARVEY, 2004: P. 40).

separadamente sobre o espaço, mas representam partes do processo contraditório da reprodução do capital. A produção espacial reflete a concorrência capitalista pela maximização dos lucros, que considera necessário: a igualização das condições essenciais a reprodução do valor-mercadoria, despojando progressivamente os trabalhadores de vínculos maiores com os meios de produção e incorporando ao solo capital fixo nas condições médias de desenvolvimento das forças produtivas e; a gestação da diferenciação espacial com a apropriação de fontes de matérias-primas mais vantajosas, controle vigoroso do valor da força de trabalho e regulação da legislação do comércio internacional. Em síntese, a contraditória produção espacial forma a divisão territorial do trabalho que somente pode ser compreendida pela inter-relação entre as escalas[47], pois

> Las diferentes sociedades no sólo producen el espacio, como Lefebvre nos ha enseñado, ellas también producen la escala. La producción de la escala puede ser la diferenciación más elemental del espacio geográfico y es en toda su extensión un proceso social. No hay nada ontologicamente dado sobre la división tradicional entre hogar y localidad, escala urbana y regional, nacional y global. La diferenciación de las escalas geográficas establece a través de la estructura geográfica de interacciones sociales (SMITH, 2002: p. 141).

A estrutura geográfica de interações sociais sob o capitalismo produz uma interpenetração hierárquica entre as escalas por onde transita o capital. A produção escalar também passa a deter um novo propósito com o desenvolvimento da sociedade, mediado pelos interesses do capital[48].

Nos primórdios do capitalismo, como ainda não era um modo de produção internacionalizado, a escala nacional detinha a primazia de ser lócus da acumulação de capital. Nela se faziam presentes a ação do Estado que assegurava a expropriação dos trabalhadores e regulava o regime de exploração que se iniciava. No final do século XIX já era possível registrar a internacionalização do capital, que atuava por meio de uma ação imperialista fundada na exportação de capital, apropriação militar de novas áreas e progressiva fusão do capital industrial e bancário (formação do capital financeiro). É nesse momento que a escala de atuação do capital não se restringirá a esfera nacional, pois através do plano internacional o capital assegura a universalização do trabalho abstrato produtor de mais-valia. A formação das instituições

---

[47] [...] São as relações entre escalas as que nos oferecem a possibilidade de uma análise capaz de captar a agitação do sistema capitalista[...] (GOMÉZ, 2006: p. 405).

[48] Refiro-me a uma nova estatura da produção escalar sob a vigência do capital, pois segundo explicação da Profª. Drª Alexandrina Luz Conceição a produção escalar não se realiza de modo natural, sob uma racionalidade abstrata. Devemos considerar em sua análise, que a escala embora não detenha um caráter inato a existência humana integra-se ontologicamente a produção social da vida.

financeiras internacionais e de órgãos multilaterais ajuda a consolidar a dimensão escalar global de atuação do capital.

Porém, a escala internacional em que se firma a existência do capital não anula outras escalas, pelo contrário, o capital procura recriá-las a fim de assegurar seu domínio[49]. Assim, mesmo sob um capital de ordem global, a escala nacional ainda continua a ter importância, pois, contraditoriamente, se estabelece dentro dela um misto de concorrência e cooperação entre os diversos capitais na busca da maximização do lucro. É o Estado-nacional que tem grande envergadura na sustentação dessa situação, uma vez que, se encarrega de controlar a força de trabalho, regular a legislação trabalhista, legislar sobre as riquezas minerais e sobre as remessas de lucros, além de legitimar a concorrência por mercados locais vantajosos.

> Desde la perspectiva del capital, la centralidad de la escala geográfica es que ella representa uma materialización, aunque siempre como solución maleable a la contradicción básica entre cooperación y competición. Dentro dos limites nacionales, por ejemplo, hay cooperación explicita entre capitles sobre las leyes laborales, abastecimiento de infraestructuras, políticas de bienestar social, impuestos y políticas comerciales por ejemplo. Los mismos capitales compiten intensamente por mercados interiores [...] (SMITH, 2002: p. 142).

Considerando que a expansão do capital sobre o espaço é um imperativo indissolúvel[50] e que esse intento é limitado pela finitude do planeta, o capitalista através de instituições financeiras e em parceria com o Estado afiança um rearranjo espacial que permita a subordinação do local, enquanto território. O capital, então, sem perder de vista seu caráter global articulado com a esfera nacional, como suporte de sua iniciativa, apropria-se da escala territorial.

É aí que reside a inter-relação das escalas sob os ditames do capital. A internacionalização do capital permitiu sua "libertação" da escala nacional expandindo-se pelo globo. Tal expansão ressignificou a relação dos Estado-nacionais com a economia mundial, tendo em vista a tessitura de relações que se criou em nível mundial para regular a exploração da força de trabalho e capital constante (vide as patentes)[51]. Todavia, a mundialização do capital a partir da década de 1970, e o largo desenvolvimento das forças produtivas, com a subsunção da ciência ao ritmo de

[49] "Com tudo isso, o que se percebe não é o desaparecimento da escala nacional, mas sim a limitação e subordinação de suas funções. O Estado nacional, em certos âmbitos, converte-se em executor de políticas que se decidem em outra escala diferente, geralmente a escala global, [...]" (GOMÉZ, 2006: p. 303).

[50] Segundo (MÉSZÁROS, 2002: p. 590) "[...] a viabilidade do capital é inseparável de sua completa expansão em um sistema mundial que tudo abarca". Assim o capital "é espontânea e necessariamente móvel em sua busca da maximização do lucro e hoje poder ser transferido na velocidade da luz de um país para outro sob as circunstâncias de expectativas favoráveis de lucro" (Ibid, p. 188).

[51] Chesnais (1996) ilustra como o investimento em Pesquisa e Desenvolvimento avolumou-se na mundialização do capital. A vigência das leis de patentes e o aperfeiçoamento de instrumentos jurídicos de âmbito internacional contribuíram para a concentração de tecnologias.

acumulação de capital[52], construindo uma articulação técnico/científico/informacional que (re)transformou a hierarquia escalar, traz à tona o papel do território – transformado em escala espacial pelas atuais políticas de planejamento.

Milton Santos (1992) afirma que sob a vigência do período técnico/científico/informacional, há mudanças na composição orgânica do espaço com o incremento de massa ampla de capital constante (instrumentos de produção, sementes selecionadas, fertilizantes, pesticidas, etc.) e, concomitantemente, novas exigências quanto ao capital variável indispensável, crescentemente utilizado em atividades não-produtivas como bancos e outras instituições financeiras, de modo que é possível falar de uma creditização do território.

> Como conseqüência das novas condições trazidas pelo uso da ciência e da técnica na transformação do território, há menos emprego ligado à produção material e uma maior expressão do assalariado em formas diversas (segundo os países e segundo regiões em cada país), uma necessidade maior de capital adiantado, o que vai explicar a enorme expansão do sistema bancário. [...] os territórios se cobrem cada vez mais da presença de bancos, de tal maneira que arriscamos dizer que se nos anos 50 o nexo que explicava, de certa forma, a expansão capitalista, era o consumo, desde os fins dos anos 70 esse nexo é dado pelo crédito. De tal forma que poderíamos falar de uma creditização do território, que dará uma nova qualidade ao espaço (Ibid, p. 14).

A mundialização do capital ou a "integração internacional dos mercados financeiros resulta [...] da liberalização e desregulamentação que levaram à abertura dos mercados nacionais e permitiram sua interligação em tempo real"[53]. Isso significa que a mundialização reforça a centralização da gestação do capital na escala global, através das orientações das instituições financeiras e multilaterais como o Banco Mundial, o FMI e a ONU. A financeirização da economia mundial consolidada por um aparato técnico/científico/informacional permite a construção de uma relação hierárquica entre a escala global e local onde essa última é subsumida à reprodução ampliada do capital. Harvey (2004) explica a permanente problemática entre as condições locais e particulares e a universalidade dos valores produzida no mercado mundial, destacando a pujança das instituições financeiras internacionais no controle do território:

> Elas desempenham um papel-chave em determinar onde vão surgir certos tipos de trabalhos concretos e relações de classe, podendo às vezes até mesmo ditar

[52] Segundo (CHESNAIS, 1996: p. 142) as transformações advindas, desde fins da década de 70, nas relações entre a ciência, a tecnologia e a atividade industrial fizeram da tecnologia um fator de competitividade, muitas vezes decisivo, cujas características afetam praticamente todo o sistema industrial (entendido em sentido amplo, e portanto abrangendo parte dos serviços).

[53] Excerto retirado de (CHESNAIS, 1996: p. 17).

> padrões de desenvolvimento geográfico desigual por meio do controle da reunião de capitais e dos fluxos de capital (Ibid, p. 55).

A escala local que pode ser compreendida "como la escala de la reproducción social e incluye el território geográfico sobre el cual las actividades diarias se desarrollan normalmente" (SMITH, 2002: p. 143) passa a manter laços mais sólidos com a produção capitalista internacional e a acumulação de capital mundializada.

O desenvolvimento do capital ao longo do último século explica este processo. Conforme Chesnais (1996) o capital, como forma de valorização do valor, tem sua existência advinda, sobretudo em finais do século XIX e início do século XX da esfera produtiva, mais precisamente da realização do valor-mercadoria na circulação. Como neste período a internacionalização da produção capitalista consolidava-se, era possível observar um papel mais notável do comércio mundial sobre a circulação em âmbito nacional. O que por sua vez, por não extinguir a escala nacional, exigia a iniciativa do poder estatal na promoção do estreitamento de suas economias à dinâmica da economia mundial. Além destas condições era possível perceber a existência dos Investimentos Externos Diretos (IED's), que esboçava-se em sua primeiro fase.

Os IED's representou a verdadeira expansão do capital sobre o espaço mundial, pois ele tratou de espacializar a exploração de mais-valor sobre o planeta através das deslocalizações das unidades produtivas que produziu determinadas especializações da força de trabalho e do capital entre as nações, portanto intensificou a divisão territorial do trabalho.

> O lugar atualmente ocupado por muitos "países em desenvolvimento" no sistema mundial de intercambio não é resultado de uma dotação fatorial natural, que de alguma maneira tenha caído do céu. Em grande numero de casos, sua situação de produtor e exportador de uma ou duas matérias-primas básicas, de mineração ou agricultura, frequentemente com demanda cada vez menor pelos países industrializados é resultado de **antigos investimentos diretos** (grifo nosso), feitos a partir dos anos 1880 por administrações ou empresas estrangeiras (CHESNAIS, 1996: p. 47).

Contudo, conforme anunciado por Lênin (2002), a partir dos escritos de Marx, o desenvolvimento do capitalismo conduziu o capital a uma concentração e centralização sem precedentes[54]. A formação de monopólios e oligopólios não se resumiu à esfera produtiva

[54] Lênin escreverá seu famoso livro, "O imperialismo, fase superior do capitalismo", onde baseando-se no postulado de Marx defende a tese de uma fase particular do capitalismo denominada de Imperialista, advinda da antítese do período concorrencial: a concentração dos principais meios de produção. "[...] o capitalismo só se transformou em imperialimo capitalista quando chegou a uma determinado grau, muito elevado, do seu desenvolvimento[...]. O que há de fundamental neste processo, do ponto de vista econômico, é a substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas. A livre concorrência é a característica fundamental do capitalismo e da produção mercantil em geral; o monopólio é precisamente o contrario da livre concorrência, mas esta começo a transformar-se

geradora de mais-valia, como também ao sistema financeiro mundial, elevando os grupos empresariais e as principais instituições financeiras a um patamar de influência nos rumos da economia dos países sem qualquer correspondência em outro período da história mundial. Pois é o ritmo da acumulação de capital que guia o mesmo para os rincões do planeta e, por conseqüência, delimita o alcance das políticas do Estado.

> Para os grandes grupos do setor de manufaturas ou serviços, a estreita imbricação entre as dimensões produtiva e financeira da mundialização do capital representa hoje um elemento inerente ao se funcionamento cotidiano. [...] os grupos industriais são, propriamente, grupos financeiros de predominância industrial. Em certos, já têm esse caráter há muito tempo. Mesmo quando essa característica é mais recente, a globalização financeira pressionou os grupos a acentuar, de maneira qualitativa, seu caráter de centros financeiros. Os grupos começaram a diversifica-se em direção às finanças (CHESNAIS, 1992: p. 275).

Os IED's, portanto, do período da década de 1980 à atualidade passaram a deter maior presença nas operações do capital mundial, apresentando um conteúdo mais amplo. Sua função não mais consiste em ser, apenas, exportação de capital, pois contempla:

1- A possibilidade de maior controle do capitalista sobre as outras etapas do processo de rotação de capital – dirigindo parte de seus investimentos para a circulação.

2- A participação intensiva nos investimentos altamente lucrativos da esfera financeira mundial.

Quanto ao primeiro ponto, Marx (2008) explica a mudança de status do capital comercial com o desenvolvimento do capitalismo. Nos modos de produção que antecedem a sociedade capitalista, o capital comercial exercia um poder considerável sobre o intercâmbio de mercadorias, seja pela primazia que o valor de uso detinha no período – considerando que a maior parte do volume de mercadorias apropriada pelo capital comercial, provinha do pequeno excedente produtivo das terras camponesas –, seja pelo pífio desenvolvimento das forças produtivas – pois impediam uma maior autonomia dos produtores imediatos diante do monopólio da circulação. Marx nos oferece uma explicação detalhada desse processo de mudança qualitativa da função do capital comercial na obra O Capital, livro 3, e que pode ser resumida em duas passagens da referida obra. No primeiro trecho afirma que

---

diante dos nossos olhos em monopólio, criando a grande produção, eliminando a pequena, substituindo a grande produção por outra ainda maior, e concentrando a produção e o capital a tal ponto que do seu seio surgiu e surge o monopólio[...]. Ao mesmo tempo, os monopólios, que derivam da livre concorrência, não a eliminam, mas existem acima e ao lado dela, engendrando assim contradições, fricções e conflitos particularmente agudos e intensos (Ibid, 2002: p. 67).

> "aqueles modos de produção possibilitam ao capital mercantil apropriar-se de parte preponderante do produto excedente: seja porque esse capital se interpõe entre comunidades com produção essencialmente orientada para o valor-de-uso e com organização econômica para a qual é de importância secundária a venda da parte do produto destinada à circulação em geral, portanto, a venda dos produtos pelo respectivo valor; ou seja porque, naqueles antigos modos de produção, os possuidores principais do produto excedente com os quais lida o comerciante, o proprietário de escravos, o senhor feudal, o Estado (por exemplo, o déspota oriental) representam a riqueza a fruir, exposta à armadilhas do comerciante[...]" (MARX, 2008: p. 441 e 448).

No segundo trecho registra-se que:

> "Logo que a manufatura atinge certo nível de desenvolvimento – o que é mais valido ainda para a indústria moderna – cria ela para si o mercado, conquista-o com suas mercadorias. O comércio se torna então servidor da produção industrial, para a qual é condição de vida a expansão contínua do mercado. Produção em massa cada vez maior inunda o mercado existente e por isso se empenha sempre em expandi-lo, em romper seus limites (Ibid, 2008: p. 441 e 448).

A transformação da forma valor-mercadoria à condição de mediadora predominante nas relações sociais e a centralização e monopolização da produção provocam o enfraquecimento do capital comercial na correlação de forças com o capital produtivo gerador de valor, pois este não se exime de estender sua imponência monopólica a distribuição e, principalmente, circulação das mercadorias[55]. Chesnais (1996) reforça essa tese marxiana ao afirmar que:

> Para as companhias industriais, a concentração de grandes capitais no comercio atacadista (as "centrais de compras") e varejista (as lojas de departamentos, os supermercados e, sobretudo, os hipermercados) representa uma ameaça aos seus próprios lucros. A parcela de lucro que uma companhia industrial pode perder quando grupos muito fortes, em situação de "oligopsônio" (pequeno número de compradores para grande número de vendedores), estão em condições de impor condições para se ter acesso à demanda final, é um parâmetro que afeta, de forma significativa, as condições de valorização do capital (Ibid, p. 190 e 191).

Quanto ao segundo ponto, é possível afirmar que representa a face mais notória da mundialização do capital. Desde a década de 1980, a já famosa ligação entre o setor produtivo e o financeiro se avoluma a um patamar bastante expressivo, onde

> para os grandes grupos do setor de manufaturas ou serviços, a estreita imbricação entre as dimensões produtiva e financeira da mundialização do

[55] O capital como produtor potencial de valor historicamente específico só pode ser consumado e "realizado" (e, por meio de sua "realização", simultaneamente também reproduzido numa forma estendida) se penetrar no domínio da circulação. O relacionamento entre produção e consumo é assim radicalmente em sua estrutura de maneira tal que a necessária unidade de ambos se torna insuperavelmente problemática, trazendo, com o passar do tempo, também a necessidade de alguma espécie de crise (MÉSZÁROS, 2002: p. 102).

> capital representa hoje um elemento inerente ao seu funcionamento cotidiano (Ibid, p. 275).

Embora não se perca de vista, que a valorização do valor não pode prescindir, absolutamente, da esfera produtiva, o que se assiste no interior da mundialização do capital são grupos, cuja base de atuação, se encontra no capital portador de juros dos Bancos ou, sobretudo, no caráter rentista das operações financeiras (compra de ativos da dívida pública, fundos de pensão e derivativos de outra ordem). Ou seja, grupos industriais que adquirem tamanha magnitude de capital ao longo de décadas, procuram, na atualidade, auferir lucros pelo recurso da livre especulação financeira. Conforme Chesnais,

> A financeirização mais acentuada desses grupos confere-lhes um duplo caráter. Por um lado, eles estão se tornando organizações cujos interesses identificam-se sempre mais com os das instituições estritamente financeiras, não apenas por seu comum apego à ordem capitalista, mas pela natureza "financeira-rentista" de parte de seus rendimentos. Por outro, continuam sendo locais de valorização do capital produtivo, sob forma industrial (Ibid, p. 275 e 276).

A desregulamentação das economias nacionais, associada à privatização de setores estratégicos, como as telecomunicações, riquezas minerais, dentre outros, operada pelos governos, asseguraram a "estabilidade" que faltava para os investimentos de capital-dinheiro sob a garantia de lucros fáceis[56].

Em resumo, pode-se afirmar que os IED's inscritos na mundialização do capital viabilizaram a captura de parte considerável dos fluxos comerciais, que permitiram uma aproximação ainda maior entre as etapas da rotação do capital (P-D-C-C). Mais que isso, os IED's representaram o adensamento dos aportes de capital monetário destinados a pura acumulação fictícia onde o processo de rotação do capital (P-D-C-C) é encurtado (D-D').

QUADRO 4

Investimento Externo Direto

Fins do século XIX	Finais da década de 1970
Internacionalização do processo produtivo	Mundialização do capital
Predomínio da realização da forma-mercadoria para o acúmulo de capital	Diversificação dos IED's • Investimentos em serviços

[56] As operações financeiras dos grupos dão-se num quadro desregulamentado, no qual a diversificação para a esfera financeira começou a ser, ao mesmo tempo, atrativa e bastante fácil (CHESNAIS, 1996: p. 279).

Investimento Externo Direto através de exportações de capitais	• Investimentos em P&D • Primazia da esfera financeira no regime de acumulação de capital

Fonte: Organizado por Lucas Gama.

Considerando que ações em busca do lucro, através da fluidez do capital-monetário, corresponde à parcela expressiva do que se afirma como investimentos externos diretos(IED's) torna-se compreensível a emergência do território como escala. Ao se eleger a categoria território como escala de planejamento de políticas públicas, a partir de um conjunto de critérios que esvaziam o conteúdo essencialmente conflitivo do mesmo, objetiva-se lançar as bases para um mecanismo sutil de exploração do capital. O que se deseja é a subordinação da organização produtiva das comunidades que integram o território à lógica perversa do capital financeiro, pois na mundialização do capital a deslocalização das unidades produtivas para a geração do valor-mercadoria não é mais a locomotiva que move a apropriação da riqueza, senão parte de um processo mais amplo de auferição de lucros sustentado, sobretudo, pela financeirização da economia global.

Portanto na formulação das políticas públicas o território é o destino propício para os empréstimos financiados por organismos financeiros internacionais, que imobilizam parte de seu capital fictício em atividades da comunidade, com um propósito muito bem definido: subsumir a organização dos trabalhadores que integram o território aos ditames planejados pelo capital em escala global, mas materializados via território.

5 - Das Contradições: as Incongruências de Um Modelo

"Não é possível abordar de maneira adequada o grande desafio do desenvolvimento sustentável que hoje temos de encarar sem eliminar as restrições paralisantes do caráter conflitual/adverso de nosso processo de reprodução social. [...]Pois sustentabilidade significa estar realmente no controle dos processos sociais, econômicos e culturais vitais, pelos quais os seres humanos não apenas sobrevivem, mas também encontram realização, de acordo com os desígnios que estabeleceram para si mesmos, ao invés de ficarem à mercê de forças naturais imprevisíveis e determinações socioeconômicas quase naturais".

(*Mészáros, em O desafio e o fardo do tempo histórico, 2007)*

5 - Das Contradições: as Incongruências de Um Modelo

No Brasil, os estudos sobre o desenvolvimento local começam a ter notoriedade, no contexto da Reforma Constituinte de 1988, a qual inseria na agenda de discussões do país, um novo modelo de organização da República Brasileira, onde a gestão do território deveria ser substancialmente descentralizada, entre os entes estaduais e das municipalidades.

As políticas de (re)ordenamento territorial na atualidade, porém, têm no desenvolvimento territorial, as expectativas de alteração do quadro social, em busca de uma harmonia que conjugue interesses distintos, em prol do crescimento econômico e da elevação da qualidade de vida da população.

Este modelo está compreendido no contexto histórico da realidade italiana, quando, após a Segunda Guerra Mundial, em uma das regiões mais pobres deste país, ocorreu um processo de desenvolvimento a partir de territórios locais, que combinou parceria entre a esfera pública e privada, utilização da força de trabalho e dos recursos naturais presentes a valores baixos e incentivo governamental às iniciativas das pequenas e médias empresas.

Esta experiência ganhou projeção mundial, fundamentando-se numa suposta melhoria nas condições de vida da comunidade e integração competitiva das empresas de pequeno e médio porte ao mercado mundial, fortalecidas no bojo da flexibilização da tomada de decisões, dentro de uma gestão mais autônoma dos territórios existentes.

5.1- A política pública nos caminhos do modelo de desenvolvimento local

Segundo os defensores deste tipo de desenvolvimento, a crise do modelo fordista/taylorista de produção, o advento de novas tecnologias – proporcionando uma reestruturação produtiva – delinearam um novo padrão de acumulação capitalista, que tem na descentralização das decisões e inovações na gestão organizacional, a chave imprescindível para o sucesso. Nesse sentido a dimensão local adquire uma enorme magnitude.

> Os anos 80 deram início a uma nova teoria do desenvolvimento, conhecida como "desenvolvimento por baixo". Ela opunha ao capitalismo dominante o potencial local de organização, propondo uma lógica de autonomia (relativa), quer dizer, um modo alternativo de desenvolvimento endógeno e localizado que conte com suas próprias forças (PIRES, 2007: p. 69 e 70).

O desenvolvimento centrado no local relaciona-se com a teoria do desenvolvimento endógeno. O desenvolvimento endógeno (Barquero, 1999) acrescenta que todas as cidades ou regiões ganharão ou perderão em função da dotação de recursos humanos e naturais e sua vinculação à economia global.

Portanto, o território que em seus atributos apresentar: uma infra-estrutura adequada para atividade produtiva local; empresas sintonizadas com a estrutura flexível de produção; recursos naturais abundantes e; população qualificada ao exercício das tarefas solicitadas, se integrará à concorrência capitalista, num patamar superior àqueles que ignorarem tais prerrogativas.

Curiosamente, o discurso da imperiosa necessidade de deflagrar o desenvolvimento local tem contribuído para subsidiar a elaboração de um novo perfil das atuais políticas públicas governamentais brasileiras. Estas, indubitavelmente, têm sinalizado que, a despeito dos tempos de outrora, onde o Estado se configurava como promotor exclusivo de mudanças no cenário econômico-social há, objetivamente, as condições para o crescimento equilibrado do país a partir dos territórios.

São os chamados atores territoriais (pequeno, micro e médio, empresários, e trabalhadores) que, em parcerias com os administradores dos territórios e sustentados, por aportes de investimentos básicos devem protagonizar nesse mundo globalizado, o ingresso competitivo na circulação de mercadorias e bens internacionais. Tal iniciativa só pode alcançar êxito, se agregar: a capacidade de inovação crescente de seus agentes aliada às co-responsabilidades no destino e gestão do lugar.

> Conforme assinala Cruz (2004) os elementos sociais e culturais, como cooperação ou espírito comunitário, solidariedade, tornam-se fatores de produção ou se combinam para produzir vantagens competitivas de elevada performance. Para ele, esses elementos acabam por produzir capacidade de realizar um processo efetivo de democratização dentro das comunidades (Ibid *apud* LISBOA, 2007: p. 148).

Assim acredita-se ser possível, o surgimento de uma decisiva alternativa a globalização, que supere o enfraquecimento dos Estados-nacionais e de seus respectivos aparelhos indutores do desenvolvimento, a partir da gestão compartilhada dos territórios, num tecido produtivo calcado no empreendedorismo das empresas locais.

O documento elaborado por alguns pesquisadores a pedido do Governo Federal, sob o título "Para Pensar uma Política de Ordenamento Territorial" (Brasília, 2005), ilustra o comprometimento desta administração em engendrar um processo de (re)ordenamento territorial

que privilegie o desenvolvimento territorial. Todos os textos, quase que sintonizadamente, fazem referência ao dever indelével do Estado, em conduzir a democratização do gerir, como condição para o enfrentamento dos desafios imanentes do mundo globalizado:

> Os lugares que contêm tecnologia e riqueza tenderão a ser geridos por poderes hegemônicos do empresariado [...], sinônimo de organizações corporativas com capacidades de planejamento e de investimento em projetos estratégicos em associação com governos locais [...]. [...] tratar-se-á de novas faces do tecido social e político, novos campos de força sobre o qual o Estado não terá, necessariamente, o poder de ingerência ou de investidor principal, senão o de coordenador das macroestratégias que busquem, por exemplo, inserir regiões desiguais em processos de desconcentração da riqueza e novos vetores informacionais e de reestruturação do território (RUCKERT, 2003: p. 33).

5.2 - Local e território como escalas das políticas de desenvolvimento

Afirmamos, portanto, que paralelamente à vigência da proposta de desenvolvimento local é evocada uma nova política de desenvolvimento, que se define pelo território. Procura-se difundir que o mesmo consegue ultrapassar os limites administrativos do município, realizando-se a partir de uma escala mais abrangente, que contenha uma forte identidade cultural e uma matriz produtiva comum.

Em entrevistas realizadas com os representantes de organizações e entidades de trabalhadores rurais identifica-se uma inclinação resolutamente favorável ao planejamento territorial. Estes são unânimes em afirmar que o desenvolvimento a partir do território permite:

> - Diminuir a força política e cooptadora do poder público municipal na promoção das políticas públicas, uma vez que, os investimentos não estarão necessariamente atrelados a iniciativa do mesmo.
> - Maior integração dos municípios na resolução de problemas comuns, a saber: ausência prolongada de chuvas, dificuldade de comercialização dos produtos dos pequenos proprietários, deficiente assistência técnica aos mesmos, dificuldade na arrecadação de verbas para obras públicas e etc.
> - Fortalecimento do espírito democrático, pois as demandas sendo prioritárias ou não, passam a ser debatidas, coletivamente, entre representantes de segmentos sociais do território.

Conforme se pode observar, há nas declarações dos entrevistados, abaixo mencionadas, um incontido entusiasmo no planejamento de base territorial, supondo, com veemência, um corte essencial com o corolário das políticas de desenvolvimento anteriores:

> __O planejamento territorial é uma mudança de concepção e não apenas de nomenclatura. A mentalidade deixa de ser tão individualista e passa ser mais coletiva. Foi importante a escolha pelo desenvolvimento territorial porque ele é mais amplo, permite que setores heterogêneos possam estar juntos com o mesmo objetivo. (Marcos César Oliveira, Articulador do Território do Alto Sertão Sergipano).
>
> __No planejamento local havia grande corrupção e subordinação política e a sociedade civil organizada não fazia parte dela. Hoje se tivermos um colegiado forte, podemos melhorar a região. (José Moraes do Nascimento, representante de uma Associação rural do município de Nossa Senhora da Glória).
>
> __Com o território, os municípios passaram a ter contato e suas demandas são debatidas de forma coletiva. (Michel de Lima Farias, Secretário de Agricultura de Nossa Senhora de Lourdes).
>
> __O planejamento territorial é importante porque os problemas de um município não é só dos municípios e planejando conjuntamente se tem mais força. (Cleber Damião dos Santos, Secretário de Agricultura de Gararu).
>
> __Com o planejamento territorial, a sociedade participa mais, principalmente a carente, ela se sente parte do processo. (José Ivaldo Tavares de Freitas, representante do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra).

> __Ao passo que há uma política de organização territorial onde a sociedade participa é um passo muito certeiro. (Avelange Santos, membro do Movimento dos Sem-Terra).

Porém, verifica-se, até o momento, que nos propósitos do desenvolvimento territorial há profundas convergências com o desenvolvimento local – em que pese as diferenças já mencionadas –, não se encontrando um divisor de águas que justifique o entusiasmo e as expectativas dos signatários desse novo modelo de desenvolvimento. Gómez (2006) ao analisar os modelos de desenvolvimento rural, identifica a dificuldade de se estabelecer as diferenças entre a escala local e territorial de modo que é possível o fornecimento de inúmeros exemplos de suas semelhanças.

> [...] apesar da numerosa literatura que acompanha a apresentação e a consolidação dos enfoques do desenvolvimento pelas organizações internacionais, é evidente a falta de um corpus teórico e conceitual claro que seja comum à maior parte dos pesquisadores. No caso do desenvolvimento rural de base local e do desenvolvimento territorial rural, essa situação se dá com especial intensidade, de modo que não resulta fácil estabelecer uma fronteira entre um e outro, todavia, há um certo espaço comum onde ambos compartilham de um bom numero de premissas, objetivos e instrumentos [...] (GÓMEZ, 2006: 196).

Os dois modelos de desenvolvimento ensejam-se a partir das mesmas fontes inspiradoras: a experiência da Terceira Itália, desenvolvida em uma região bipolar, foge da velha divisão entre o Norte (rico e industrializado) e o Sul (Mesogiorno) pobre. Segundo Gurisatti (2002) o Nordeste italiano (mais conhecido como Terceira Itália) abrange as regiões do Vêneto, Trentino, Friuli-Venezia, Giulia, Emilia-Romagna, Toscana, Marche e parte da Lombardia, sendo reconhecida como uma das regiões mais industrializadas e dinâmicas do mundo.

Os signatários do desenvolvimento territorial e local acreditam que a Terceira Itália ganhou projeção mundial e continua a ser referência pela capacidade inovadora, que produziu um arranjo produtivo mais flexível, dando origem a uma simbiose entre seus atores locais, que constantemente respondiam as demandas socioterritoriais, através de uma atuação destacada das PME's (Pequenas e Médias Empresas).

> A configuração flexível das redes de empresas italianas nos distritos industriais (DIs) tem assegurado rápidas respostas às flutuações quantitativas e qualitativas na demanda, a consolidação de capacitações tecnológicas endógenas[...] ao meio socioterritorial e uma efetiva desconcentração produtiva com a difusão, pelo território, de pequenos e médios empreendimentos. A

> simbiose existente entre as firmas e a comunidade local gera possibilidades de cooperação competitivas entre aquelas e potencializa a criação de externalidades positivas (COCCO; URANI; GALVÃO; SILVA, 2002: p. 14 e 15).

Assim é derivada, também, da Terceira Itália a compreensão de que a construção de um mercado dinâmico não provém, somente, da ação governamental, mas da cooperação dos agentes privados e da sociedade civil. Pois segundo Cocco; Urani; Galvão e; Silva (2002) a experiência italiana evidenciou que a viabilização destes mercados não é obra apenas para governos; em alguns casos, ela se deu apesar deles. São processos que obrigatoriamente demoram e que exigem uma ampla costura de interesses públicos e privados na construção e oferta destes serviços. Desta forma dissemina-se que

> Os protagonistas do desenvolvimento local são, portanto, múltiplos, simplesmente porque, em qualquer latitude, não há nenhum ator econômico, político e/ou social que seja capaz de monopolizar a oferta de serviços de desenvolvimento empresarial na amplitude e na diversidade necessárias. Isto significa, entre outras coisas, que se um governante desejar promover o desenvolvimento local do território que governa ele terá, antes de qualquer outra coisa, que descer do pedestal e compartilhar os espaços do diagnóstico, da formulação, da implantação e da avaliação de políticas públicas com outras esferas de governo, o setor privado e a sociedade civil organizada (Ibid, p. 30).

Outro ponto de confluência que se pode destacar é a promoção da figura do empresário inovador em ambas políticas de desenvolvimento (territorial e local). Ou seja, a influência do postulado schumpeteriano mostra-se presente nas duas propostas. Segundo Schumpeter (1985), no bojo de sua explicação sobre a teoria do fluxo circular, o desenvolvimento econômico está, intrinsecamente, ligado à atuação da liderança do empresário, que carrega consigo uma tarefa não tão encantadora, contudo, essencial: o discernimento necessário para o alcance da oportunidade.

> O tipo empresarial de liderança, enquanto distinto de outros tipos de liderança [...]. Nada tem do encanto que caracteriza outros tipos de liderança. Consiste em cumprir uma tarefa muito especial que apenas em raros casos apela à imaginação do público. Para o seu sucesso, a perspicácia e a energia não são mais essenciais do que uma certa exigência, que agarra a chance imediata e nada mais (SCHUMPETER, 1985: p. 62).

Essa atuação inovadora do empresário local relaciona-se com a noção do empreendedorismo tão sustentado nas duas propostas de desenvolvimento local e territorial[57]. Segundo Harvey (2005) esse empreendedorismo tem como cerne a parceria público-privada, em

[57] É importante destacar que a convergência entre o construto teórico de Schumpeter e o corolário da política de desenvolvimento local e territorial não se estende à concepção de democracia, pois o primeiro preconiza uma democracia restrita a uma elite privilegiada, enquanto a segunda propõe-se a contemplar as demandas de todos os chamados "atores territoriais" nas instâncias de decisão compostas pelos mesmos.

que a iniciativa tradicional local interage com o uso dos poderes governamentais locais, procurando e estimulando fontes externas de financiamento [...].

Valoriza-se, então, a função do empresário local destinando a responsabilidade de ser uma força motriz no desencadear do processo produtivo, principalmente no território, conforme se vê no excerto abaixo:

> O papel político desempenhado pelo novo empresário vem do fato de que a produtividade em um sistema ancorado no território passa depender fortemente da força cooperativa entre os agentes, ou seja, da integração de cada indivíduo ao grupo.[...] Exatamente por isso, podemos imaginar que a figura do empresário foi inserida no processo de cooperação. Assim, na medida em que este processo cooperativo ganha autonomia ao longo do território, passa a não depender mais das decisões do empresário (COCCO; URANI; GALVÃO; SILVA, 2002: p. 24).

Dessa forma, é possível elencar os propósitos convergentes dos dois modelos de desenvolvimento. Em resumo, temos como princípios norteadores comuns, a saber: rearranjo institucional; flexibilidade e integração da produção local/territorial; formação de capital social e; sustentabilidade ambiental.

A compreensão das políticas atuais de (re)ordenamento territorial impõe esclarecimentos, sobre as transformações responsáveis pela valorização do território, enquanto ator do desenvolvimento. Esta leitura, segundo Lisboa (2007), não pode ignorar a compreensão das mudanças impostas pela mundialização do capital e correspondente reestruturação da produção que, conforme destacam Harvey (2005) & Milton Santos (1996), destinam ao território apropriado, usado, as condições de inserção do Brasil na competitividade da economia mundializada.

Ainda segundo Lisboa (2007) as políticas para o desenvolvimento nesse formato são respondidas no/pelo território, ocasião em que os rebatimentos da crise do capitalismo impõem alterações aos padrões produtivos e organizativos, alterando o discurso hegemônico de desenvolvimento - via crescimento industrial - que passa a ser ressignificado pela onda de desenvolvimento territorial, fundamentado na valorização cultural, como alternativa para um "desenvolvimento mais equilibrado e justo".

Nesse sentido, o local, enquanto território, apresenta-se como portador do poder de articulação e de decisão da sociedade civil, cujo elemento fundante é a valorização das diferenças culturais. Essas se tornam fatores de produção, definem-se como elementos importantes para a garantia do potencial do lugar.

O Estado, nesse contexto, em razão da mundialização do capital configura-se numa nova roupagem, onde sem abdicar das funções primordiais de que é investido – portanto mantendo sua essência – pauta suas intervenções em reiteradas alusões à participação dos indivíduos, na concretização de um promissor desenvolvimento territorial. O lugar, então, territorializado pela apropriação propositada do capital sob os auspícios do Estado, adquire o status de protagonista do crescimento econômico.

Esta condição, porém, só pode ser duradoura – conforme seus signatários – se combinar o planejamento espacial pelo Estado – através do (re)ordenamento territorial – levando em consideração as potencialidades dos territórios criados, além da capacidade empreendedora dos indivíduos que integram o lugar, devendo estar aptos às instabilidades, presentes na circulação de capitais e de mercadorias.

Atribui-se, portanto, aos territórios, a responsabilidade pelo desenvolvimento que deve se realizar. E o capital ao se apropriar/dominar do lugar, o faz seduzido pelas particularidades presentes – abundância de recursos naturais, mobilidade da força de trabalho na intensidade requerida para a máxima produção de valor, ambiente político estável, além de outras – mas cuja estratégia é redirecionar o processo produtivo local, de forma que coadune com seus interesses.

Então, é o desenvolvimento territorial a resposta mais ajustada ao momento que se delineia. Seu corolário afirma que tradicionalmente o desenvolvimento se lastreou por uma imposição externa, oriunda de formulações estatais e/ou de órgãos supranacionais, que acabavam desprezando as potencialidades locais. Agora, materializando-se através dos territórios se descortina a possibilidade de elevar os indivíduos da condição de alvo das políticas públicas a protagonistas declarados na concretização do desenvolvimento.

Dessa forma o desenvolvimento deixa de ser exógeno e passa a ser construído endogenamente. Além disso, é encarado sob expectativas mais abrangentes, que ultrapassam a limitada tese, onde os avanços sociais são entendidos como desdobramentos do crescimento econômico.

> O desenvolvimento endógeno propõe-se a atender as necessidades e demandas da população local através da participação ativa da comunidade envolvida. Mais do que obter ganhos em termos da posição ocupada pelo sistema produtivo local na divisão internacional ou nacional do trabalho, o objetivo é buscar o bem-estar econômico, social e cultural da comunidade local em seu conjunto (BARQUERO, 2001: p. 39).

O pleno desenvolvimento, portanto, se alcança com a elevação da qualidade de vida, mas é condição *sine qua non*, a participação pactuada da população local. É preciso que se firmem acordos coletivos que secundarizem antigos conflitos de classe em nome do desenvolvimento territorial.

> Em um modo tripartite de organização do poder, o Estado (poder público), o mercado e a sociedade civil comunitária seriam os três agentes capazes de resolver os grandes conflitos, de promover o território local a assumir o papel de agente do desenvolvimento e das mudanças socioespaciais. Todavia, qualquer forma de se apoiar, doutrinariamente, em apenas um das três pontes do triângulo (Estado, mercado, sociedade civil comunitária), incluiria o perigo de eliminar e incapacitar as outras formas de ação, necessárias para a criação, regulação e a integração social (PIRES, 2007: p. 77).

Nesse sentido propagandeia-se a necessidade de um rearranjo institucional que propicie espaços democráticos do gerir. A descentralização e a flexibilidade tornam-se características destacáveis desse processo, não só nos espaços de decisão, mas, sobretudo, na formação de um tecido produtivo local que esteja devidamente adaptado ao mercado mundial.

O lugar é, dessa forma, ressignificado, pois emerge como *lócus* privilegiado do desenvolvimento. Seus atributos originais e sua capacidade de inovação são requisitos básicos nessa empreitada pelo alcance das vantagens locacionais. O Estado não fica incólume a tamanhas mudanças. Sua atuação residirá em proporcionar o ambiente necessário às disputas entre os indivíduos, sendo o fracasso e o sucesso pela execução desse novo *modus-operandi* de desenvolvimento, responsabilidade dos seus "atores locais".

Nesse sentido, o governo federal e estadual tem proporcionado a existência de instâncias de "diálogo" entre os atores territoriais, ou seja, representantes de segmentos da classe trabalhadora, dos latifundiários e empresários locais se reúnem através do colegiado territorial e das conferências especialmente criadas para esse fim.

FIGURA 13

Reunião do Colegiado Territorial do Alto Sertão Sergipano em Poço Redondo.
Fonte: Pesquisa de campo, 05/08/09.

FIGURA 14

Manoel dos Santos, um dos representantes do Movimento dos Pequenos Agricultores no Território do Alto Sertão Sergipano.
Fonte: Pesquisa de Campo, Canindé do São Francisco, 24 de outubro de 2009.

Tal iniciativa insere-se nas premissas da política de desenvolvimento territorial, sendo objeto de opiniões controversas – entre os representantes de organizações de trabalhadores – sobre sua viabilidade, considerando os interesses divergentes intrínsecos a situação de classe desses sujeitos. Assim é possível observar, desde considerações que exaltam a possibilidade de celebração de acordos duradouros; até àqueles que, ainda reconhecendo a iminente contradição, acreditam ser necessário compartilhar os debates com classes sociais opostas, buscando consensos pontuais, sob a justificativa de não poderem se ausentar de decisões que envolvem o destino significativo de verbas. Como se pode ver nestas declarações:

> __A gente sabe que os latifundiários não trabalham com o pequeno agricultor, embora tenha alguns empresários que tenham boas intenções. (José Feitosa de Oliveira, Federação das Associações Comunitárias de Produtores Rurais do município de Porto da Folha- FEACOM).
>
> __Às vezes, em sua maior parte, há a viabilização de pacto com sucesso entre latifundiários, empresários e os pequenos produtores. (João Batista da Cruz, representante da Cáritas no colegiado territorial).
>
> __Quanto à possibilidade de pacto social no território, acredito que se as ações fossem concretizadas poderia ter uma convivência mais harmoniosa. Não é fácil, mas não é impossível. (José Ivaldo Tavares de Freitas, representante do Movimento dos Sem-Terra no colegiado territorial).

Todavia o que se observou é um deliberado "alheiamento" por parte dos grandes proprietários, quanto à existência do colegiado territorial. Desde seu surgimento, em 2003, não se tem registro da participação dos mesmos nas reuniões ordinárias. Dessa forma, é inevitável a pergunta: por qual motivo a classe dominante local ignoraria tão solenemente as instâncias de discussão e aprovação coletiva de propostas de cunho econômico? Será que a relação do Estado com as distintas classes sociais que compõem o referido território se estabelece de modo heterogêneo? Talvez as declarações abaixo sejam úteis na resolução das questões acima colocadas:

> __Não há a participação de latifundiários e grandes empresas privadas no colegiado territorial. (Avelange Santos, membro do Movimento Sem-Terra no Alto Sertão Sergipano).
>
> __Não há conflitos no planejamento territorial entre os latifundiários e sem-terra porque o governo estadual compra terra acima do preço e distribui aos sem-terra. (Edmilson Balbino, representante da Articulação do Semi-Árido- ASA).
>
> __A reforma agrária feita entre o governo estadual e o governo federal desestimulou os latifundiários a participar do colegiado. (Fabio Andrey São Mateus, membro do Movimento Sem-Terra no Alto Sertão Sergipano).

O processo aludido pelos representantes dos movimentos sociais acima mencionados refere-se à reforma agrária de mercado, promovida pelo governo estadual. Em execução desde 2003, resultado do Convênio firmado em 2001 entre o MDA/BIRD e Governo de Sergipe, o Programa de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza vem assentando dezenas de famílias, anualmente, através da "negociação de terras", ou seja, em substituição ao procedimento usual do INCRA de desapropriação de terras improdutivas lança-se mão de um recurso mercantil, arbitrado pelo Estado, que minimiza ou descarta qualquer questionamento à existência de extensas propriedades rurais inócuas do ponto de vista produtivo, mas eficientes como reserva de valor para os seus proprietários.

Esse programa atua em duas linhas de crédito: Combate a Pobreza Rural (CPR) – destinada para investimentos em infra-estrutura produtiva e comunitária não reembolsáveis e; Consolidação da Agricultura Familiar (CAF) – destinada a aquisição de terras, onde todo o financiamento deve ser reembolsado. Segundo o MDA (2009) nos últimos sete anos mais de 75 mil famílias foram contempladas no Programa Nacional de Crédito Fundiário para a aquisição de sua propriedade. Em Sergipe, somente no ano de 2009, foram investidos mais de 9 milhões na aquisição de terras e provimento de infra-estrutura nos oito territórios do governo estadual.

FIGURA 15

AQUISIÇÃO DE TERRAS ATRAVÉS DO CRÉDITO FUNDIÁRIO POR TERRITÓRIO.

SERGIPE GOVERNO DE TODOS

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

PRONESE

CRÉDITO FUNDIÁRIO 2003 - 2008

Fonte: PRONESE / BANCO DO NORDESTE - 2009

Base Cartográfica: Atlas Digital sobre Recursos Hídricos de Sergipe, 2004

A justificativa para a vigência desse programa é explicada por seus formuladores na necessidade de complementação da reforma agrária diante do procedimento moroso da desapropriação de terras, tradicionalmente praticado pelo INCRA, conforme entrevista de campo, realizada com Alceu Oliveira Diniz – gerente da Pronese[58] – no dia 18/01/2010 em que o mesmo afirma: "O INCRA gasta de 4 a 5 anos para fazer desapropriação, enquanto o governo estadual gasta poucos meses para a aquisição de terras".

Encontra-se obliterada nessa afirmação a gênese da reforma agrária de mercado. Aproveitando-se da enorme demanda reprimida de trabalhadores rurais sem-terra, que a longas datas exigem o acesso à terra como condição da vida, o Programa Nacional de Crédito Fundiário procura esvaecer o conflito imanente da luta pela desconcentração fundiária através do estratagema do acesso livre e regulamentado da compra/venda.

O Território do Alto Sertão Sergipano, historicamente reduto de latifúndios de grupos familiares empresariais de Sergipe vem sendo um dos principais alvos dessa lógica mercantil do acesso à terra. Por deter 23% da superfície de Sergipe, seis (Canindé do São Francisco, Gararu, Monte Alegre, Nossa Senhora da Glória, Poço Redondo e Porto da Folha) dos sete municípios (a exceção de Nossa Senhora de Lourdes) que o compõem possuem um módulo fiscal que permite a compra de propriedades com até 1050 hectares de terras produtivas e, inclusive, improdutivas pelo Estado. Assim propriedades inseridas em uma área de condições edafo-climáticas delicadas e que já não é objeto de maiores investimentos empresariais há um certo tempo, têm servido como uma segura reserva de valor há quase uma década.

Na Tabela seguinte é possível observar que dos 8 territórios presentes em Sergipe, definidos pelo governo estadual, o Alto Sertão Sergipano destaca-se pelo número de imóveis adquiridos através da compra e a área(ha) total que compreendia os mesmos. Isso contribui na busca de respostas à indiscreta ausência dos empresários locais e/ou latifundiários nas instâncias formalmente constituídas para o diálogo entre os distintos "atores". Pois, ainda que seja errôneo atribuir exclusivamente a esse processo tamanha ausência, uma vez que, as terras adquiridas nem sempre pertencem a membros da classe dominante do Território, é fundamental captar a ação do Estado na política agrária colimada aos interesses do capital. Numa única "tacada" subsume a luta dos trabalhadores rurais ao comprometimento creditício e assegura os recursos iniciais para

[58] Empresa de Desenvolvimento Sustentável do estado de Sergipe – PRONESE. Esta empresa, vinculada a Secretaria de Agricultura do estado de Sergipe é a gerente dos recursos repassados pelo MDA para a execução do programa de credito fundiário no estado. Antes, na vigência do programa Banco da Terra em meados da década de 1990, também era a PRONESE responsável pela execução dessa modalidade de 'reforma agrária de mercado'.

os antigos proprietários adquirirem terras em outros lugares, num "efeito sanfona" de desconcentração/concentração.

TABELA 7

Propriedades adquiridas por Território através do Programa Nacional de Crédito Fundiário

Território	Imóveis	N° (fam)	Área (ha)	SAT (R$)	SIC/SIB (R$)	Total (R$) financiado
Total Agreste	3	40	265,98	352.400,00	394.382,00	**746.782,00**
Total Alto Sertão	20	445	5.917,97	7.055.268,72	3.356.943,57	**10.412.212,29**
Total Baixo S. Francisco	4	47	426,56	493.157,85	386.289,95	**879.447,80**
Total Centro Sul Sergipano	17	296	3.389,04	5.300.665,26	2.215.286,77	**7.335.152,03**
Total Grande Aracaju	4	78	808,02	1.467.740,88	542.342,20	**2.010.083,08**
Total Leste Sergipano	3	40	446,33	554.836,78	265.835,52	**820.672,30**
Total Médio Sertão	4	61	728,80	1.246.172,26	279.879,74	**1.526.052,00**
Total Sul Sergipano	23	323	2.492,32	3.698.762,50	2.795.316,44	**6.494.078,94**
Total Estado de Sergipe	**78**	**1.330**	**14.475,02**	**20.169.004,25**	**10.236.276,19**	**30.224.480,44**

Fonte: Relatório de Atividades do Crédito Fundiário em Sergipe (2003-2008) – PRONESE, 2009.

O que não se mostra evidente, portanto, nesse novo modelo de desenvolvimento, mas que se inscreve em suas ações é a impossibilidade de um desenvolvimento sustentável equilibrado, a partir dos territórios. Não se quer afirmar que o desenvolvimento não possa existir, pelo contrário, a própria história provou o quão é possível e necessário (vide o acúmulo das técnicas ao longo de milhares de séculos à custa dos trabalhadores). Mas o desenvolvimento, no mais profundo entendimento do que ele representa, somente será possível com o fim da propriedade privada, da divisão social/territorial do trabalho e produção, e a destruição do Estado.

Por quê? Sob a lógica do funcionamento sócio-metabólico do capital, sua existência pressupõe a acumulação ininterrupta. Destarte tudo deve virar mercadoria – pois ainda que o capitalismo financeiro proporcione vantagens mais rápidas, ele é um auto-suicídio iminente – ou seja, a expansão (territorialização) do capital sobre o espaço deve se alargar até os seus confins como forma de garantir a sua (re)produção.

> O território, enfim, condição básica e referência histórica para a consolidação e expansão do sistema capitalista, permanece com sua importância como suporte

> e como materialização das relações sociais de produção, exprimindo com muita força ainda seu caráter político (SPOSITO, 2004: p. 116).

O discurso do protagonismo dos atores territoriais oculta que os propalados atributos específicos, nada mais são, senão, os atrativos úteis ao capital. Este se territorializa em função dos ganhos obtidos com os arranjos produtivos construídos. Territorializado, comanda o ritmo produtivo da economia local e a qualidade de sua relação com o global.

> O capital produz territórios, à medida que desenvolve práticas espaciais visando sua conquista/apropriação e uso, ou seja, estabelece sua territorialidade quando vai definindo relações sociais e de produção no lugar. Esta idéia de dominação/apropriação, pelo poder do capital, se estabelece no momento que, ao abrir novos espaços para a sua acumulação/reprodução, o capital os torna territórios de uso e exploração em função dos seus fins (LISBOA, 2007: p. 141).

Antes de assegurar autonomia do local perante a produção nacional, o lugar é capturado pelo capital em sua cartada, provavelmente derradeira, pela apropriação/subordinação de áreas ainda não completamente subsumidas a sua lógica destrutiva. A tese de um suposto desenvolvimento endógeno desconsidera a mundialização do capital e a internacionalização do capitalismo, supondo existir brechas para burlá-lo.

Enfim, qualquer proposta que credite ao local a possibilidade de mudança prescindida da mediação com o global está fadada a ser mais do mesmo, não por uma questão escalar, pois as políticas de desenvolvimento anteriores também se apresentaram irrealizáveis em seus propósitos, mas pela dinâmica da produção capitalista, que apropria/reproduz a heterogeneidade entre os lugares, subsumida num discurso da homogeneidade. Nesse sentido torna-se impossível alcançar um desenvolvimento sustentável sob a égide do capital, haja vista, que ele coisifica as relações entre os homens em prol do acúmulo incessante do lucro.

6- O "Rei" está nu: despindo o estratagema do desenvolvimento territorial

"A modernidade [...] não é feita pelo encontro homogeneizante da diversidade do homem, como sugere a concepção de globalização. É constituída [...] pelos ritmos desiguais do desenvolvimento econômico e social, pelo acelerado avanço tecnológico, pela acelerada e desproporcional acumulação de capital, pela imensa e crescente miséria globalizada, dos que têm fome e sede não só do que é essencial à reprodução humana, mas também fome e sede de justiça, de trabalho, de sonho, de alegria".

(Martins, em A sociabilidade do homem simples, 2000)

6- O "Rei" está nu: despindo o estratagema do desenvolvimento territorial

A despeito das assertivas de "sucesso" apresentadas pelos entes federal e estadual, através da adoção do enfoque territorial das políticas públicas, o que se verifica é a existência de contradições insolúveis no âmago desse modelo de desenvolvimento, que longe de serem classificadas como "problemas de operacionalização" selam a incapacidade irremediável de socialização da riqueza e alcance do desenvolvimento pela perpetuação da relação capital-trabalho.

Como assegurar a socialização da riqueza produzida e o resgate do sentido da sociabilidade humana, sem destruir as correias e parafusos que engrenam a exclusão pela igualdade na sociedade do capital? Como assegurar a livre manifestação dos sujeitos explorados, eufemisticamente chamados de "atores territoriais", por meio de instâncias de interlocução formalmente instituídas pelo Estado, ou seja, sob sua chancela? Como erigir um projeto compartilhado de produção sócio-espacial com classes sociais dialeticamente opostas?

6.1- (Des)mascarando a universalidade abstrata inscrita na sociabilidade reificante

Balizada pelo estandarte da sustentabilidade do desenvolvimento, o modelo de desenvolvimento territorial, propositadamente, articula um discurso que escamoteia a busca do desvendamento da teia de relações engendrantes do sistema exploratório do capital. Palavras como: "gestão social dos territórios", "empoderamento da sociedade civil" e apoio à organização dos "pequenos produtores" soam como um vento refrescante no deserto vazio de emancipação.

Afirmamos que não é possível realizar a gestão política do espaço apartada da discussão macroeconômica. Por quê? O irrompimento da sociedade capitalista permitiu a intensificação da ilusória separação formal entre o "político" e o "econômico". Antes, sob o poder soberano das monarquias ou da nobreza feudal o poder político confundia-se com suas ostentadoras riquezas. Eles personificavam o poder público em qualquer ação que realizassem. A representatividade pública de toda a população do domínio territorial que comandava lhes cabia e não a um setor específico do poder estatal. Conforme explica (HABERMAS, 1984: p. 19 e 20):

> Na sociedade feudal da alta Idade Média, a esfera pública como um setor próprio, separada de uma esfera privada, não pode ser comprovada

> sociologicamente, ou seja, usando de critérios institucionais. Não obstante, os atributos da soberania, como o selo de príncipe, não por acaso são chamados de "públicos"; não por acaso o rei inglês goza de "*publicness"* – ou seja, aí existe uma representação pública de soberania. Esta representatividade pública não se constitui num setor social, numa esfera daquilo que é público; ela é, pelo contrário, caso se possa ampliar o sentido do termo, algo como uma marca de *status*. O *status* de senhor fundiário, qualquer que seja a sua hierarquia, é em si neutro em relação aos critérios de "público" e "privado"; mas seu detentor representa-o publicamente: seja lá como for, ele se mostra, apresenta-se como a corporificação de um poder superior.

A complexificação da divisão social do trabalho e a progressiva mercantillização de todas as esferas da vida promovem a ideologização da economia, que passa a ser concebida com absoluta independência de "marcos políticos". Atribui-se a mesma uma dinâmica própria capaz de reproduzir-se apartada de qualquer conjugação política. O postulado republicano da "coisa pública" sedimenta essa interpretação. Nela, o Estado é revestido da neutralidade, do arbítrio pelo bem comum, da capacidade de gerir, falar e assegurar o/pelo interesse de todos. Para isso cria-se um aparato institucional, dotado de uma racionalidade burocrática que aparece aos nossos olhos, meramente, como um mediador da esfera privada, portanto, das trocas econômicas. Assim, identifica-se que nessa sociedade "o 'público' torna-se sinônimo de estatal; o atributo não se refere mais à "corte" representativa, mas antes ao funcionamento regulamentado, de acordo com competências" (Ibid, p. 31 e 32). Pois, cabe somente ao Estado a criação de esteios públicos para a relação entre os indivíduos, tais como um mercado de frutas e verduras ou, ainda, uma rodovia. Obras estatais que promovem o "público" para os negócios da esfera privada.

> Nessa direção o Estado é convertido em guardião dos interesses sociais, sendo a noção de público a sua característica fundante, e, em contraposição, tudo que a ele se exterioriza, ou seja, o não-estatal (mercado e sociedade civil) é dominado pela lógica do privado. Público e privado são tidos, assim, como esferas autônomas (DURIGUETTO, 2007: p. 104).

A despeito dessa reificante aparência do divórcio[59] do Estado em relação à sociedade, do poder político em relação ao econômico, observa-se uma interpenetração entre os mesmos. A emergência do capitalismo erigiu-se na necessidade de superação da relação de suserania e vassalagem por uma troca entre "iguais", balizada por um suposto poder supraclassista do Estado.

[59] É próprio do pensamento liberal autonomizar e seccionar a sociedade entre as esferas do Estado e do mercado. Dessa forma, as atividades econômicas são vistas como "naturais", fruto da ação de indivíduos livres no mercado. Este, assim, teria uma suposta dinâmica própria e autônoma, enquanto que os processos político-institucionais ocorridos no interior do Estado são conceitualizados na ótica da "democracia formal", das "regras do jogo", como esfera exclusivamente pública, portanto, "deseconomizados" (DURIGUETTO, 2007: p. 104).

A "igualdade" estabelecida pela troca entre proprietários de mercadorias qualitativamente diferentes, só poderia se realizar quando eles se desprendessem dos vínculos estamentais que detinham, quando as trocas privadas suplantassem a representação pública do poder soberano de um indivíduo sobre a economia, em nome de um poder "regulamentador" das mesmas. É aí que se oblitera a contradição desse processo, pois embora o capital necessite desprender os indivíduos do *status* da estamentalidade para a realização da troca entre "iguais", não se cogita a hipótese de desvencilhamento absoluto do poder político. Conforme (HOLLOWAY, 2003: p. 55)

> A separação entre o econômico e o político (e a constituição do "econômico" e do "político" por essa separação) é, portanto, fundamental para o exercício da dominação sob o capitalismo. Se a dominação é sempre um processo de roubo à mão armada, o peculiar do capitalismo é que a pessoa que tem as armas está separada daquela que comete o roubo e apenas supervisiona para que o roubo se realize conforme a lei. Sem essa separação, a propriedade do fato (oposta à posse meramente temporal) e, portanto, o próprio capitalismo seriam impossíveis. Isso é importante para a discussão sobre o poder, porque a separação entre o econômico e o político faz com que o político apareça como o reino do exercício do poder (a conversão do poder-fazer em poder-sobre) já é inerente à separação do fato em relação ao fazer e, portanto, à própria constituição do político e do econômico como formas distintas de relações sociais.

O aparecimento do chamado Estado moderno, obra desse processo, se realiza pelo controle do exercício governamental dos proprietários capitalistas, que jamais abstiveram-se de orientá-lo, adequadamente, à perpetuação das predominantes relações mercantis. As aspirações republicanas, posteriormente, apenas conferem a esse Estado uma aparência ainda mais neutra, sobretudo, porque preconiza o respeito no trato da "coisa pública" e, principalmente, promove a existência de aparentes mecanismos de controle do próprio Estado. Como avalia Foucault (1979) a lei confundia-se com a soberania, pois encontravam-se inapelavelmente associadas; no entanto a governabilidade do Estado moderno destaca-se na habilidade de dispor as coisas, de utilizar mais táticas do que leis, ou utilizar ao máximo as leis como táticas.

A política de desenvolvimento territorial sintetiza a capacidade do Estado de orquestrar meios de aproximação com as classes sociais, para conferir-lhe a legitimidade necessária a uma intervenção sócio-espacial designada desenvolvimentista. A peculiaridade dessa política consiste não somente da constante exortação à participação da representação dos grupos sociais – jamais das classes – nas decisões a serem tomadas no interior das instâncias formalmente constituídas, mas de delegá-las a gerência de seus próprios destinos. Encenando como mero mediador, o

Estado dissimula seu papel interventor e disponibiliza um arranjo institucional reificante de igualdade entre as classes sociais. Como afirma (HARVEY, 2005: p. 111),

> O Estado constitui a entidade política, o corpo político, mais capaz de orquestrar arranjos institucionais e manipular as forças moleculares de acumulação do capital para preservar o padrão de assimetrias nas trocas mais vantajoso para os interesses capitalistas dominantes que trabalham nesse âmbito.

A reificação se realiza porque os indivíduos, convocados ao diálogo "harmonioso", investem o Estado de atributos que não detém, uma vez que depositam no mesmo a tarefa monopólica de arbitrar em nome do bem comum[60]. Habilidosamente, são dispostas as denominadas "instâncias de interlocução" com o poder estatal, são oferecidas oportunidades de democratização do gerir, ou como prescreve a própria política de desenvolvimento territorial: a gestão social dos territórios.

A retórica envelhecida do fortalecimento do disforme "poder territorial" – centro das proposições da política de desenvolvimento territorial – sublima a *concertación* do capital com o Estado para além da discussão escalar. Ao apropriar-se da categoria território o Estado possibilita o esvaziamento de seu conteúdo à base de conflito por uma referência meramente escalar e, além disso, o aborda como uma ilha, o lócus espacial do desenvolvimento apartado e/ou imune às injunções da macroeconomia global capitalista[61].

Holloway (2003) defere uma crítica à crença que se assentou no pensamento de boa parte da esquerda mundial que manifestava a possibilidade de transformação do mundo por meio do controle do Estado no decorrer do século XX. Essa difundiu-se, sobretudo, na social-democracia européia e incrustou-se nas teses de sindicatos e outras entidades representativas dos

---

[60] Em que pese nossas divergências com Habermas sobre sua atitude resignativa diante da dimensão colonizadora da vida sob a vigência do capital, há uma passagem ilustrativa da legitimidade de que é investido o Estado: "o poder do Estado se manifesta na estabilidade da ordem por ele mantida. A estabilidade vale como medida para a legitimidade. Pois a legitimidade do Estado mede-se objetivamente no reconhecimento fático por parte dos que estão submetidos à sua autoridade" (HABERMAS, 1997: p. 12).

[61] Para (LUKÁCS, 2003: p. 214) essa separação entre os fenômenos da reificação e o fundamento econômico de sua existência, a base que permite compreendê-los, ainda é facilitada pelo fato de que esse processo de transformação deve necessariamente englobar o conjunto das formas de manifestações da vida social, para que sejam preenchidas as condições de uma produção capitalista com pleno rendimento. [...] o desenvolvimento capitalista criou um sistema de leis que atendesse suas necessidades e se adaptasse à sua estrutura, um Estado correspondente, entre outras coisas.

trabalhadores[62]. O pano de fundo era sempre o mesmo: o Estado abordado como um instrumento, inclinado às determinações da classe que o comandava.

Porém a caracterização instrumental do Estado o isola da totalidade das relações hegemônicas no sistema sócio-metabólico do capital. Esvaece que a conformação do Estado tal qual ele se apresenta é um imperativo do capital, que conforme afirmou (MÉSZÁROS, 2002: p. 106), o "capital chegou à dominância no reino da produção material paralelamente ao desenvolvimento das práticas políticas totalizadoras que dão forma ao Estado moderno". Isso indica que o nó da questão não se encontra no uso conferido ao Estado, mas na tessitura de relações predominante no vigente sistema exploratório, que o eleva a uma condição primaz para o asseguramento da longevidade da mesma.

> Na realidade, o que o Estado faz está limitado e condicionado pelo fato de que existe só como um nó em uma rede de relações sociais, que se centra de maneira crucial, na forma em que o trabalho está organizado. O fato de o trabalho estar organizado sobre uma base capitalista significa que o que Estado faz e pode fazer está limitado e condicionado pela necessidade de manter o sistema de organização capitalista do qual é parte. Isso significa concretamente que qualquer governo que realize uma ação significativa dirigida contra os interesses do capital terá como resultado uma crise econômica e a fuga do capital do território estatal (HOLLOWAY, 2003: pág. 26 e 27).

O que se deseja afirmar é que a ação estatal revela-se, peremptoriamente, inclinada à promoção de arranjos político-institucionais que blindem a centralidade do conflito capital-trabalho. Como denomina Mészáros (2002), essa "mediação de segunda ordem" é imprescindível à dinâmica contraditória e insaciável do capital, pois ideologiza os desdobramentos da subsunção do valor de uso ao trabalho abstrato, por meio de uma proposta de sociabilidade heterônoma.

A política de desenvolvimento territorial difunde a possibilidade de se estabelecer uma sociabilidade entre os indivíduos nos marcos da hegemonia capitalista. Não se discute o estatuto ontológico do ser social, apenas assevera-se que a sociedade dispõe de um instrumento eficaz de dirimir ou solucionar os conflitos de toda ordem que se avolumam[63]. São viabilizados

---

[62] A primeira vista, parece óbvio que conquistar o controle do Estado é chave para realizar a transformação social. O Estado reivindica ser soberano, exercer o poder no interior de suas fronteiras. Isso é fundamental na idéia comum de democracia: elege-se um governo para que cumpra a vontade das pessoas por meio do exercício do poder no território do Estado. Essa idéia é a base da afirmação socialdemocrata de que a mudança radical pode ser conseguida por meios constitucionais (HOLLOWAY, 2003: pág. 26).

[63] (RODRIGUES, 2009: p. 51 e 52) faz um crítica a generalização e conseqüente simplificação dos determinantes processos de reprodução material da vida em termos como "questão social", "exclusão social" e outros. Para ele trata-se deliberadamente de um movimento de ocultação de qualquer discussão que extrapole os estreitos limites do reformismo. "É certo que quando esse fatores vem à tona, eles são suavizados pela simplista concepção de que a responsabilidade é da chamada questão social. Com isso, os fatores que geram as desigualdades sociais são deslocados do centro da questão, e nenhum questionamento se faz aos instrumentos de exploração e dominação

mecanismos institucionalizados de promoção do "diálogo" ou "interlocução", que procuram homologar acordos duradouros na superestrutura societal, a exemplo do CODETER ou das Conferências Territoriais, numa espécie de "agir comunicativo habermasiano".

Faz-se necessário ressaltar que essa sociabilidade (im)posta reproduz a dualidade contraditória do ser social sob a égide do capital: os indivíduos personificam um duplo papel em suas ações diárias, pois são, concomitantemente, membros da sociedade civil – que empreendem atividades privadas no âmbito do trabalho e da família, por exemplo – e cidadãos comuns do corpo político da sociedade[64].

Foi Marx quem primeiro investigou essa insólita determinação histórica do homem imerso no capitalismo, quando na obra "Para a Questão Judaica" (escrita em 1844) registrou sua discordância com Bruno Bauer quanto à possibilidade de alcance da emancipação judaica pela emancipação política. Marx procurou evidenciar que as tentativas de emancipação do homem pela igualização das condições políticas são estéreis, pois o reconhecimento do homem genérico não pode se materializar por meio de um subterfúgio como o Estado.

> [...] ao emancipar-se *politicamente,* o homem o faz por meio de um subterfúgio, através de um *meio*, mesmo que seja um *meio necessário*. Conclui-se, finalmente, ainda quando se proclame ateu por mediação do Estado, isto é, proclamando o Estado ateu, o homem continua sujeito às cadeias religiosas, precisamente porque só se reconhece a si mesmo mediante um subterfúgio, através de um meio.[...]. O Estado é o mediador entre o homem e sua liberdade. Assim como Cristo é o mediador sobre quem o homem descarrega toda sua divindade [...] (Ibid, 2005: p. 19 e 20).

Além disso, identificou a vida dupla que incorpora o ser social na determinação histórica do capitalismo, uma vez que, atua particularmente como "*bourgeois*" (membro da sociedade civil burguesa) na produção e reprodução da vida material e, coletivamente, como "*citoyen*", onde obtém sua generacidade abstrata, via Estado.

---

incrustados na estrutura social. Afinal, nos dias de hoje, é costumeiro ouvir que as causas da pobreza decorrem da "exclusão social", da "insegurança alimentar", da "vulnerabilidade", "da precariedade laboral", da "distribuição regressiva de renda" e da "concentração de poder". Tudo isso agrupado sob o manto da desigualdade social, de tal modo que o combate à pobreza é o combate a qualquer uma dessas manifestações e não às causas que provocam a desigualdade social".

[64] Onde o Estado político já atingiu seu verdadeiro desenvolvimento, o homem leva, não só no plano do pensamento, da consciência, mas também no plano da *realidade*, da vida, uma dupla vida: uma celestial e outra terrena, a vida na *comunidade política*, na qual ele se considera um ser coletivo, e a vida na *sociedade civil*, em que atua como *particular*; considera outros homens como meios, degrada-se a si próprio como meio e converte-se em joguete de poderes estranhos (MARX, 2005: p. 21).

> A diferença entre o homem religioso e o cidadão é a diferença entre o comerciante e o cidadão, entre o trabalhador e o cidadão, entre o latifundiário e o cidadão, entre o *indivíduo vivendo* e o *cidadão.* A contradição entre o homem religioso e o homem político é a mesma contradição que existe entre o *bourgeois* e o *citoyen*, entre o membro da sociedade burguesa e sua *aparência política* (Ibid, p. 22).

Por conseguinte, afirma-se que a sociabilidade capitalista é heterônoma[65], uma vez que, os indivíduos estabelecem relações de dominação/subordinação em âmbito privado, mas são elevados juridicamente na esfera política a uma condição considerada equânime[66]. "Nesse sentido, a identidade como cidadãos é um campo de universalidade possível daquilo que na existência real do intercâmbio material é base de conflito" (IASI, 2007: p. 52). Essa universalidade abstrata de cidadãos perante o Estado cristaliza a suposta independência da esfera pública diante dos imperativos da esfera privada, legitimando a possibilidade de transformação societal por meio da ação estatal "independente".

O esteio onde repousa essa dualidade indissolúvel do ser social na sociedade capitalista provém da dupla determinação do valor nas mercadorias, no exercício do trabalho. O resultado do trabalho humano é capturado pelo capital que subsume – sem descartar por completo – sua utilidade à abstração do valor[67]. Como a realização do valor somente acontece na circulação, os indivíduos se apresentam no mercado como meros portadores de trabalho concreto, os quais desejam intercambiar. Não se exprime nessa relação que o conjunto do trabalho concreto apenas será trocado pela equivalência da quantidade de trabalho socialmente necessária, portanto, pela mediação da abstração do valor. Ou seja, a desigualdade nas relações sociais de produção e as distintas qualidades imanentes a cada mercadoria, enquanto trabalho concreto, são ocultadas na operacionalização da troca em nome da universalidade abstrata do valor.

---

[65] Segundo (MÉSZÁROS, 2007: p. 42) Um dos aspectos mais degradantes da ordem social do capital é que reduz os seres humanos a condição reificada, a fim de adéqua-los aos estreitos limites da *contabilidade do tempo* do sistema: o único gênero de contabilidade – extremamente desumanizadora – compatível com a ordem social do capital. Esse tipo de desenvolvimento social tão humanamente empobrecedor é justificado teoricamente na forma de uma abstração ideologicamente reveladora operada pelos economistas políticos que vinculam de forma direta a individualidade abstrata (os indivíduos isolados) e a universalidade abstrata (a vigente divisão e fragmentação capitalista do trabalho decretada como regra universal atemporal criada pela própria natureza).

[66] A esfera pública burguesa desenvolvida baseia-se na identidade fictícia das pessoas privadas reunidas num público em seus duplos papéis de proprietários e de meros seres humanos (HABERMAS, 1984: p. 74).

[67] Só com base na produção capitalista a mercadoria se converte efetivamente em *forma elementar e geral da riqueza*. [...]. A mercadoria, com efeito, como forma necessária do produto – e portanto a alienação do produto como forma necessária da sua apropriação – pressupõe uma divisão do trabalho social perfeitamente desenvolvida, ao passo que, quanto ao resto, só com base na produção capitalista e, consequentemente, só com base na divisão capitalista do trabalho no interior da oficina, todo o produto reveste necessariamente a forma de mercadoria e todos os produtores são pois necessariamente produtores de mercadorias. Por conseguinte, é só com a produção capitalista que o valor de uso é generalizadamente mediado pelo valor de troca (MARX, 2004a: p. 143).

> Somente dentro da sua troca, os produtos recebem uma objetividade de valor socialmente igual, separada da sua objetividade de uso, fisicamente diferenciada. Essa cisão do produto de trabalho em coisa útil e coisa de valor realiza-se apenas na prática, tão logo a troca tenha adquirido extensão e importância suficientes para que se produzam coisas úteis para serem trocadas, de modo que o caráter de valor das coisas já seja considerado ao serem produzidas. A igualdade de trabalhos [...] diferentes só pode consistir numa abstração de sua verdadeira desigualdade, na redução ao caráter comum que eles possuem como dispêndio de força de trabalho do homem, como trabalho humano abstrato (MARX, 1988: p. 71 e 72).

Também se apresenta subliminarmente nessa relação que a possibilidade de socialização do indivíduo com os demais membros de sua espécie para o alcance da riqueza por ela produzida, condiciona-se a sua inserção na esfera da circulação de mercadorias, seja como ofertante de sua própria força de trabalho ou como vendedor de qualquer produto. Por isso Marx (1988) afirma que a dimensão fantasmagórica das relações entre coisas predomina nas trocas capitalistas entre os homens, pois sua sociabilidade é reduzida à possibilidade de ingresso na intercambiação de mercadorias[68].

> Isso significa que, no mercado, o espaço criador de sociabilidade, os proprietários de mercadorias emergem como candidatos à sociabilidade à medida que são possuidores de coisas intercambiáveis. A interação social é constituída aqui exclusivamente pela mediação das coisas, isto é, através dos produtos de seu trabalho que aparecem no mercado. Já que se trata de produção individual, marcada pela ausência de qualquer regulação social direta do processo de trabalho, a sociabilidade é posterior ao processo de produção e efetiva-se na esfera da circulação pela mediação da troca dos produtos do trabalho (OLIVEIRA, 1996: p. 261).

Nesse sentido, o conteúdo da nova sociabilidade (im)posta pela política de desenvolvimento territorial está plasmada na perpetuação da dualidade contraditória do indivíduo na medida em que, sem colocar em pauta o conflito irreconciliável do capital-trabalho, subjacente a produção material da vida, convoca a todos, indistintamente, sob a expressão de uma universalidade reificante, denominada de "atores territoriais". Herbert Marcuse, ao analisar a ideologia da sociedade industrial, endossou que

---

[68] Nos Manuscritos Econômico-Filosóficos (MARX, 2004b: p. 149 e 150) afirma que a divisão do trabalho é a expressão nacional-econômica da sociabilidade (*Gesellschaftlichkeit*) do *trabalho* no interior do estranhamento. Ou, posto que o *trabalho* é apenas uma expressão da atividade humana no interior da exteriorização, a externação da vida enquanto exteriorização da vida, assim também a *divisão do trabalho* não é outra coisa senão o assentar (*Setzen)* exteriorizado, estranhado, da atividade humana como uma atividade genérica real ou *enquanto atividade do homem* como ser genérico.

> a chamada igualização das distinções de classe revela sua função ideológica. Se o trabalhador e seu patrão assistem ao mesmo programa de televisão e visitam os mesmos pontos pitorescos, se a datilografa se apresenta tão atraentemente pintada quanto a filha do patrão, se o negro possui um Cadillac, se todos lêem o mesmo jornal, essa assimilação não indica o desaparecimento de classes, mas a extensão com que as necessidades e satisfações que servem à preservação do Estabelecimento é compartilhada pela população subjacente (Ibid, 1979: p. 29).

Conforme Holloway (2003) o que o Estado pretende é institucionalizar o conflito social, taxá-lo de mera contenda política, portanto, solucionável no âmbito das instâncias estatais. Em síntese, registra-se que a defesa da insígnia do desenvolvimento territorial por meio do binômio Estado-capital impõe limites estruturais a qualquer proposta de transformação. O enfadonho discurso da democratização do gerir apresenta uma extensão previamente milimetrada, permitindo concessões periféricas, marginais, cujos desdobramentos não arranham a carcaça do sistema exploratório hegemônico. Assim há um:

> limite absoluto da democracia no capitalismo: a sua existência só é compatível com ordenamentos políticos democráticos restritos cuja restritividade impede a transformação da igualdade formal em igualdade real (ou seja, igualdade em face da propriedade, posse e gestão dos meios de produção e da participação sócio-política nas decisões societárias). Ou seja, aprofundar a democracia no capitalismo é aprofundar uma contradição que o capitalismo não pode resolver. Seus princípios constitutivos são irreconciliavelmente antagônicos (DURIGUETTO, 2007: p. 34).

A eficiência do poder estatal está diretamente relacionada a sua capacidade de simular a suposta democratização do Estado. Ou seja, mede-se pela penetração entre os trabalhadores do simulacro do controle social na gestão das políticas públicas[69]. Foucault (1979) suscitou a discussão sobre a capilaridade da intervenção estatal. Sem negar a função repressiva do Estado, que ainda se arvora do direito monopólico do uso da força, afirmou que o Estado moderno lança mão da governamentalidade: um conjunto formado por "instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder" (Ibid, p. 291 e 292).

---

[69] Segundo (MÉSZÁROS, 2007: p. 191) na sociedade vigente, as determinações estruturalmente estabelecidas e salvaguardadas de desigualdade material são em grande medida reforçadas pela cultura da desigualdade dominante, mencionada anteriormente, por meio da qual os indivíduos *internalizam* sua "posição social", resignando-se mais ou menos consensualmente à sua condição de subordinação àqueles que tomam as decisões sobre sua atividade vital. Essa cultura se constituiu em paralelo à formação das novas estruturas de desigualdade do capital, sobre os injustos fundamentos herdados do passado. Houve uma *interação recíproca* entre as estruturas de reprodução material e a dimensão cultural, criando um círculo vicioso que aprisionou a maioria esmagadora dos indivíduos nos limites restritivos de seu campo de ação. Pág. 191

A política de desenvolvimento territorial ilustra perfeitamente a governamentalidade a qual Foucault faz referência, pois se amontoam inúmeras análises científicas, estudos de caso e quadros estatísticos apontando para a viabilidade indiscutível do novo modelo que se apresenta. O Estado promove a criação de um suporte jurídico-científico na superestrutura capitalista que parece se agigantar diante dos conflitos no âmbito da infra-estrutura. Seus preceitos, sob a chancela científica, são tratados como verdade.

A notabilidade desse *modus operandi* no bojo do desenvolvimento territorial em Sergipe se materializa, especialmente, por meio de dispositivos institucionais como o Colegiado territorial – que procura "estatizar" os conflitos sociais – e pela retórica envolvente da transversalidade das políticas públicas e flexibilização da gestão social territorial, através do protagonismo da "sociedade civil".

Sobre esta expressão "sociedade civil", faz-se necessário registrar como a mesma é abordada, insistentemente, nos últimos vinte anos – seja pelos dircursos oficiais das insituições governamentais, seja pela representação da classe trabalhadora – dotada de adjetivos que a revestem de um protagonismo de massa uniforme, a-classista. Como se pode observar nesta afirmação de Ignacy Sachs em uma de suas palestras no Brasil, organizadas pelo IICA (Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura):

> Neste contexto coloca-se a construção de parcerias entre todos os protagonistas importantes do processo de desenvolvimento. O futuro pertence a um desenvolvimento pactuado numa negociação quadripartite, não tripartite como aquela que presidiu a criação da OIT: o Estado, os empresários, os trabalhadores e a ainda um quarto componente – esta é uma novidade das ultimas décadas – a sociedade civil organizada (*apud* BACELAR, 2009: p. 19).

Ou ainda, nas avaliações de parte da esquerda brasileira e de seus intelectuais:

> No começo da administração de Lula, a visão predominante na sociedade civil era a de que o novo governo seria, por si só, uma oportunidade para rever os papéis do Estado e da sociedade civil organizada na promoção de uma abordagem alternativa de desenvolvimento – baseada na diversidade e na incorporação das noções de direitos, participação e mudança nas relações de poder. Partindo de exemplos que já haviam sido estabelecidos pelas administrações municipais e estaduais do PT, muitas organizações da sociedade civil apostaram numa abertura maior do Estado à participação da sociedade civil no desenvolvimento e implementação de políticas públicas. [...] A expectativa era de que essa participação contribuiria para o processo de empoderamento da sociedade civil, fortalecendo seu papel e permitindo o controle social (ROMANO; SHANKLAND, 2007: p. 315 e 316).

Essa interpretação do significado da sociedade civil, também tem raízes na dicotomia entre o Estado e a sociedade, inaugurada pelo pensamento liberal. Porém com uma ligeira diferença, ao invés de naturalizar os antagonismos dos homens em sociedade, como o fez Hobbes e Kant, por exemplo, investe a sociedade civil a uma condição de sujeito autônomo perante o Estado, capaz de exigi-lo a correção das assimetrias sociais.

Porém essa interpretação, conscientemente ou ingenuamente, aponta para um sentido mistificador da sociedade civil, pois carece de compreensão do tempo histórico em que a expressão surge. Conforme Marx (2007) a famigerada "sociedade civil" nada mais é do que a "*burgerliche Gesellschaft*", sociedade burguesa, que corresponde à emergência do intercâmbio material a proporções sem precedentes, um estágio de desenvolvimento das forças produtivas em que a troca deixará de ser recurso ocasional para elevar-se a mediadora permanente da relação entre os homens, ou melhor, entre "coisas".

> A sociedade civil abrange o intercâmbio material conjunto dos indivíduos no interior de um determinado estágio de desenvolvimento das forças de produção. Ela abrange a vida comercial e industrial completa de um estágio, e nesse sentido vai além do Estado e da nação, ainda que por outro lado volte a se fazer valer para o exterior na condição de nacionalidade, ao passo que para o interior tenha de se organizar como Estado. O conceito de sociedade civil surgiu no século XVIII, quando as relações de propriedade já haviam se diferenciado da essência comum típica da Antiguidade e da Idade Medieval. A sociedade civil (*burgerliche Gesellschaft*) como tal se desenvolve apenas com a burguesia (*Bourgeoisie*); a organização social que se desenvolve imediatamente a partir da produção e do intercambio, que forma, em todos os tempos, a base do Estado e da superestrutura idealista restante foi, a partir de então, continuamente designada com o mesmo nome (Ibid, 2007: p. 60).

A sociedade civil é a "base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social" (Ibid, 2003: p. 5). Nesse sentido, ao largo da interpretação Bobbiana[70] de uma suposta explicação naturalista de Marx sobre a sociedade civil é possível captar a essência histórica do entendimento marxiano sobre a mesma: "a sociedade burguesa é apenas uma forma antitética do desenvolvimento histórico" (Ibid, p. 254). Isso significa que Marx, dialeticamente, compreende a sociedade civil como antítese das relações de produção servis e do suporte jurídico estamental de outrora. Como antítese ela não corresponde a uma "esfera pré-estatal" conforme afirmação de Bobbio, mas ao descerramento de um período histórico em que serão inauguradas novas relações sociais de produção sob uma forma estatal diferente, tornando-se hegemônica no espaço mundial, expandindo a mercantilização para todas as esferas da vida.

---

[70] Norberto Bobbio (1987) se utiliza de um trecho da explicação de Marx, qual seja, "a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política" no Prefácio a Contribuição da Economia Política para equivocadamente, assemelhá-lo aos defensores do direito natural, como Hobbes, ou ainda, aos economistas fisiocratas. "**[...]** na medida em que Marx faz da sociedade civil o lugar das relações econômicas, ou melhor, das relações que constituem 'a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política', sociedade civil passa a significar o conjunto das relações interinviduais que estão fora ou antes do Estado, exaurindo deste modo a compreensão da esfera pré-estatal distinta e separada da esfera do Estado, aquela mesma esfera pré-estatal que os escritores do direito natural e em parte, sobre a trilha por eles aberta, os primeiros economistas, a começar dos fisiocratas, tinham chamado de estado de natureza ou sociedade natural" (Ibid, p. 38). O entendimento de Bobbio é que essa expressão de Marx se envereda para o "*bellum omnium contra omnes"* (a guerra de todos contra todos) hobbesiana. Bobbio desconsidera a totalidade da explicação marxiana e se atém a um trecho que ele mesmo se encarrega de descontextualizar.

De onde provém, então, o sentido disforme do termo sociedade civil que imprime o postulado do desenvolvimento territorial? Sem sombra de dúvidas, do pensamento Habermasiano. Jürgen Habermas ao explicar a colonização da esfera pública pela cientifização da técnica afirma que a sociedade civil já não pode ser compreendida pela primazia do conflito capital-trabalho, mas pelas estruturas comunicacionais. Por isso afirma ser a sociedade civil, na contemporaneidade, nucleada pela primazia da necessidade de tradução lingüística própria.

> O atual significado da expressão "sociedade civil" não coincide com o da "sociedade burguesa", da tradição liberal, que Hegel chegara a tematizar como "sistema das necessidades", isto é, como sistema do trabalho social e do comércio de mercadorias numa economia de mercado. Hoje em dia, o termo "sociedade civil" não inclui mais a economia constituída através do direito privado e dirigida através do trabalho, do capital e dos mercados de bens, como ainda acontecia na época de Marx e do marxismo. O seu núcleo institucional é formado por associações e organizações livres, não estatais e não econômicas, as quais ancoram as estruturas de comunicação da esfera pública nos componente sociais do mundo da vida. A sociedade civil compõe-se de movimentos, organizações e associações, os quais captam os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas, condensam-nos e os transmitem, a seguir, para a esfera pública política (Ibid, 1997: p. 99).

Percebe-se uma nítida convergência entre o que preconiza Habermas e o conteúdo do desenvolvimento territorial, uma vez que, se dissipa qualquer menção à permanência das classes sociais pelo apelo à associação dos indivíduos. Sem qualquer cerimônia as premissas do pensamento habermasiano são adotadas como a formula ideal para solucionar as contradições do sistema exploratório do capital, sem qualquer referência à destruição do mesmo. Eterniza-se o escopo de relações heterônomas, recorrendo-se a medidas de cunho superficial.

Não se pode desnudar os fundamentos da sociedade vigente isolando-a de sua correspondência estatal. Ou seja, não se quer afirmar que o Estado apenas reflita as determinações da produção material, todavia não se sustenta uma sociedade fundada na propriedade privada e na exploração do homem pelo homem, que ignore a dimensão repressiva e ideológica que o Estado possui. Mészáros identifica meridianamente a troca que se estabelece sob o imperativo do capital, entre o Estado – que se legitima e legitima o domínio de classe burguês pelas constantes intervenções na chamada sociedade burguesa – e a sociedade civil – que assegura e protege a reprodução sociometabólica do capital pela plêiade de dispositivos institucionalizados pelo Estado.

> O problema é que "todas as entidades existem de *forma duplicada,* como entidades *civis* e como entidades do *Estado*". Por isso, nada se resolve apenas pela proclamação de direitos, nem mesmo pela mais solene proclamação dos direitos do homem. A esfera legal se torna eficaz na medida em que se introduz profundamente no corpo da "sociedade civil". Do mesmo modo, ainda que a totalidade dos estatutos legais, em princípio, fosse extinta através de alguma proclamação genérica, esse ato não alcançaria absolutamente nada sem a correspondente transformação real da "sociedade civil", sem a qual os recursos legais extintos seriam reproduzidos de alguma outra forma (Ibid, 2008: p. 162).

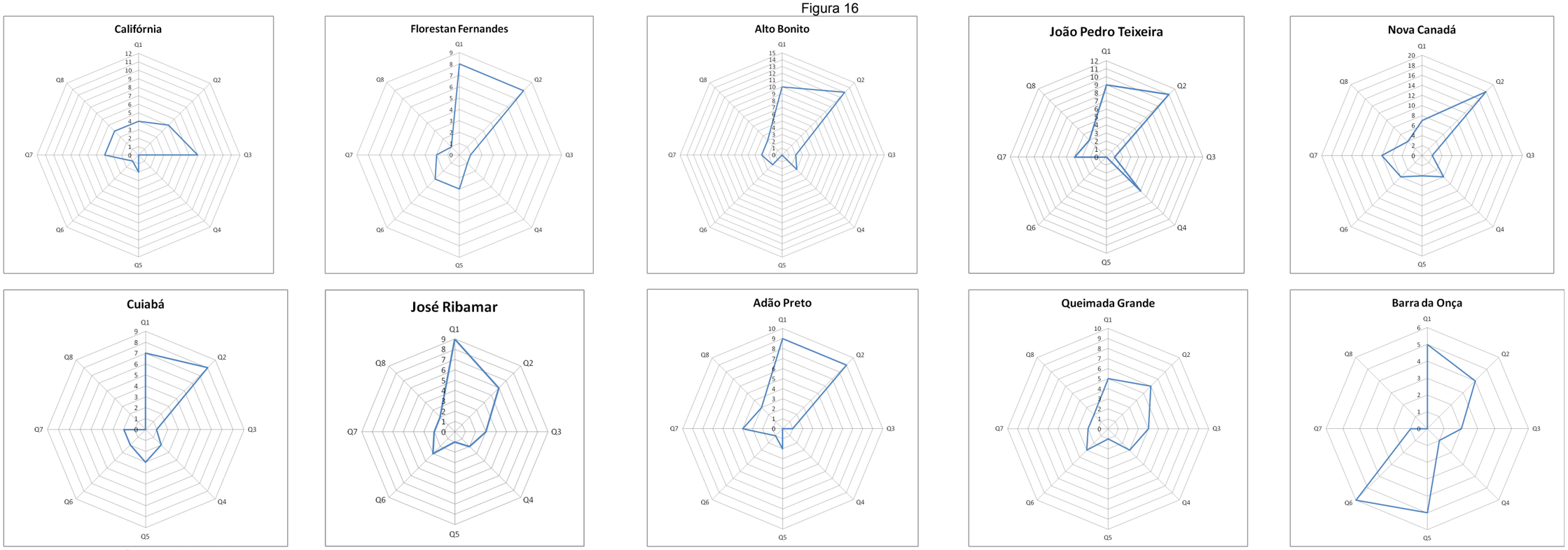
Porém, apesar dessa governamentalidade cujo carro-chefe são os insistentes anúncios midiáticos do ineditismo da política de desenvolvimento territorial, uma vez que, sustenta-se pelo apelo à discussão compartilhada entre os distintos indivíduos, as pesquisas de campo realizadas indicaram que, contraditoriamente, a mobilização empreendida pelo Estado envolve apenas um núcleo restrito de representantes dos movimentos sociais, assíduos participantes das atividades realizadas.

Observando o quadro seguinte notamos que dos 112 entrevistados em 10 assentamentos pesquisados, mais de 80% desconhecem a existência de qualquer política de desenvolvimento sob a égide do território. Também é possível perceber que as expressões reificantes como "sociedade civil" e "pacto social", correntemente usadas pelos escritos e discursos do desenvolvimento territorial como um verdadeiro estandarte, jamais foram escutadas por parcela expressiva dos trabalhadores rurais (apenas 32 entrevistados confirmaram já ter ouvido a palavra "sociedade civil" e 22 entrevistados a palavra "pacto social"). O curioso é que a despeito das efusivas propagandas governamentais que celebram o envolvimento e conhecimento da população sobre as obras decorrentes das decisões territoriais, há um alheiamento dos denominados "atores territoriais" aos investimentos públicos dos governos, pois apenas 27 entrevistados confirmaram conhecer alguma obra realizada e/ou em andamento, a partir das deliberações do colegiado ou conferência territorial.

TABELA 8
ENTREVISTA POR LOCALIDADE

Localidade	Município	Nº de Entrevistados	Q1. Filiado(a) a Movimento, Associação ou Organização	Q2. Cultivo apenas para o consumo familiar	Q3. Cultivo para comercialização	Q4. Trabalham em atividade complementar	Q5. Participou de alguma atividade de planejamento territorial	Q6. Conhece alguma obra realizada ou em andamento, resultado da aprovação nas Conferências de Planejamento Territorial	Q7. Já ouviu falar na expressão "Sociedade Civil"	Q8. Já ouviu falar na expressão "Pacto Social"
Califórnia	Canindé do São Francisco	12	4	5	7	0	2	1	4	4
Florestan Fernandes	Canindé do São Francisco	9	8	8	1	1	3	3	2	1
João Pedro Teixeira	Canindé do São Francisco	12	9	11	1	6	0	0	4	3
Nova Canadá	Canindé do São Francisco	20	7	18	2	6	4	6	8	4
Cuiabá	Canindé do São Francisco	9	7	8	1	2	3	2	2	0
Alto Bonito	Poço Redondo	15	10	13	2	3	0	2	3	3
Queimada Grande	Poço Redondo	10	5	6	4	3	1	3	2	2
Barra da Onça	Poço Redondo	6	5	4	2	1	5	6	1	0
José Ribamar	Nossa Senhora da Glória	9	9	6	3	2	1	3	2	2
Adão Preto	Nossa Senhora da Glória	10	9	9	1	0	2	1	4	3

Figura 16



Fonte: Trabalho de Campo, 2009/2010.
Organização: Lucas Gama
Elaboração: Edson Bastos

Dessa forma, ressalta-se: ainda que a política de desenvolvimento territorial insista em preconizar que, ineditamente, há um debate com a "sociedade civil" de proporções jamais presenciadas, seus limites, premeditadamente definidos no momento de sua elaboração, emergem, inevitavelmente. O propalado pacto social, altissonamente celebrado por seus signatários, se sustenta do desconhecimento de quem a própria política denomina de "ator territorial".

Na prática se efetivam acordos públicos com a representação dos trabalhadores, cuja legitimidade é altamente questionável. Obviamente não podemos depositar tamanha deficiência, exclusivamente, ao alcance limitado das políticas de desenvolvimento, uma vez que, a representação deve ser pautada na compreensão e comprometimento dos representados. Assim, ainda que a representação se posicione coerentemente com as premissas gerais do programa que defende e, inclusive, pertença a organizações de grande mobilidade social é fundamental que suas posições estejam ancoradas na homologação de seus representados. Como afirma (BOURDIEU, 2007: p. 185):

> O porta-voz apropria-se não só da palavra do grupo[...], quer dizer, na maioria dos casos, do seu silêncio, mas também da força desse mesmo grupo, para cuja produção ele contribui ao prestar-lhe uma palavra reconhecida como legítima no campo político. A força das idéias que ele propõe mede-se, não como no terreno da ciência, pelo seu valor de verdade (mesmo que elas devam uma parte da sua força à sua capacidade para convencer que ele detém a verdade), mas sim pela força de mobilização que elas encerram, quer dizer, pela força do grupo que as reconhece, nem que seja pelo silencio ou pela ausência de desmentido, e que ele pode manifestar recolhendo as suas vozes ou reunindo-as no espaço.

Todavia, a política de desenvolvimento territorial não pode ser avaliada pelo sucesso ou insucesso de sua aplicação, muito menos pela legitimidade da representação dos trabalhadores que, assiduamente, compõem seu colegiado de discussão. Incorrer nesse equívoco é endossar o impoluto discurso de que, sob pequenos ajustes, o desenvolvimento territorial é viável.

6.2 - Os limites do cooperativismo no sistema do capital

No corolário das políticas de desenvolvimento territorial há a defesa de investimentos diretos às organizações e cooperativas de produtores rurais que garantam sua sustentabilidade e fortaleçam sua inserção no comércio, destinando parte de seus produtos ao poder público (escolas, unidades de saúde, presídios e etc.) ou às indústrias. Vários trechos do Plano de Desenvolvimento Territorial do Alto Sertão Sergipano (2008) fazem menção direta ao exposto acima, prevendo um cenário de desenvolvimento com inclusão social a partir da aplicação das seguintes propostas:

- O fortalecimento técnico e gerencial dos produtores rurais e de suas organizações, mediante a capacitação e a assistência técnica continuada.

- A articulação efetiva, da integração de todos os agentes e na inclusão de inovações tecnológicas no processo e fortalecimento das atividades produtivas, se prevê não apenas a melhoria da produtividade e dos produtos, mas, sobretudo, políticas de comercialização implementadas e gerenciadas pelos produtores; estabelecimento de contratos de compra e venda da produção através de programas institucionais (escolas, hospitais, presídios e outros), o aumento da contratação de crédito, e a certificação de qualidade dos produtos emitida pelas instituições competentes.

FIGURA 17

Pequena produção de laticínios, construída pela Associação dos moradores do Assentamento Barra da Onça, Poço Redondo/SE.
Fonte: Pesquisa de Campo, 21 de fevereiro de 2010.

Em entrevista aos representantes de organizações de trabalhadores rurais, foi possível observar a incontida euforia com os compromissos presentes na política de desenvolvimento territorial quanto à contribuição na implantação de cooperativas de produção, acompanhadas de assessoramento técnico. Tamanho entusiasmo é justificado pelos mesmos, ao afirmarem que as cooperativas visam extinguir o poder dos atravessadores que, penosamente, exploram os camponeses.

> __A política de desenvolvimento territorial tem sido importante pelo apoio que vem sendo dado as cooperativas, como a Coprase que compra milho e feijão de seus produtores. (Avelange Santos, MST).

> __Os atravessadores não têm nenhum compromisso com o pequeno produtor, pois não dão garantia de pagamentos aos pequenos agricultores. (Ibid).
>
> __As cooperativas são importantes porque enfraquecem a máfia dos atravessadores com os compradores para a revenda. (Manoel, representante do Movimento dos Pequenos Agricultores nos lotes do Projeto Califórnia).

Porém o que se apresenta cerrado de promissora solução, oculta a contradição que lhe é imanente: as cooperativas circunscritas ao modo produção capitalista tendem a reproduzir a "racionalidade" da organização produtiva capitalista, resultando na sua captura à lógica do capital.

> Em outras palavras, na medida em que a organização cooperativa se expande enquanto empresa e consolida sua sobrevivência em meio a uma ordem essencialmente competitiva, ela tende a se descaracterizar como cooperativa, porquanto inviabiliza um dos princípios básicos que a definem como tal (SCHENEIDER, 1981: p. 32).

Marx destaca as manifestações espontâneas da classe trabalhadora que procura organizar meios que confrontem a lógica sócio-metabólica do capital, mas avalia com cautela o surgimento das cooperativas. Para ele as cooperativas podem extinguir o conflito capital-trabalho em seu interior, considerando que o próprio produtor se autogoverna sem a necessidade de alguém que o assalarie, todavia sua tarefa continua a ser a permanente valorização de seu trabalho, portanto, ainda mediado pela lógica imanente à sociedade capitalista, onde a mercadoria produzida pelo trabalhador detém uma dupla determinação: trabalho concreto e abstrato.

> As fábricas das cooperativas de trabalhadores, no interior do regime capitalista, são a primeira ruptura da velha forma, embora naturalmente, em sua organização efetiva, por toda parte reproduzam e tenham de reproduzir todos os defeitos do sistema capitalista. Mas dentro delas suprimiu-se a oposição entre capital e trabalho, embora ainda na forma apenas em que são os trabalhadores como associação os capitalistas deles mesmos, isto é, aplicam os meios de produção para explorar o próprio trabalho (Ibid, 2008: p. 587).

Em sua análise do programa do partido operário alemão, Marx registra o equívoco deste partido ao elencar como prioridade, a luta pela criação de cooperativas via Estado. Desta forma prescindi-se da luta de classes em nome de uma vaga "questão social" e elege-se o Estado como

ente legítimo para promover a existência de uma organização cooperativa dirigida pelos trabalhadores.

> Substitui-se a luta de classes existente por uma formula oca de jornalista: a "questão social", para cuja "solução" se "prepara o caminho". Em vez de resultar do processo de transformação revolucionaria da sociedade, "a organização socialista do conjunto do trabalho" "resulta" da "ajuda do Estado", ajuda que o Estado fornece às cooperativas de produção que ele próprio (e não o trabalhador) "criou" (*apud* ANTUNES, 2004: p. 144).

As cooperativas de produção somente têm validade aos propósitos gerais dos trabalhadores "à medida que forem criadas pelos próprios trabalhadores, forem independentes e não protegidas nem pelos governos nem pelos burgueses" (Ibid, p. 145).

Kaustky (1986) captando a contraditória expansão capitalista no campo, identifica que a desapropriação dos camponeses não acontece generalizadamente como um processo linear. Até porque, essa crença superestima o poder econômico e desconsidera o caráter decisivo da luta de classes, através da resistência – embora tal resistência já se encontre subsumida a lógica do capital.

Assim, Kautsky procura demonstrar como as cooperativas servem de alternativa aos camponeses na sua tentativa de continuar fixado ao solo. Sem a existência das mesmas, os que insistem em continuar com a propriedade da terra tornam-se vulneráveis às ações dos intermediários ou de indústrias capitalistas, que procuram monopolizar a distribuição e comercialização dos produtos.

> O camponês [...] que vive isolado, com poucos produtos para vender, não consegue atingir o grande mercado. Ele faz os seus negócios através do intermediário que vive na cidade pequena mais próxima, ou que simplesmente o visita. Necessitando de dinheiro, o camponês tem que procurar o capitalista rural mais próximo e não lhe resta grande escolha, pois eles são raríssimos no campo. Este é por vezes, o próprio intermediário, o dono da hospedaria da cidadezinha, ou um grande agricultor, pessoa geralmente familiarizada com as condições do camponês; é a pessoa que não deixa de considerar sem importância o negocio da aldeia, e é ela que, em função da procura revelar-se bem maior que a oferta, pode, no campo, exigir lucros maiores e normalmente os obtêm, pois, enquanto a situação do camponês se apresenta melindrosa, a superioridade econômica desses capitalistas é, em relação ao camponês, simplesmente incomensurável (Ibid, p. 97 e 98).

Ou seja, as cooperativas representam uma saída estratégica à desapropriação dos trabalhadores diretos de seus meios de produção. Todavia, a mesma engendra uma incursão às amarras do capitalismo, pertinentes a qualquer organização produtiva que se deixe guiar sob a

lógica da produtividade e pela busca de competitividade no mercado. Dessa forma, qualquer cooperativa forjada no interior da sociedade capitalista, ainda que apresente uma produção socializada e uma apropriação coletiva de seus rendimentos, tendem a comprometer-se, invariavelmente, com a esfera financeira do capital, à medida em que se vê enredada na necessidade de acompanhamento técnico e aquisição de insumos indispensáveis a sua produção. Assim, tornam-se rotineiras as solicitações de empréstimos a Bancos e outras instituições monetárias.

> Para o pequeno camponês, a cooperativa de credito lhe interessa principalmente no que se refere à concessão de credito pessoal. [...] Ela consegue obter o credito do grande capital monetário, fazendo jus às condições impostas pelo capitalismo moderno. Se, por um lado, os empréstimos solicitados pelos lavradores individuais são pequenos demais para despertar o interesse do grande capital, os de uma cooperativa inteira desempenham, por outro lado, um papel bem diferente. Se o empréstimo concedido a um camponês desconhecido representa um serio risco para o banco da cidade, a solidariedade dos cooperados reduz esse risco a um mínimo. Estabelece-se, dessa maneira, através das cooperativas de credito, a possibilidade de o lavrador receber também dinheiro a juros módicos, juros que o mesmo será capaz de pagar sem arruinar a própria empresa, melhorando o esquema de sua produção. Sem dúvida alguma as cooperativas de credito são de maior importância para o camponês, como meio de progredir economicamente. São meios de progresso econômico que não levam ao socialismo (conforme muitos pensam), mas ao progresso do capitalismo (Ibid, p. 109 e 110).

Luxemburgo (2003) consegue captar as limitações da organização cooperativa, registrando que a mesma se configura como uma entidade mista na sociedade de classes, pois detém uma produção socializada com concomitante troca capitalista. Ressalva, nesse sentido, que em razão deste formato é incapaz de assegurar-se autonomamente, já que na economia capitalista a circulação subordina a produção, em nome da acumulação de capital.

Dessa forma torna-se utópico desejar que a produção cooperativista supere, nos marcos da sociedade capitalista, a lógica sócio-metabólica do capital. Luxemburgo é categórica ao afirmar que "com isso, reduz-se toda a reforma socialista por meio de cooperativas, de luta contra o capital de produção, a uma luta contra o capital comercial[...], contra pequenos ramos do tronco capitalista" (Ibid, p. 83).

Ademais, considerando que a sociedade capitalista apresenta-se, conforme afirmou Marx (1988)[71] como uma aparente coleção de mercadorias, sendo estas determinadas pelo duplo caráter

[71] No capitulo I da obra O Capital, Marx procura analisar os dois fatores da mercadoria (valor de uso e valor) e abre o parágrafo com a seguinte frase: "A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma 'imensa coleção de mercadorias', e a mercadoria individual como sua forma elementar" (MARX, 1988: p. 45).

do trabalho presente nas relações sociais de produção sob a égide do capital, é de se esperar que os limites de funcionamento das cooperativas restrinjam-se, portanto, a determinados gêneros alimentícios de consumo imediato e a grupos restritos de consumidores, pois algo além disso pressuporia o fim da produção hegemônica internacionalizada, pautada pelas aspirações acumulativas de capital, provenientes da exploração do mais-valor.

> [...] as cooperativas de produção têm de limitar-se, na melhor das hipóteses, a um pequeno mercado local e a reduzido numero de produtos de necessidade imediata, de preferência produtos alimentícios. Eis porque, sem ter em conta o seu caráter híbrido, as cooperativas de produção não podem ser consideradas uma reforma social geral, pela simples razão de pressupor a sua realização geral, antes de tudo, a supressão do mercado mundial e a dissolução da economia mundial atual em pequenos grupos locais de produção e de troca, constituindo no fundo, por conseguinte, um retrocesso da economia do grande capitalismo à economia mercantil da Idade Média (LUXEMBURGO, 2003: p. 82 e 83).

É preciso observar que quando as organizações de trabalhadores sugerem a formação de cooperativas, enquanto um pequeno ensaio dos princípios da produção coletiva e da socialização do resultado do trabalho, ignoram, além das condições acima apresentadas, a finalidade da tecnologia existente no capitalismo. Ou seja, os insistentes apelos dos trabalhadores ao Estado, para que o mesmo forneça a assistência técnica adequada às suas cooperativas de produção, evidencia a concepção de que as condições materiais objetivas apresentam-se absolutamente isentas de qualquer interferência das relações sociais de produção predominantes num tempo histórico.

Essa interpretação que confere à tecnologia um caráter eminentemente neutro desconsidera as postulações de Marx a respeito do uso nada imparcial que o capitalista faz do acúmulo de trabalho engendrado pela práxis humana. Marx avalia como, progressivamente, o trabalhador foi alienando-se não só do produto de seu trabalho, como também, do saber necessário à efetivação do mesmo. Portanto, a manufatura corresponde à subsunção formal do trabalhador ao capital, tendo em vista que dependeu, sobretudo, das experiências laborais dos antigos produtores diretos, através de uma cooperação simples; enquanto que a maquinofatura, hegemônica nos processos produtivos da contemporânea sociedade, representa a subsunção real do trabalhador ao capital, uma vez que, às maquinas foram incorporados um conjunto de operações resultantes de vultosos investimentos em pesquisa, que tornam o trabalhador um mero apêndice do capital constante.

> Na manufatura, a articulação do processo social de trabalho é puramente subjetiva, combinação de trabalhadores parciais; no sistema de maquinas, a grande indústria tem um organismo de produção inteiramente objetivo, que o operário já encontra pronto, como condição de produção material (MARX, 1988, I/2: p. 15).

Isso evidencia que, embora Marx (2002) reconheça o notório legado tecnológico produzido na sociedade capitalista e, inclusive, ressalte que a construção de um novo modo de produção não implica a varredura absoluta das condições materiais vigentes, não se mostra alheio às finalidades que a tecnologia assume no interior de uma organização específica da produção social da vida. Significa que as invenções humanas, sob o capitalismo, não são produzidas aleatoriamente, sendo possível, que no decorrer do desenvolvimento das forças produtivas, tais condições materiais tornem-se implosivas a toda espécie humana. Na Ideologia Alemã sua ponderação a esse respeito é nítida:

> [...] No desenvolvimento das forças produtivas, ocorre um estagio em que nascem forças produtivas e meio de circulação que só podem ser nefastos no quadro das relações existente e não são mais forças produtivas, mas sim forças destrutivas (a maquina e o dinheiro) [...]. As condições nas quais se podem utilizar forças produtivas determinadas são as condições da dominação de uma classe determinada da sociedade (Ibid, p. 85).

Gorz, baseando-se em Marx, crítica a postura de gerações de marxistas que, erroneamente, interpretaram o desenvolvimento das forças produtivas como um dado absoluto, alheio às determinações dos conflitos de classe, pois consideravam "as forças produtivas – em particular as ciências e a técnica – como ideologicamente neutras e seu desenvolvimento como intrinsecamente positivo" (Ibid, 1989: p. 213).

Procura reiterar as tendências apontadas por Marx de o desenvolvimento das forças produtivas atingirem em determinado estágio de seu avanço, em prol da acumulação do capital, um caráter eminentemente destrutivo à sociabilidade e à vida.

> O capitalismo desenvolve as forças produtivas de modo a destruir, dissimular ou negar as potencialidades libertadoras dessas forças. O desenvolvimento das forças produtivas e das forças destrutivas encontra-se indissoluvelmente ligado, o que é produtivo na escala do capital particular podendo ser destrutivo na escala da economia (do capital) no seu conjunto e, sobretudo, destrutivo das possibilidades de superação do capitalismo que o seu desenvolvimento traz latente (GORZ, 1989: p. 216).

Gorz, portanto, retoma uma reflexão de Marx sobre a viabilidade da apropriação irrefletida de uma condição material objetiva, rebenta de um modo particular de produção social

da vida, cujo qual, ancora-se numa divisão social do trabalho, que aprofunda a dicotomia entre tarefas manuais e intelectuais e assegura a alienação do trabalhador do conhecimento integral dos processos que concorrem para a existência das condições produtivas.

> A cultura e as competências científicas e técnicas trazem assim claramente a marca das relações capitalistas de produção (autonomização e alienação dos meios de produção e das forças produtivas enquanto "forças exteriores") e da divisão capitalista do trabalho que separa trabalho intelectual e manual, combina em exterioridade os trabalhos que concorrem à produção do "produto comum", nega aos trabalhadores parciais qualquer possibilidade de cooperação voluntária, de compreensão e de autodeterminação do processo de trabalho e de seus objetivos, separa decisão e concepção de execução, a capacidade de produzir conhecimentos da capacidade de determinar o uso que será feito desses conhecimentos (Ibid, p. 225).

Mészáros afirma que àqueles que se dispõem a extirpar o sociometabolismo do capital não podem alienar-se do sentido de classe que a tecnologia detém. Em sua opinião, a tarefa reside em encontrar os componentes "historicamente específicos" e os "trans-históricos" do desenvolvimento das forças produtivas. Isso significa que apesar das condições materiais apresentarem-se, indissoluvelmente, ligadas às relações sociais de produção, existem constituintes de seu todo que podem ser usados em um outro tempo histórico, portanto "trans-históricos".

> Pois, paradoxalmente, tecnologia – que pode ser considerada "em princípio neutra" em alguns aspectos, isto é, até que tal visão seja "modificada significativamente" pela força de outras considerações fundamentais – na realidade adquire, por meio da inserção social necessária, o peso da inércia superpoderosa de um fator trans-histórico (Ibid, 2002: p. 528).

Em síntese, a dimensão do desafio da transição rumo à sociedade dos produtores livremente associados e autogestionados inclui "traçar uma linha de demarcação extremamente fina entre os constituintes historicamente específicos e os trans-históricos do desenvolvimento social" (Ibid, p. 528). Nesse sentido, incorre em um erro pueril crer que logo após a revolução socialista, seja imediatamente possível emancipar o trabalhador de todos os grilhões que o acorrentavam às condições materiais de produção, solidificadas há pelo menos dois séculos. Isso não significa que, eternamente, os indivíduos estejam fadados a conviver com o fardo histórico de uma objetividade alienante, mas que sua destruição dar-se-á processualmente.

> [...] esperar a geração de uma nova espontaneidade (ou seja, uma forma de intercambio social e modo de atividade de vida que se torna uma "segunda natureza" para os produtores associados) por algum decreto político, mesmo

> que seja ele o mais esclarecido, é uma contradição em termos. Pois, enquanto a distribuição é imediatamente receptiva à mudança por decreto (e, mesmo assim, apenas e, uma extensão estritamente limitada pelo nível de produtividade socialmente atingido), as condições materiais de produção, assim como sua organização hierárquica, permanecem, no dia seguinte à revolução, exatamente as mesmas que antes. É isto que, por um longo tempo, praticamente impossibilita aos trabalhadores tornarem-se "produtores livremente associados", [...], mesmo sob circunstâncias politicamente mais favoráveis (Ibid, p. 575).

Compreende-se, então, que apesar das cooperativas serem uma manifestação dos trabalhadores em uma luta empreendida contra a completa monopolização da produção pela burguesia, termina fenecendo nos liames do sistema do capital. Isso significa que a luta pela criação de cooperativas, desde que por fora das interferências estatais, podem representar uma iniciativa importante de construção coletiva de diferentes relações sociais de produção em uma escala micro, gerando contradições cotidianas importantes na formação da consciência social dos seus sujeitos. Porém, não se deve subestimar que esse empreendimento, por se realizar na circunscrição de um modo de produção hegemônico – como é o capitalismo – apresenta uma autonomia resolutamente limitada, estando vulnerável às ingerências constantes do capital que a tudo tenta subordinar e a sua própria burocratização, tornando-se uma entidade de caráter empresarial, cuja organização, assemelha-se à racionalidade de qualquer empresa capitalista.

> [...] no afã de sobreviver à competição que lhe foi sendo oferecida pela empresa privada capitalista, o cooperativismo passou a lançar mão dos mesmos métodos organizacionais e operacionais de que se valiam as demais empresas, com o fim de atingir graus de eficiência econômica compatíveis com as situações de mercado, com que se defrontava. Isto resultou na transformação gradativa de muitas cooperativas, principalmente nos países mais avançados, em organizações de porte avantajado e de estruturas organizacionais cada vez mais complexas, levando muitas delas a inviabilizar o princípio da participação efetiva e do controle democrático da organização por parte dos seus associados (SCHENEIDER, 1981: p. 32).

Ademais, cabe registrar que as premissas do desenvolvimento territorial por preverem um desenvolvimento "pactuado" de seus "atores territoriais" asseguram, também, o apoio declarado ao agronegócio. Saudado como uma das principais vias de conquista de divisas para o país, os investimentos estatais ao cultivo monocultor dos imperiosos latifúndios são tratados como "externalidades positivas" de um território, às quais, os trabalhadores devem se articular.

Embora o postulado do desenvolvimento territorial mencione a importância da denominada "produção familiar", a defesa de uma suposta "coexistência pacífica" com a produção agroindustrial exportadora[72] revela o interesse pela preservação da estrutura agrária.

Essa opção, invariavelmente, acaba por levar a subordinação da produção camponesa aos ditames do capital financeiro, que controla parcela expressiva da produção agrícola brasileira. Nem mesmo a organização em cooperativas garante a proteção dos camponeses a essa subordinação, pois o capital consegue se reproduzir sem precisar territorializar-se.

Aliás, no Alto Sertão Sergipano, diante da poderosa mobilização e expansão dos sem-terra na região, associada à promoção da reforma agrária de mercado, o capital tem procurado se apropriar da renda da terra camponesa pelo monopólio da circulação. Isso significa que o capitalismo desenvolve-se, contraditoriamente, no campo, promovendo a sujeição real do trabalhador às relações tipicamente capitalistas e/ou (re)criando relações não-capitalistas que permitam a sujeição da renda da terra ao capital[73].

O pagamento de um tributo ao proprietário para que coloque a terra em atividade constitui a renda da terra e

> qualquer que seja a composição ou a fonte desse tributo tem ele de comum com a renda fundiária propriamente dita este traço: o monopólio sobre um pedaço do globo terrestre capacita o intitulado proprietário para cobrar, impor o gravame (MARX, 2008: p. 834).

A família camponesa é impedida na prática de realizar a cobrança da renda da terra, tendo em vista que o monopólio do capital na circulação das mercadorias agrícolas detém a prerrogativa de impor seu preço. Ao que corresponde na análise de José de Souza Martins (1983) ao processo de apropriação de relações não-capitalistas pelo capital. O capitalismo ao expandir-se no campo pode subordinar a produção camponesa – essencialmente produtora de valor de uso – apropriando-se de suas mercadorias que tornar-se-ão matérias primas baratas (portanto, capital) no processo reprodutivo ampliado do capital.

> A produção do capital nunca é capitalista, nunca é produto de relações capitalistas de produção, baseada pois no capital e no trabalho assalariado. Quando o dinheiro, a riqueza, entra nesse ultimo tipo de relação, já não estamos diante da produção capitalista, mas da reprodução capitalista do capital. Só a reprodução é capitalista. Mesmo o crescimento deste capital não é produção, mas reprodução capitalista ampliada (Ibid, p. 170).

[72] Dentre as propostas de cenário desejado defendidas pelo "desenvolvimento territorial" estão: "Modernização da agricultura familiar" e "Integração das indústrias com a agricultura familiar" (SEPLAN, 2008).

[73] A partir da leitura marxiana, (MARTINS, 1983: p. 170) afirma que "a propriedade da terra não é exatamente um empecilho à expansão do capital no campo; ela é fundamentalmente uma das contradições do capitalismo, movimento, transformação e possibilidade de transformação".

Na prática o capitalista apropria-se da renda da terra camponesa, sem precisar dispensar qualquer capital para a compra de meios de produção e força de trabalho, ou seja, sem territorializar-se. Mantém o camponês em sua própria terra, mas assegura a apropriação de sua renda, transformando-a em capital em outro processo produtivo.

> O capital redefiniu a renda da terra pré-capitalista existente na agricultura; ele agora apropria-se dela, transformando-a em renda capitalizada da terra. É neste contexto que devemos entender a produção camponesa: a renda camponesa é apropriada pelo capital monopolista, convertendo-se em capital (OLIVEIRA, 1995: p. 67).

Enfim, verifica-se no postulado do desenvolvimento territorial e em suas propostas governamentais uma orientação subliminar ao aprofundamento da subordinação camponesa à (re)produção do capital, assentada no discurso homogeneizante do "desenvolvimento comum", velando a estrutura totalizadora dos conflitos de classe.

7. Considerações Finais

Registrou-se que o desenvolvimento usado como estandarte das políticas públicas, há décadas, sob o signo do crescimento econômico e/ou da conquista do bem estar social plasmou-se na retórica escalar de seus diferentes porta-vozes, sendo perfeitamente útil a perpetuada acumulação de capital. Conforme Jorge Montenegro Goméz, o desenvolvimento mostra-se

> [...] profundamente contraditório. Contraditório entre os discursos e as práticas, entre as práticas e os resultados, entre discursos, práticas, resultados e anseios da população etc.[...] O desenvolvimento promovido na sociedade capitalista pretende a redução das desigualdades, através de um sistema que se fundamenta na concorrência entre desiguais. No mínimo um contra-senso, senão uma cruel impostura (Ibid, 2006: p. 119 e 120).

O desenvolvimento operado nas diferentes escalas: nacional, regional, local e/ou territorial não consegue cumprir as promessas retumbantemente alardeadas, se configurando, na prática, como instrumento de 'controle social'. Ainda segundo Goméz:

> Os erros do desenvolvimento não são o resultado inesperado e anômalo de um projeto cabal, mas o resultado iniludível de um projeto absurdo que serve muito bem aos interesses de manter uma ordem social que permita também a reprodução do capital. Os fracassos do desenvolvimento são fracassos desde o ponto de vista dos objetivos que o discurso se coloca, mas não tanto desde a perspectiva das estratégias para manter a dominação. Um projeto empolgante, ainda que falido, encaixa-se perfeitamente na manutenção sutil da ordem social (Ibid, p. 144).

Nesse sentido está na mesa "a questão fundamental: desenvolvimento, para quem? Uma política de desenvolvimento [...] deveria tomar por base [...] a rejeição das regras de rentabilidade do sistema" (AMIN, 1976: p. 164). Todavia, circunscrita ao modo de produção capitalista, a política de desenvolvimento ensejada é capturada pelo capital no próprio processo de planejamento, como forma de controle das relações sociais sob a pátina da democracia e da inovação.

É preciso compreender que o desenvolvimento equilibrado, presente, em maior ou menor grau nos discursos das distintas políticas escalares de desenvolvimento, pressupõe uma linearidade na produção espacial, somente encontrada no ideário do pensamento positivista. Compreende-se que o desenvolvimento é desigual em razão da divisão territorial do trabalho que produz diferentes espaços absolutos sobre a superfície da terra, além do que, sob o capitalismo, o

espaço relativo é (des)construído continuamente, hiper-intensificado com a mobilidade do capital, que gesta uma igualização de condições e níveis de produção, ao tempo que procura reeditar novas diferenças sócio-espaciais. Conforme Neil Smith

> Como a tendência para a diferenciação, a tendência para a igualização é inerente ao capital. Ela se expressa mais claramente no mercado mundial e no processo de circulação, porque o ato individual de trocar é o de criar uma equivalência social. [...] A igualização das condições e do nível de produção é tanto um produto da universalização do trabalho abstrato como a tendência para a diferenciação (Ibid, 1988: p. 175).

Esse capital, cada vez mais fluido, busca sua perpetuação numa relação que reside na apropriação e reapropriação do espaço em um tempo mais efêmero, onde indefere os limites administrativos ou qualquer sentimento proveniente da identidade com o lugar, salvo, se útil à acumulação. Assim, a mobilidade do capital permite que usufrua utilitariamente e com constância da diferenciação espacial do lucro, territorializando-se e desterritorializando-se, sem maior cerimônia, no espaço.

> O capital se move para onde a taxa de lucro é máxima (ou, pelo menos, alta) [...]. A mobilidade do capital acarreta o desenvolvimento de áreas com alta taxa de lucro e o subdesenvolvimento daquelas áreas onde se verifica baixa taxa de lucro (Ibid : p. 212).

Afirma-se, portanto, que o anúncio do desenvolvimento atende, sob o viés das políticas públicas, aos interesses mercantis, pois o referido desenvolvimento restringe-se à criação das condições necessárias ao usufruto do capital, ao tempo que a ausência das mesmas corresponde ao inverso da medalha, o subdesenvolvimento. Dessa forma "o desenvolvimento desigual é no mínimo, a expressão geográfica das contradições do capital" (SMITH, 1988: p. 217).

Marcelo José Lopes de Souza afirma que "o subdesenvolvimento só pode ser concebido em relação com o desenvolvimento," pois "o subdesenvolvimento é um processo histórico situado no contexto da formação do sistema mundial capitalista." (Ibid, 1996: p. 9)

Arrighi (1997), mergulhado na tentativa de evidenciar o discurso ilusório do desenvolvimento, ratifica que os processos de exclusão e exploração estão irmanados sob o desenvolvimento capitalista, onde as reiteradas convocações aos dirigentes e cidadãos dos Estados periféricos e semiperiféricos a participarem da divisão mundial do trabalho, apenas promovem o acesso a recompensas marginais da riqueza global.

Destarte, questiona-se a viabilidade do desenvolvimento, especialmente o desenvolvimento local/territorial, pois ao veicular no bojo de suas propostas o crescimento

econômico, as melhorias de ordem social (educação, saúde, habitação e etc.) e um tratamento respeitoso aos recursos naturais propagandeiam a sustentabilidade do desenvolvimento sustentável.

Alexandrina Luz Conceição (2004) desvelando o conteúdo inscrito na proposta do desenvolvimento sustentável, afirma que o neoliberalismo, em seu discurso ideológico, difunde o referido desenvolvimento como essencial para a conquista da igualdade social, sem trazer à tona, a mercantilização da força de trabalho e a intensificação da produção pela destruição dos recursos naturais[74].

Assim, pergunta-se: é possível a promoção de um modelo de desenvolvimento alçado na pretensa sustentabilidade, sob o invólucro de relações mediadas pela troca? A proposta de desenvolvimento territorial acredita que sim, procurando erigir-se na gestação de uma prática social que revalorize a natureza, imprimindo um uso racional dos recursos naturais, de forma a proteger as demandas locais. "O discurso da sustentabilidade é veiculado à necessidade do desenvolvimento econômico a partir de recursos próprios, *in natura*, mediante uma gestão racional da comunidade local" (Ibid : p. 84).

Considerando que na sociedade produtora de mais-valia os recursos naturais também são subordinados a essência mercantil, sejam incorporados às mercadorias (portadoras de um duplo valor), produzidas em escala industrial, sejam comercializados sob o fetiche da escassez/raridade, como dar concretude a esse desenvolvimento?

Compreendeu-se nas pesquisas efetuadas, um sentido contrário ao anunciado pela política de planejamento governamental, que as políticas de desenvolvimento, plasmadas na dimensão escalar do local/território, fundidas no âmago do sistema sócio-metabólico do capital acabam

> Deslocando o eixo da problemática da dimensão do real que move o circuito estado-capital e trabalho para o simulacro da imensurável busca do lucro, não se argúi a incontrolabilidade do sistema de produção de mercadorias (Ibid, p. 85).

Munidas de vastas expressões articuladas e estéreis do discurso ideológico procuram inebriar os trabalhadores rurais com grandes doses de otimismo sobre um possível desenvolvimento que concilie os divergentes interesses da unidade dialética capital-trabalho. Propositadamente ocultam que a política de (re)ordenamento territorial, ao tempo que promove

[74] Os discursos do Mercado e da sustentabilidade mascaram, naturalizam e tornam imanentes – em outra palavra, reificam – os fundamentos sociais e políticos da desigualdade e de suas assimetrias de poder. [...]. As práticas e discursos da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável na conformação de um capitalismo ecológico mascaram as assimetrias de poderes na distribuição dos valores de troca de mercadorias e serviços oriundos dos usos da natureza (MOREIRA, 2007: p. 200).

melhorias marginais no lido cotidiano do trabalhador (a exemplo, de postos de saúde, escolas, abatedouros e outros), contraditoriamente, engendra a formação de um arranjo espacial que corresponda a divisão territorial do trabalho (im)posta pelo capital sob a denominação reificante de "novas externalidades positivas do território".

Nesse sentido, consideramos importante a afirmação que faz Ianni (1991) de que o planejamento, em última instância, é um processo iniciado e finalizado no âmbito das relações e estruturas de poder, pois a política de desenvolvimento territorial, anunciada como a mais inovadora por permitir maior participação popular, contraditoriamente, reproduz o velho controle da mobilização dos trabalhadores, tendo em vista que as instâncias de decisão são tuteladas pelo Estado – que se encarrega de institucionalizá-las – e o resultado das deliberações submetem-se ao crivo rigoroso de seu aparato. Coadunamos, portanto, com a sintética frase de José Moraes do Nascimento (representante das Associações de Produtores Rurais de Nossa Senhora da Glória no Colegiado Territorial): "quando uma política de desenvolvimento vai ferir o capitalismo ela morre ali", em outras palavras, o binômio Estado-capital se encarrega de gestar o planejamento da produção espacial com rédeas severamente curtas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGRÁRIA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma. Desenvolvimento Territorial no Alto Sertão Sergipano: diagnósticos, assentamentos de reforma agrária e propostas de política. Sergipe: Centro de Capacitação Canudos, 2006.

AGRÁRIO, Ministério do Desenvolvimento. Marco referencial para apoio ao desenvolvimento de Territórios Rurais. Brasília: MDA/SDT, 2005b.

AGRÁRIO, Ministério do Desenvolvimento. Referencias para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil. Brasília: MDA/SDT, 2005a.

AGUIAR, Geraldo Medeiros de. Agriculturas no Nordeste: apreciação e sugestão de políticas. Petrópolis: Vozes, 1985.

AMIN, Samir. O Desenvolvimento Desigual: ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANDRADE, Manuel Correia de. Estado, capital e industrialização do Nordeste. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. Geografia econômica do Nordeste: o espaço e a economia nordestina. São Paulo: Atlas, 1987.

_____. Lutas camponesas no Nordeste. São Paulo: Ática, 1986.

ARAÚJO, Carlos Antonio Soares. Projeto Califórnia: avaliação econômica e ambiental do projeto de irrigação. Dissertação de Mestrado. São Cristóvão: UFS, 1997.

ARAUJO, Maria Celina D'. Capital social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

ARAÚJO, Massilon J. Fundamentos de Agronegócios. São Paulo: Atlas, 2007.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. Ensaios sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências. Rio de Janeiro: REVAN/FASE, 2000.

_____. Gestão social e desenvolvimento sustentável dos territórios: os desafios: os desafios da multidimensionalidade. In: BACELAR, Tânia et al. Gestão social dos territórios. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2009.

ARRIGHI, Giovanni. A ilusão do desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1997.

ASSOUN, Paul- Laurent. A escola de Frankfurt. São Paulo: 1991.

BARQUERO, Antonio Vázquez. Desarrollo, redes e innovación. Lecciones sobre dessarrollo endógeno. Madrid: Pirámide, 1999.

_____. Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

BOBBIO, Norberto. Estado, Governo e Sociedade: para uma teoria geral da política. 3º ed. Tradução Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Tradução: Fernando Tomaz. 11º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRECHT, Bertolt. Poemas 1913-1956. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Editora 34, 2000.

BUARQUE, Sergio C. Construindo o desenvolvimento local sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BURSZTYN, Marcel. O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste. 3 ed. Rio de Janeiro: Garamond; Fortaleza: BNB, 2008.

CANO, Wilson. Ensaios sobre a formação econômica regional do Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

_____. Furtado: a questão regional e a agricultura itinerante no Brasil. Campinas: s/d – disponível em http://www.redcelsofurtado.edu.mx/archivosPDF/cano2.pdf. Acesso em 18/02/09.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira. O Nordeste e o regime autoritário: discurso e prática do planejamento regional. São Paulo: Hucitec-Sudene, 1987.

CASTELLS, A Sociedade em Rede - A Era da Informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. CASTELLS, Manuel. A Teoria marxista das crises econômicas e as transformações do capitalismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

CASTRO, Iná Elias de. O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

CHESNAIS, François. A finança mundializada. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.

COCCO, Giuseppe; URANI, André; GALVÃO, Alexander Patez. (Orgs.). Empresários e empregos nos novos territórios produtivos. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

COSTA, José Eloízio da; LOPES, Eliano Sergio Azevedo (Orgs.). Territórios Rurais e agricultura familiar no Nordeste. São Cristóvão: Editora UFS, 2009.

COSTA, Wanderley Messias. O Estado e as políticas territoriais no Brasil. São Paulo: Contexto, 2001.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A Insustentabilidade do Desenvolvimento Sustentável. In: Revista Esforia: Programa de Pós Graduação em Agroecossistemas/UFSC, ano 02, vol. 02, nº. 02, 2004, pp. 79 – 91.

CORRÊA, Roberto Lobato. Região e Organização espacial. 5ª. Ed. São Paulo: Ática, 1995.

DANTAS, Gilson. Chesnais, a esfera financeira e a crise capitalista. In: Revista Iskra de teoria e política marxista: Liga Estratégica Revolucionária, n. 02, 2009, pp. 62 – 78.

DANTAS, Ibarê. A tutela militar em Sergipe: 1964/1984. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

DURIGUETTO, Maria Lucia. Sociedade civil e democracia: um debate necessário. São Paulo: Cortez, 2007.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Tradução: Leandro konder. 17 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

FALCÓN, Maria Lúcia de Oliveira. Cenário de desenvolvimento local: pesquisa de competitividade das cadeias produtivas de Aracaju. In: FALCÓN, Maria Lúcia de Oliveira; HANSEN, Dean Lee; BARRETO JUNIOR, Edison Rodrigues (Orgs.). Cenários de desenvolvimento local: estudos exploratórios. Aracaju: Secretaria Municipal de Planejamento, 2003.

FALEIROS, Vicente de Paula. A política social do Estado capitalista: as funções de previdência e assistência sociais. São Paulo: Cortez, 2007.

FAVARETO, Arilson. Três momentos na evolução recente da gestão social do desenvolvimento territorial: dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural ao Territórios da Cidadania. In: BACELAR, Tânia et al. Gestão social dos territórios. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Revista Nera, São Paulo, ano 08, n. 06, p. 24-34, 2005.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GENTILI, Pablo; SADER, Emir (Orgs.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

GOMÉZ, Jorge R. Montenegro. Desenvolvimento em Desconstrução: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural. Tese de Doutorado. Presidente Prudente: UNESP, 2006.

GORZ, André. Crítica da divisão do trabalho. Tradução: Estela dos Santos Abreu. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

HABERMAS, Jürgen. Direito e Democracia: entre facticidade e validade. Volume II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

_____. Técnica e ciência como ideologia. Tradução: Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1968.

_____. Mudança Estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HAESBAERT, Rogério. O Mito da Desterritorialização: "do fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2007.

_____. Espaços de Esperança. Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. O Novo Imperialismo. 2º Ed. São Paulo: Loyola, 2005.

HOBBES, Thomas. Leviatã. São Paulo: Martin Claret, 2003.

HOLLOWAY, John. Mudar o mundo sem tomar o poder: o significado da revolução hoje. São Paulo: Viramundo, 2003.

IANNI, Otávio. Estado e planejamento econômico no Brasil. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

IASI, Mauro Luis. Ensaios sobre consciência e emancipação. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

KAUTSKY, Karl. A questão agrária. Tradução: Otto Erich Walter Maas. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LACOSTE, Yves. Geografia do Subdesenvolvimento. São Paulo: Difel, 1982.

LEITE SANTOS, Luciene. Mobilidade do trabalho na fronteira do município de Canindé do São Francisco: a estratégia de formação e degradação do espaço. Dissertação de Mestrado. São Cristóvão: UFS, 2004.

LEFEBVRE, Henri. La producción del espacio. Barcelona: Anthropos, 1984.

LIMA, Silvana Lucia da Silva. Transformações sócio-territoriais e o espaço rural do Alto Sertão Sergipano. Tese de Doutorado. São Cristovão: NPGEO/UFS, 2007.

LISBOA, Josefa Bispo de. A Trajetória do Discurso do Desenvolvimento para o Nordeste: políticas públicas na (dis)simulação da esperança. Tese de Doutorado. Aracaju: NPGEO/UFS, 2007.

LOWY, Michael. Nacionalismo e a nova desordem mundial. In: NOVAES, Adauto (org.). A crise do Estado-nação. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003, p. 257– 280.

_____. A Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado. In: LOWY, Michael & BENSAID, Daniel. Marxismo, Modernidade e Utopia. São Paulo: Xamã, 2000, p. 160 -167.
LUKÁCS, Georg. História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista. Tradução: Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUXEMBURGO, Rosa. Reforma ou revolução. Tradução: Livio Xavier. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

MARCUSE, Herbert. A Ideologia da Sociedade Industrial: o homem unidimensional. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

MARIA SANTOS, Marleide. Movimentos sociais: na trama subliminar do ocultamento dos conflitos de classe. Tese de Doutorado. São Cristóvão: UFS, 2008.

MARTINS, José de Souza. A sociabilidade do homem simples: cotidiano e historia na modernidade anômala. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. Tradução: Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. A questão judaica. Tradução: Silvio Donizete Chagas. São Paulo: Centauro, 2005.

_____. Capítulo VI inédito de O capital. 2º Ed. Tradução: Klaus Von Puchen. São Paulo: Centauro, 2004a.

_____. Contribuição à Crítica da Economia Política. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. Crítica a Filosofia do Direito de Hegel. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. Crítica ao programa de Gotha. In: ANTUNES, Ricardo (org). A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004a.

_____. Manuscritos econômico-filosóficos. Tradução: Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004b.

_____. O capital. Livro III. Vol. 5. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. O capital. Tradução de Regis Barbosa e Flavio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MENEZES, Ana Virginia Costa. O Estado e a organização do espaço semi-árido sergipano: o Projeto Sertanejo. Tese de Doutorado. Rio Claro: UNESP, 1997.

MÉSZÁROS, István. Filosofia, ideologia e ciência Social. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. Tradução: Paulo César Castanheira e Sergio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

MORAES, Antonio Robert Carlos, COSTA, Wanderley Messias. Geografia Crítica: A valorização do espaço. 3ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1982.

_____, Antonio Robert Carlos. Território e história no Brasil, 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2005.

MOREIRA, Roberto José. Terra, poder e território. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

NACIONAL, Ministério da Integração. Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial. Brasília: MI, 2005.

NETTO, José Paulo. Crise do socialismo e ofensiva neoliberal. São Paulo: Cortez, 2001.

OFFE, Claus. Problemas estruturais do Estado capitalista. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1984.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de, MARQUES, Marta Inez Medeiros. (Orgs). O Campo no Século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004.

_____. Modo capitalista de produção e agricultura. 4º ed. São Paulo: Atica, 1995.

OLIVEIRA, Francisco. Crítica à razão dualista: o ornitorrinco. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo. Ética e sociabilidade. 2º ed. São Paulo: Loyola, 1996.

ORGANISTA, José Henrique Carvalho. O debate sobre a centralidade do trabalho, 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PEET, Richard. Imaginários de desenvolvimento. In: FERNANDES, Bernardo Mançano, MARQUES, Marta Inez Medeiros & SUZUKI, Julio Cesar (orgs). Geografia agrária: teoria e poder. 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PEREIRA, João Marcio Mendes; SAUER, Sergio. História e legado da reforma agrária de mercado no Brasil. In: SAUER, Sergio; PEREIRA, João Marcio Mendes (Orgs.). Capturando a terra: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PEREIRA, João Marcio Mendes. Neoliberalismo, políticas de terra e reforma agrária de mercado na America Latina. In: SAUER, Sergio; PEREIRA, João Marcio Mendes (Orgs.). Capturando a terra: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PERICO, Rafael Echeverri. Identidade e Território no Brasil. Tradução: Maria Verônica Morais Souto. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2009.

PERROUX, François. A economia do século XX. Paris: Presses Universitaires de France, 1964.

PINTO, Geraldo Augusto. A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PIRES, Élson L. S. As lógicas espaciais e territoriais do desenvolvimento: delineamento preliminar dos aspectos históricos, teóricos e metodológicos. In: FERNANDES, Bernardo Mançano, MARQUES, Marta Inez Medeiros & SUZUKI, Julio Cesar (orgs). Geografia agrária: teoria e poder. 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PLANEJAMENTO, Secretaria de Estado do. Planejamento Participativo de Sergipe. Aracaju: SEPLAN, 2007.

_____. Plano de Desenvolvimento do Território: Alto Sertão Sergipano. Aracaju: SEPLAN, 2008.

PONCE, Aníbal. Educação e luta de classes. São Paulo: Cortez, 1995.

PUTNAM, Robert D. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

REZENDE, Antonio. Curso de Filosofia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

RODRIGUES, Hélio. Ponto de partida para o debate sobre a desigualdade social, pobreza, questão social e direitos sociais: uma abordagem a favor da emancipação humana. In: Revista Contra a Corrente: Centro de Estudos e Pesquisas Sociais de Brasília, ano 1, n 2, 2009, p. 51 – 56.

RODRÍGUEZ, Octavio. Teoria do Subdesenvolvimento da CEPAL. Rio de Janeiro: Forense-universitária, 1981.

ROMERO, Daniel. Marx e a técnica: um estudo dos manuscritos de 1861-1863. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

ROMANO, Jorge O.; SHANKLAND, Alex. Trajetórias de organização e luta pela redemocratização da governança no Brasil. In: ANTUNES, Marta; ATHIAS, Renato; ROMANO, Jorge O. (Orgs.). Olhar crítico sobre participação e cidadania: trajetórias de organização e luta pela redemocratização da governança no Brasil. Volume 2. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

ROSSET, Peter. O bom, o mau e o feio: a política fundiária do Banco Mundial. In: MARTINS, Mônica Dias. (Org). O Banco Mundial e terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia. São Paulo: Viramundo, 2004.

RUCKERT, Aldomar Arnaldo. O processo de reforma do Estado e a Política Nacional de Ordenamento Territorial. In: Brasil. Para pensar uma Política Nacional Territorial. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005, p. 31-39.

SACHS, Ignacy. Gestão social para Desenvolvimento Sustentável e Democrático dos Territórios. In: BACELAR, Tânia et al. Gestão social dos territórios. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2009.

SADER, Emir. Estado e política em Marx: para uma critica da filosofia política. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1998.

SANTOS, Gustavo Antonio Galvão dos, DINIZ, Eduardo José & BARBOSA, Eduardo Kaplan. Aglomerações, arranjos produtivos locais e vantagens competitivas locacionais. In: Arranjos produtivos locais e desenvolvimento: versão preliminar. Brasília: BNDES, 2004.

SANTOS, Milton. A revolução tecnológica e o território: realidades e perspectivas. In: Revista Terra Livre, nº 9, 1992, p. 07-19.

_____. O retorno do território. In: Santos, et al (Orgs.). Território, globalização e fragmentação. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

SAQUET, Marcos Aurélio. Abordagens e concepções de território, 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAUER, Sergio. A terra por uma cédula: estudo sobre a reforma agrária de mercado. In: MARTINS, Mônica Dias. O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia. São Paulo: Viramundo, 2004.

SCHUMPETER, Joseph Alois. A Teoria do Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SCHNEIDER, João Elmo. O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: o caso brasileiro. In: LOUREIRO, Maria Rita Garcia (Org.). Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1981.

SEPLAN. Plano de Desenvolvimento do Território do Alto Sertão Sergipano. Sergipe, 2008.

SINGER, Paul. A crise do "milagre". Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. Tecnologia e divisão do trabalho. In: MAKSOUD, Henry, SIMÕES, Sebastião, SINGER, Paul, IANNI, Octavio, FERNANDES, Florestan & BEISIEGEL, Celso de Rui. Ciência, tecnologia e desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1971.

SMITH, Neil. Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção do espaço. Tradução: Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988.

_____. Geografia, diferencia y las políticas de escala. In: Revista Terra Livre, nº 19, 2002, p. 127-146.

SOARES, Laura Tavares. O desastre social. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SORJ, Bernardo. Estado e classes sociais na agricultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. Urbanização e desenvolvimento no Brasil atual. São Paulo: Ática, 1996.

SPOSITO, Eliseu Savério. Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: UNESP, 2004.

VEIGA, José Eli da. Do global ao local. Campinas: Armazém do Ipê, 2005.

WEBER, Max. Ciência e Política: duas vocações. Tradução: Leônidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 2005.

ANEXO